Democracia 1866–1869

Luiz Gama

OBRAS COMPLETAS

volume 4

VOLUMES Poesia, 1854–1865 Profecia, 1862–1865 3. Comédia, 1866-1867 4. Democracia, 1866-1869 5. Direito, 1870–1875 6. Sátira, 1876 7. Crime, 1877–1879 8. Liberdade, 1880–1882 9. Justiça

Democracia 1866–1869

Luiz Gama

Bruno Lima (org.)

1ª Edição

hedra

São Paulo 2021

edição brasileira© Hedra 2021 organização© Bruno Lima

 edição
 Jorge Sallum

 coedição
 Suzana Salama

 assistência editorial
 Paulo Pompermaier, Ana Lancman, Sofia Boldrini

 revisão
 Renier Silva

capa Lucas Kroeff

ISBN ISBN

conselho editorial Adriano Scatolin,

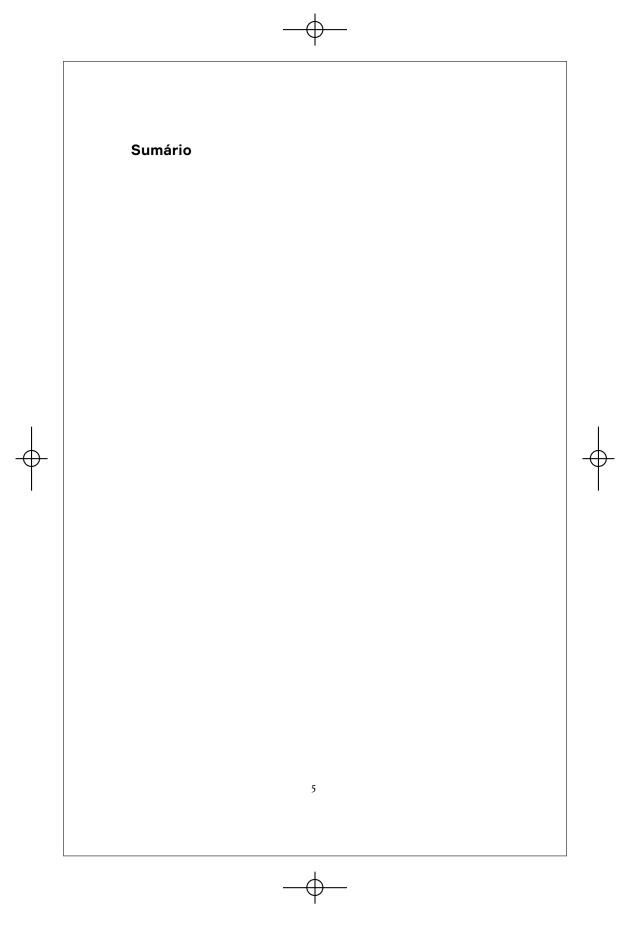
Antonio Valverde, Caio Gagliardi, Jorge Sallum, Ricardo Valle, Tales Ab'Saber, Tâmis Parron

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

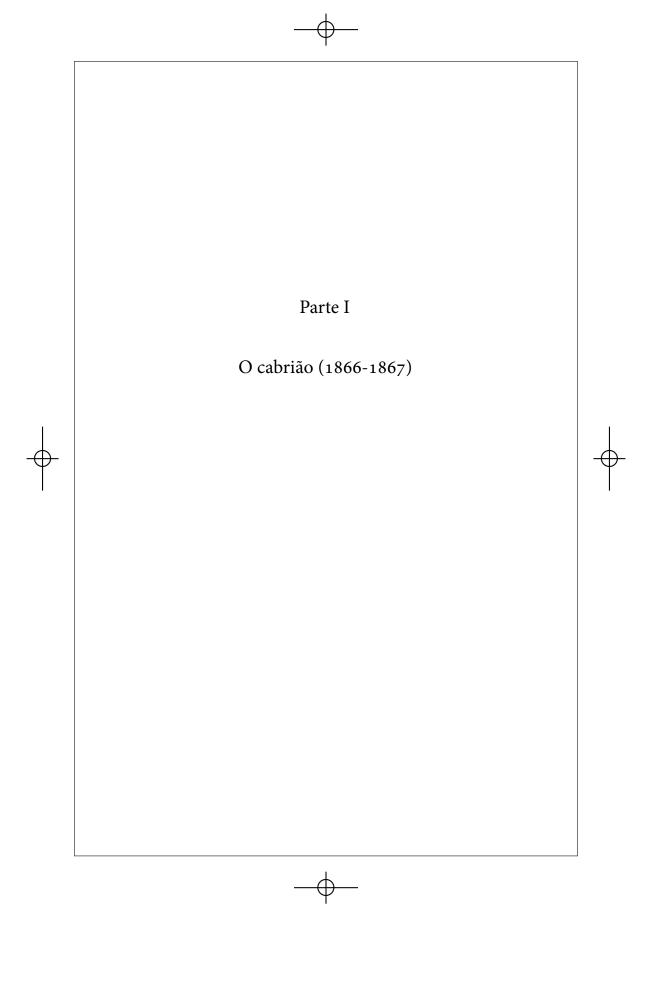
Direitos reservados em língua portuguesa somente para o Brasil

EDITORA HEDRA LTDA. R. Fradique Coutinho, 1139 (subsolo) 05416-011 São Paulo SP Brasil Telefone/Fax +55 11 3097 8304 editora@hedra.com.br www.hedra.com.br Foi feito o depósito legal.









A presença de Gama no jornal satírico O Cabrião é certa, porém, indefinida em toda a sua extensão. Embora seja pacífico que ele tenha colaborado com o jornal em, pelo menos, duas oportunidades, a confirmação da forma em que se deu essa participação ainda permanece subestimada. O principal estudo sobre O Cabrião, ao seu turno, reforça o estereótipo de que Gama teria sido, no máximo, um colaborador eventual. Segundo Délio Freire, a redação do periódico contaria apenas com Ângelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manuel dos Reis. Há muitas evidências, contudo, para se afirmar que Gama ocuparia posição de destaque dentro dessa mesma redação. Quiçá mesmo posição de direção. Mas essa é uma questão a ser enfrentada em outro espaço e forma. Seria prematuro, nesse momento, excertar textos de uma mídia distinta dos jornais convencionais da época - sobretudo tendo-se em conta a variável complexa da composição da redação do Cabrião, maior do que a do Diabo Coxo e de O Polichinello - sem capturar as minúcias da autoria textual e da estética visual do semanário ilustrado; somente poderia-se investir nessa empreitada após uma série de tentativas e erros onde, cotejamento por cotejamento, cal por cal, se extraísse a autoria verossímel daquela que não é. Nesse caso, o mais seguro para o momento será limitar-se ao já apurado, com o mínimo de acréscimo. Freire corretamente atribuiu Epístola Familiar e Fidalguias à lavra de Gama. Junto à elas, uma outra trova é aqui agregada: Ser entre ovelhas leão. Desse modo, as mencionadas trovas são incluídas neste volume não como endosso à interpetação frágil de que Gama seria tão somente um colaborador esporádico; mas, noutro sentido, como indícios que sugerem novas veredas para se cravar a inserção de Gama na redação do jornal satírico que sucedeu o Diabo Coxo.

Epístola familiar¹

Em versos, a "epístola familiar" de um sugestivo Barrabraz para o seu igualmente bíblico Gedeão – quiçá o diálogo entre um ladrão e um juiz, se se nos atermos aos status dos personagens a que os nomes provavelmente fazem alusão – trata da vida ordinária da cidade de São Paulo, sem esquecer-se de assuntar temas mais gerais como o papado de Pio IX. A carta é uma crítica dos costumes paulistas, onde o cidadão "metido entre fidalgos", na metáfora do poeta, vivia como a lebre por baixo das patas de um predador. Atacando a moda, a estética, o matrimônio e a religião oficial do Império, o catolicismo, Barrabraz pinta o quadro da sociedade paulista da época: inculta, estúpida e cafona.



S. Paulo, 11 de Dezembro de 1866.

Meu querido Gedeão² Das Tramoias Cansanção.³

Há muito prezado amigo Dos meus males doce abrigo, Pretendia eu novas dar-te

¹ In: O Cabrião (SP), 16/12/1866, pp. 3, 6-7.

² Embora o poeta pudesse estar se referindo a alguém por seu nome próprio, o mais provável é que a escolha do nome do interlocutor se deva à figura bíblica a que o nome remete. Assim, o destinatário seria inspirado certamente em Gideão de Israel, o juiz, guerreiro e homem de fé de que se lê no Livro dos Juízes (Antigo Testamento) e nas Epístolas aos Hebreus (Novo Testamento).

³ A planta que provoca queimaduras ao contato com a pele humana, representa, por metonímia, implacável queimadura moral - haja vista a expressão vir como complemento à tramoias - a que o trapaceiro está sujeito ao entrar em contato com a "cansansão".

D'esta Pátria do Deus Marte;⁴
Porém sempre perseguido,
Pelo fado⁵ fementido,⁶
Vivo tão atropelado,
De trabalho extenuado
Que nem sei como mastigo
As torradinhas de trigo,
Com que dou conforto ao peito,
Já das mágoas tão desfeito.
Bem sei eu, que a velha história,
Por querer turbar a glória
Aos preclaros descendentes
Dos heróis armipotentes⁷
– Cubas, Pires e Buenos –,⁸
Que venceram Turcos, Brenos,

- ⁵ Destino, sina.
- ⁶ Injusto ou enganoso.
- ⁷ A referência aos "heróis armipotentes" foi utilizada anteriormente por Gama, sob o pseudônimo Getulino, no poema "Lá vai verso!", de 1859.
- Referência a figuras de relevo da colonização e expansão portuguesa no Brasil e, especialmente, em São Paulo, como Brás Cubas e Amador Bueno de Ribeira (1584-1649). Este último, por exemplo, foi capitão-mor e ouvidor da capitania de São Vicente. No contexto dos eventos da Restauração Portuguesa (1640), parte da população desta capitania se revoltou com a centralização do poder e, como resposta política, aclamou Amador Bueno como rei de São Paulo. Gesto tanto inédito quanto inusitado, a aclamação foi por ele próprio rejeitada. O que por uma lado reforçou seu prestígio com a metrópole também significou, por outro lado, em liderança junto à população na então colônia.

⁴ É de se notar que o poeta, que tinha notório conhecimento em mitologia grega e romana, particularmente, relaciona o Brasil à órbita simbólica de Marte, representação não só da guerra - o que certamente o autor tinha em vista, sobretudo pelo contexto da Guerra do Paraguai (1865-1870) -, mas também por Marte ser, no jargão da astrologia mundana da época, o planeta que também representava flagelos e malefícios para um povo. Em *Novidades Antigas - I*, que se lê no primeiro volume destas Obras Completas, Gama desenvolve com maiores detalhes sua leitura sobre o Brasil a partir de elementos da mitologia greco-romana. Cf. Diabo Coxo, *Novidades Antigas - I*, 23/07/1865, p. 3 e pp. 6-7.

EPÍSTOLA FAMILIAR

Chinos, Persas, Anglicanos, Fanfarrões heróis hispanos - Sancho Pança e Dom Quixote -, À bodoque e chifarote, Quer, por força, que o Deus Marte Fosse nado em outra parte. Eu, porém, protesto e juro, Do que digo bem seguro, Que a estrangeira história mente; Porque Marte é desta gente. Inda mais, dizer-te quero, Contra a voz do mundo fero, Que as vitórias desta terra Quer lançar do lodo à berra, Que São Jorge, o grã guerreiro, Aqui viu a luz primeiro; Que São Pedro, o pescador, Aqui foi agricultor; E São Paulo, o cabalista, Pela fama, foi Paulista.

Isto dito, à pressa embora, Tratar vou de mim agora.

Sabes tu, bom Gedeão, Como vive o cidadão, Que, metido entre fidalgos, Como lebre ao pé de galgos,⁹ Anda sempre amedrontado, Que lhe-vão, sobre o costado, Dar de rijo, com pujança, Por amor da temperança; Pois o pobre, por mania,

⁹ Cães de caça.

Vive sempre em gritaria Contra os foros da nobreza, Que, arrogante, fera e tesa, Vai malhando na gentalha, Que, pisada, rosna e ralha...

De saúde não vou bem; De dinheiro... nem vintém; De namoros... menos mal; Pois que, sendo jovial, Não receio ser ferido Pela seta de Cupido. E, demais, meu Gedeão, Nesta era do *Balão*, Deve o homem namorar, Que é negócio bem casar.

Quem pretende húri¹⁰ formosa, Que, em beleza, excede à rosa, Na candura a neve algente,¹¹ Ou do sol a luz nitente,¹² Anjo excelso de primores, Mas sem *dote*¹³ – sem valores... Será tudo, até beócio;¹⁴ Nunca homem de negócio.

Tartaruga com dinheiro!... Isso é vaso de outro cheiro; Que bem vale o sacrifício,

¹² Brilhante, resplandecente.

¹⁰ Mulher de beleza rara.

¹¹ Glacial.

¹³ Bens, dinheiro, propriedades, que a família da noiva dava ao seu pretendente quando do casamento.

¹⁴ Ignorante, inculto.

EPÍSTOLA FAMILIAR

Que redunda em benefício:
Néscia¹⁵ ou tola, malcriada,
Há de ser idolatrada;
Que, à um noivo calculista,
Nada há que dê na vista.
O desfrute é distração,
A sandice reflexão,
A feiura simpatia,
Seja torta, velha ou *tia*;
Pois lá diz o velho adágio,
Dos tartufos¹⁶ apanágio,¹⁷
– Que o dinheiro tudo encobre
E defeito é só ser pobre –.

Por seu lado, as tais matronas, Apesar de velharronas, Socorridas do *postiço*, Que, de *alcaides*,¹⁸ é feitiço, Fazem dar volta ao miolo Do sagaz tartufo ou tolo.

Vê-se aqui cada magriça, Com formato de linguiça, Repimpada atroz perua, Roçagante¹⁹ pela rua, Embrulhada em fino raz, Presa ao braço de um rapaz, Tão impante,²⁰ tão

¹⁵ Ignorante, estúpida.

¹⁶ Hipócritas, fingidos.

¹⁷ Atributo, privilégio.

¹⁸ Autoridades, em sentido genérico.

¹⁹ Que arrasta, que roça pelo chão.

²⁰ Satisfeita de tanto comer e beber.

pimpona,
Que parece uma Amazona,
Ou singrante²¹
nau de Aveiro
Rebocada por Saveiro!
Que rotunda matronaça,²²
Para quem parece escassa
Toda a terra Americana,
Desde o Prata até Goiana!

Sem *postiço* a magricela Dá seus ares de gazela, De raposa ou velha gata; Mas, vestida, oh, que Fragata! Tem postigos,23 portinholas, Suspensórios, sugigolas,24 Ferros, mastros, cordoalhas, Encrespadas maravalhas, Bordas falsas, cabrestantes, Sondas, boias e oitantes, Bujarronas, vela grande, Em que o vento audaz se expande; Chaminé, carvão e gás, Breu, azeite e aguarrás; Por botinas duas lanchas; Os dois pés servem de pranchas; Lenha, estopa, o alcatrão, Tudo embaixo do Balão!

²¹ Diz-se do navio que está pronto para navegar.

²² Mulher gorda, corpulenta.

²³ Pequena janela de embarcação.

²⁴ Espécie de correia ou alça que, passando atrás das orelhas, prende o focinho do animal de montaria.

EPÍSTOLA FAMILIAR

A garbosa rapazia²⁵
Não se deixa em calmaria:
Cabeleiras, gabinardos,²⁶
Chapéus pretos, níveos, pardos, *Pince-nez*²⁷ de toda a casta,
Parvoíce²⁸ muito vasta,
Calça larga, à porcalhota²⁹
Gravatinhas de janota,³⁰
Tudo tem, com abastança,
Quem se trata com chibanca.

Viva a moda, meu amigo. Morra tudo que é antigo!

Deixa a roça, Gedeão,
Basta já de ser poltrão³¹
Anda: vem para a cidade,
Traz a tua Felicidade,
A *Marica*, a Josephina,
Bela rosa purpurina.
quero vê-las estufadas,
De tundás³²
com almofadas,
Rochonchudas³³ e galantes,
Quais repolhos ambulantes.
Segue a moda e o progresso;
Volta as costas ao regresso.

²⁵ Rapaziada.

²⁶ Casacão com capuz que lembra uma toga ou um traje acadêmico português.

 $^{^{\}rm 27}\,$ Óculos sem haste que se fixa no nariz comuma pequena mola.

Tolices, idiotices.

²⁹ Ao estilo da região alentejana, em Portugal.

³⁰ Almofadinha.

³¹ Medroso, covarde.

³² Vestido de roda com saia e enchimento interno.

³³ O mesmo que rechonchudas.

É a moda o salvatério³⁴ Dos que a buscam com mistério; Da velhota inconsolável, Do janota desfrutável, Que campando de galante, Mostra a todos que é pedante; Do pançudo sem juízo, Que com ela cobra o sizo; Té³⁵ no próprio Pio nono,³⁶ A moda ferrou tal mono, Que, de humilde franciscano O tornou republicano!... E mais tarde, por magana,³⁷ Revirou-o, com tal gana, Que dos Reis, irmão querido Fez o Papa fementido.³⁸

Modas há com tal fartura, Que parece já loucura: Chapelinhos à francesa, Babadinhos à turquesa, Largas mangas, à romana, Penteados à sultana, Capotinhos, sedas frouxas, Franjas, pentes, rendas, trouxas; Lindas flores indianas, Molas d'aço, barbatanas,

³⁴ Escusa, expediente, recurso para escapar.

³⁵ Até.

³⁶ Pio IX (1792-1878), nascido Giovanni Maria Mastai-Ferretti, 255º papa da Igreja Católica, pontificando entre os anos 1846-1878. Ao tempo da Epístola familiar, portanto, Pio IX era o papa da Igreja Católica em exercício.

37 Malícia.

³⁸ Infiel, que cometeu perjúrio.

EPÍSTOLA FAMILIAR

Para erguer seios caídos E fazer guapos vestidos.

N'estes tempos, meu querido, É que vale ser marido. Vê lá tu, que és um mestraço, Com teus visos de madraço, Se não é um grande achado Este meu enunciado. E se pescas da ciência, Nota bem a consequência: Sai o marido, coitado, Pela esposa fulminando, Vai à loja da Madama, Que é modista d'alta fama, Compra leques, luvas, cheiros, Traz consigo seis caixeiros, Carregados de chocalhos, Que não valem cascas d'alhos, E, de amores transportado, Sem se ver pobre e pelado, Chama a Eva portentosa, que vem toda vaporosa, De cabelo esparralhado, Vestido longo arrastado, Bocejando, com desdém, Como quem mil contos tem. Ergue os olhos molemente; Encara o pobre demente, E, com ar de grã Sultana, Brada ao tal José-Banana: "O que é da capa de veludo? O vestido de chalim? O toucador de marfim? O corpinho decotado?

O mantelete bordado? Pois eu hei de ir ao *Cantante* Sem pulseira de brilhante? Ande. Vá buscar o resto, Que, senão, já lhe protesto, (Isto diz rufando as patas) De o mandar plantar batatas!..."

E que tal, meu Gedeão, Te parece este sermão?

Vou casar-me, quanto antes, Para ter destes instantes.

Depois disto a consequência, Que nos mata a paciência: Muito filho malcriado, Muito cueiro³⁹ perfumado, Choros, berros, gritaria; Vem depois a estrepolia, As escolas, os colégios, E mais outros privilégios, Que o papai há de pagar, Sem tugir,⁴⁰ nem resmungar.

Quando quer a negra sorte, Um capricho da consorte, Que, por artes do demônio, Ou encantos de Trofônio,⁴¹ Torce a orelha e põem cabana

³⁹ Fralda de pano para crianças recém-nascidas.

⁴⁰ Murmurar.

⁴¹ Herói e divindade da mitologia grega que possuía dons oraculares e construiu o famoso Templo de Delfos.

EPÍSTOLA FAMILIAR

Ao marido, que é pastrana;⁴² E com lábia e com jeitinho Dele faz um *coitadinho...*

De outras cousas, Gedeão, Inda cá tenho porção.

De política não falo.
Pois que é sino sem badalo,
Em que vai qualquer tarelo
Repicar com seu martelo:
É negócio de velhacos,
Que só serve para os *Cacos*.⁴³
Do Papado nada digo,
Vivo alheio, caro amigo,
À batina e à coroa,
N'isto sempre andei à toa.

Faço ponto, Gedeão; Até outra ocasião. Não te zangues da maçada, Que já vai mui prolongada; E dispõem, se assim te apraz, Do teu velho.

BARRABRAZ⁴⁴

⁴³ Provável referência às criaturas mitológicas semi-humanas da Roma Antiga que atordoavam seus moradores e passaram a ser sinônimas para ladrões.

⁴² Sem-vergonha.

⁴⁴ De provável inspiração no personagem bíblico Barrabás, o pseudônimo parece ainda fazer referência ao bairro pobre da então periferia de S. Paulo, para onde, posteriormente, Gama iria fixar residência.



Fidalguias¹

Poesia satírica ao estilo de Getulino e suas Primeiras Trovas Burlescas. De modo bastante eloquente e pertinente, o poeta relaciona títulos nobiliárquicos com escravidão. Mais até, associa a vulgarização dos títulos de fidalguia com a disseminação da segunda. Assim, "hábitos", "comendas", "grã-cruz" "brasão" e "fitinha", todas elas expressões para distinções honoríficas que operavam como marcadores de classe na sociedade monárquica da época, estavam, na sugestão do poeta, inevitavelmente atadas com a capacidade de alguém escravizar. Tanto é assim, continua o poeta, que um alguém qualquer, para ser fidalgo, "dois negros deu"; outro "[d]eu um só negro", e mais outro, que "não tinha negros", tinha dado o seu quinhão ajudando a "pegar", i.e., a (re-)escravizar. Em quadrinhas rápidas e singelas, a sátira se mostra afiada e mordaz, como era própria da verve do mais famoso dos poetas fundadores do Cabrião.



Aos hábitos, às comendas, Toda a gente hoje faz jus, Todos querem ter fitinha, Ser cavaleiro, grã-cruz.

A família dos fidalgos Tem crescido até mais não; Já não há na terra um homem Que não tenha o seu brasão.

Quem é aquele sujeito Que ali vai? Pergunta a gente: – É fidalgo, meu senhor! Dizem logo prontamente.

¹ In: O Cabrião (SP), 18/08/1867, p. 7.

Fidalgo? – Nós retrucamos
A'remirar² o sandeu;
Fidalgo, sim meu senhor,
P'ra sê-lo dois negros deu!

E aquele outro que passa
Tão lesto,³ tão prazenteiro?
Aquele? - Deu um só negro,
É um cristão cavalheiro.

E aquele ainda que vejoO largo, agora a cruzar?Aquele não tinha negrosMas ajudou gente a pegar!

Então não teve comenda, Ficou plebeu como era? – Por hora ainda não teve Mas logo vem: - ele espera.

Pelo que me diz meu amigo, Só nós não temos fitinha! Nós é súcia⁴ – o senhor Eu posso mostrar-lhe a minha.

De forma que atualmente, Nesta brasileira nação, Só não tem cousa fidalga O pobre do "Cabrião".

² Tornar a olhar, mirar mais uma vez.

³ Ligeiro, esperto.

⁴ Cambada, baderna.

Ser entre ovelhas leão¹

Fábula versificada onde o autor conclui que muitas vezes é preciso "ser entre ovelhas, leão", algo como ser bravo entre fracos, ainda que signifique ser implacável entre pusilâmines.

 \sim

Eu lia Dante uma noite,
Esquecido de Deus, do mundo,
Quando uma pulga meteu-me
Na perna, seu dente fundo.
Desperto com tal dentada,
Depressa tomo da vela.
Regaço² a ceroula, e passo
A examinar a canela.
Juntinho ao feroz delito
Estava a ímpia pulando;
Espera – disse eu – malvada,
E fui – a logo fisgando.
Olhou-me a rir a insolente,
E falou, cheia de si:

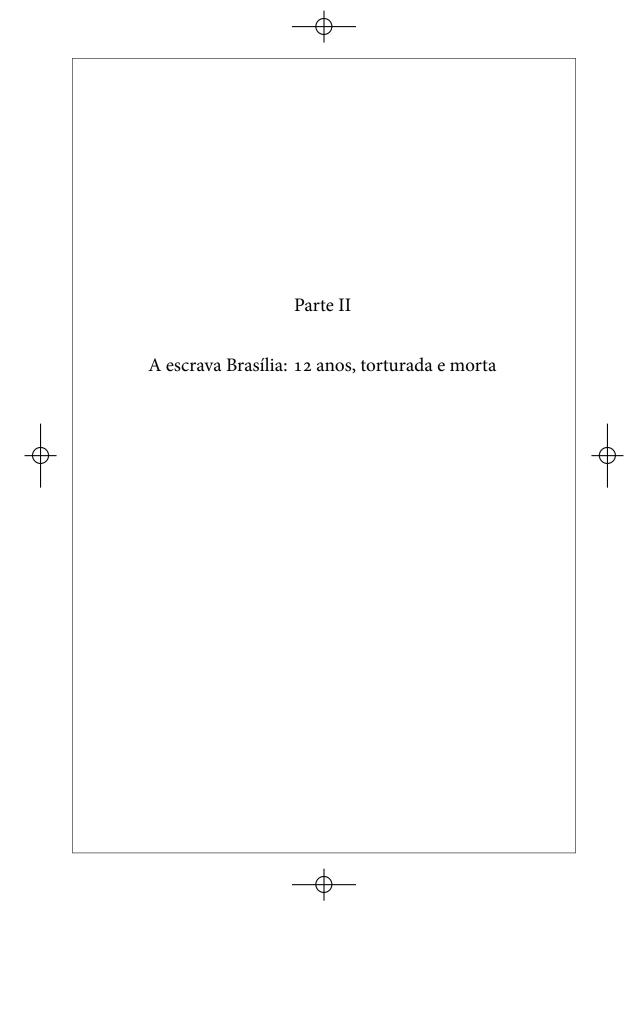
- Acaso tenta matar-me,
- Somente porque o mordi?
- Repare que eu sou "ovelha"
- Em suas unhas de leão
- E ser leão entre ovelhas

¹ In: *O Cabrião* (SP), 25/08/1867, p. 7.

² O mesmo que arregaçar.

– Bem sabe que é ser poltrão!³ Vergado ao peso da afronta Deixei-a ir livremente, E ao Dante voltei de novo, Deste heroísmo contente. Mas inda não tinha lido Duas oitavas, e já, Na perna nova dentada, Daninha, a pulga me dá Então levanto-me altivo, Em cata da petulante, E entre as unhas mortíferas Apertei-a triunfante. Debalde quis a malvada Perdir-me novo perdão... É muitas vezes preciso Ser entre ovelhas leão.

³ Medroso, covarde.





A ESCRAVA BRASÍLIA: 12 ANOS, TORTURADA E MORTA

No dia 23 de fevereiro de 1867, foi enterrada no cemitério de Santos uma menina negra, de 12 anos de idade, chamada Brasília. Antes de enterrá-la, o coveiro notou que o cadáver possuía sinais de tortura e por isso "comunicou suas dúvidas à polícia". Ato contínuo, "a polícia mandou ao cemitério uma comissão de médicos" para examinar o cadáver. Inicialmente, a causa mortis de Brasília foi identificada como "diarréia". Depois, como "ataque cerebral". Entre uma conclusão e outra, levantava-se a opinião de um médico de que os sinais de tortura estavam marcados no cadáver de Brasília. Na imprensa da época, nenhuma palavra sobre o crime. Porém, à boca pequena, a notícia corria solta, até chegar na capital da província, através de carta privada, na mesa de Luiz Gama. "A Revista Commercial" - advertia Jorge Avelino, o informante de Gama - "nem palavra tem dito, apesar da cousa correr de boca em boca". E, por fim, o mesmo informante perguntava-lhe angustiado: "Que dizes a isto [Gama]? Em que país vivemos?" Gama se indigna. Mas, como bem conhecia o país de Brasília, tomaria uma via oblíqua para abordar o fato criminoso na imprensa revestindo a denúncia da crueldade senhorial de uma discussão técnica sobre o crime de calúnia. Funcionou. Gama rompeu a cortina de silêncio sobre o crime na imprensa e ainda chamou às falas o assassino. O país de Brasília, Gama bem sabia e assim escreveria anos mais tarde, que "este animal maravilhoso, chamado escravo, na expressão legal, este homem sem alma, este cristão sem fé, este indivíduo sem pátria, sem direitos, sem autonomia, sem razão, é considerado abaixo do cavalo, é um racional topeira, sob o domínio de feras humanas — os senhores".



["Sou tão inimigo do assassinato como da calúnia"]¹

Já na primeira oração, reproduzida aqui também como título do artigo, o autor da denúncia equipararia, por expediente retórico, o crime de assassinato com o de calúnia. Assim, de uma só tacada, o articulista qualificava o crime que descreveria adiante como um assassinato, bem como defendia-se antecipadamente da possibilidade, que logo se confirmaria com o processo que viria a responder, de que ele, com estas linhas, incorria no crime de calúnia. O obscuro Philodemo, que no artigo seguinte espontaneamente revelaria seu nome próprio – Luiz Gama –, pedia que o fato criminoso fosse "averiguado miúda e escrupulosamente e que as autoridades competentes" cumprissem com a lei. Para isso, Philodemo-Gama dava publicidade a uma carta de um terceiro, que pode ser lida como uma "notícia-crime", colocando à disposição das autoridades elementos para uma necessária investigação criminal.



Sou tão inimigo do assassinato como da calúnia; amo com tanto estremecimento a verdade e a justiça como aborreço² a mentira e a desídia.³

É para isso que ofereço à consideração pública o trecho infratranscrito, de uma carta que acabo de receber de pessoa fidedigna da cidade de Santos.

Que o fato seja averiguado miúda e escrupulosamente e que as autoridades competentes cumpram o seu dever é o que ardentemente deseja

Philodemo.



¹ In: Correio Paulistano (SP), A Pedido, [sem título], 03/03/1867, p. 2.

² Abomino, odeio.

³ Negligência, irresponsabilidade.



A ESCRAVA BRASÍLIA: 12 ANOS, TORTURADA E MORTA

"Corre em todo [termo de] Santos, que no sábado passado, 23 do corrente, foi levado ao cemitério público o cadáver de uma preta escrava de Joaquim Luiz Pizarro, e que o guarda do cemitério no dia seguinte, mandando-a sepultar, teve escrúpulo de o fazer porque 'notou no cadáver sinais de castigo rigoroso ao que atribuía a morte', e em consequência comunicou suas dúvidas à polícia.

A polícia mandou ao cemitério uma comissão de médicos e me informam que um deles declarou o estado miserável em que se achava esse corpo, 'atribuindo todavia a morte a um ataque cerebral'!!!

O ilustre que então se achava com a subdelegacia depois da delegacia, ao que parece, passou-a adiante, porém o sucessor declara que nos papeis que recebeu não aparece o corpo de delito feito e nem teve a menor informação sobre o fato do seu antecessor!

A *Revista Commercial* nem palavra tem dito, apesar da cousa correr de boca em boca.

Que dizes a isto? Em que país vivemos?"

Joaquim Luiz Pizarro ao público [I]¹

A réplica de Joaquim Pizarro ataca o articulista do Correio Paulistano de forma bastante dura - "miserável caluniador", "um desses entes abjetos", "miserável parasita, "testa de ferro" - como se gritando mais alto fosse convencer os leitores. Em sua defesa, é verdade, Pizarro possuía a recente decisão do delegado de polícia de Santos e de médicos peritos que atestavam que a escravizada Brasília teria morrido não em decorrência de torturas, mas sim em razão de uma apoplexia. Embora as "indagações policiais" não tenham constatado a ocorrência de "criminalidade alguma", elas não ocultavam o fato de que a suspeita de tortura noticiada por Philodemo realmente existiu. Em outras palavras: não era porque o delegado julgava improcedente a criminalidade do suspeito que a denúncia do fato criminoso não teria existido. Era para essa direção, contudo, que Pizarro acenava. Gritando, por um lado, e sacundindo a decisão do delegado, por outro, Pizarro parecia querer fazer crer não só que nada tinha que ver com o morte de Brasília, mas que, no limite, ninguém sequer havia morrido. O fato criminoso que existia e urgia atenção das autoridades era outro: era o crime de calúnia veiculado nas páginas do Correio Paulistano. Como quem torturava as palavras, Pizarro dizia, finalmente, que "o assassino de minha reputação" deveria receber o castigo da lei. Brasília estava morta. Pizarro queria agora "encontrar" o mensageiro que deu voz ao seu último grito.



Um miserável caluniador, um desses entes abjetos que se alimentam na torpeza, procurou-me para alvo da sua infâmia, atribuindo-me um fato horroroso, qual o de ter falecido uma minha escrava de castigos rigorosos, fato este publicado no *Correio Paulistano* de 3 de Março próximo findo.² Não procedi logo contra tão insidiosa³ calúnia por ter a polícia entrado em indagações

¹ In: *Revista Commercial* (SP), Publicações a pedido, [sem título], 06/04/1867, p. 3.

² Cf. Correio Paulistano (SP), A Pedido, [sem título], 03/03/1867, p. 2.

³ Ardilosa

A ESCRAVA BRASÍLIA: 12 ANOS, TORTURADA E MORTA

a respeito e me ser aconselhado por alguns amigos que detivesse qualquer procedimento contra o assassino de minha reputação enquanto não fossem julgadas as indagações policiais. Mercê de Deus, foram elas julgadas e infra publico a sentença do delegado de polícia. Agora vou prosseguir no meu propósito de perante os tribunais do país elucidar o fato. Tenho certeza que me hei de encontrar com algum miserável parasita, chamado testa de ferro, que a troco de qualquer dois vinténs atirados no balcão de imunda tasca⁴ assumiu a responsabilidade da calúnia contando com a comiseração da vítima. Engano! As lágrimas do miserável não me comoverão.

Santos, 3 de Abril de 1867.

[***]

Vistos estes autos, etc.

Julgo improcedentes as presentes indagações policiais, visto que delas não resulta criminalidade alguma, e antes são os médicos contestes em confirmar o respectivo corpo de delito em que declaram ter a preta Brasília falecido de uma apoplexia,⁵ e as mais pessoas interrogadas nada dizem que possa trazer a convicção da existência de um crime.

Santos, 26 de Março de 1867. *Miguel José Florindo*.

⁴ Botequim, bodega.

⁵ Lesão vascular cerebral súbita.

[Joaquim Luiz Pizarro ao público --- II]1

Surge o nome de Luiz Gama na história. Aparentemente um pouco surpreso, Pizarro voltou às páginas da Revista Commercial para dizer que "o amanuense da Secretaria de Polícia de S. Paulo, Luiz Gonzaga Pinto da Gama" era o "responsável legal" pelo que alegava ser uma calúnia. Em interrogatório, Gama assumiu inteiramente a responsabilidade da publicação que levava a assinatura do pseudônimo Philodemo. (Dias depois, Gama espontânea e abertamente declararia ser ele o autor da publicação que Pizarro guerreava). Contudo, embora Pizarro enfim soubesse quem era o responsável pelo escrito que parecia tanto lhe indignar, haja vista os termos do primeiro artigo que endereçou ao público, ele abdicou da ação sob uma curiosa e juridicamente infudada distinção entre "responsável moral" e "responsável legal". Se a opção parece no mínimo esquisita, sobretudo para quem vociferou que trucidaria o caluniador sem perdão, ela poderia fazer sentido se Pizarro soubesse que Gama possuía documentos que o auxiliaria a manter ileso o seu direito de denúncia além de, quiçá, implicá-lo a novo julgamento em nova jurisdição. O fato é que Pizarro recolheu-se e ouviu calado a última palavra - de Gama - sobre o caso Brasília.

SR. REDATOR.

Tendo eu sido vítima de uma torpe calúnia, espalhada nesta cidade e na província pelo *Correio Paulistano*, em um *A Pedido* ali publicado, tratei de chamar a juízo o responsável, sem me lembrar que quase sempre o caluniador cautelosamente se procurar abrigar na sombra. De fato, apareceu como responsável legal o amanuense da Secretaria de Polícia de S. Paulo, Luiz Gonzaga Pinto da Gama, que, no interrogatório a que respondeu perante a Delegacia de Polícia da capital, declarou que naquela publicação

¹ In: *Revista Commercial* (SP), Publicações a pedido, [sem título], 25/04/1867, p. 2.

A ESCRAVA BRASÍLIA: 12 ANOS, TORTURADA E MORTA

não tivera intenção de caluniar pessoa alguma atribuindo-lhe a autoria do fato aludido em dita publicação, mas tão somente chamar a atenção da autoridade para ele; declarando mais, em resposta a uma carta que lhe dirigiu o meu advogado, que não tivera conhecimento do fato por qualquer outro meio que não fosse a carta que lhe escreveu Jorge Avelino, desta cidade.²

Instaurado o processo, foi pronunciado pela delegacia da capital o responsável legal — Luiz Gonzaga Pinto da Gama; mas para que prosseguir em uma acusação que só pode atingir o responsável legal, deixando impune o responsável moral? Para que prosseguir contra um homem que reconhece não ter bebido o conhecimento do fato a que deu publicidade em outra fonte que não fora a carta que lhe dirigiu Jorge Amaral?³

Se o inventor dessa calúnia (qualquer que ele seja), tivesse a coragem de vir à imprensa com a sua própria responsabilidade, [eu] seria inexorável em pleitear o meu direito, mas neste estado de cousas, julgadas improcedentes as investigações feitas pela delegacia desta cidade e pronunciado à prisão e livramento o responsável legal, só me cumpre desistir da causa e tranquilo em minha consciência e na estima de meus concidadãos recolher-me à vida modesta e reservada em que sempre tenho vivido.

Santos, 23 de Abril de 1867. Joaquim Luiz Pizarro.

² Sobre o pleito de Joaquim Luiz Pizarro, cf. *Correio Paulistano*, 09/04/1867, p. 1. Na parte policial do jornal se lê: "À 27 [de março], apresentou Joaquim Luiz Pizarro queixa por crime de calúnias impressas contra o *Correio Paulistano*".

³ Pelo que se lê de jornais da época, e que se reflete na amostra que compõe essa série, Jorge Avelino e Jorge Amaral são a mesma pessoa.

[Jorge Avelino ao público]¹

O informante de Gama, Jorge Avelino, contesta a versão de Joaquim Pizarro. E o faz em grande estilo, inserindo como prova de seu argumento um extrato do "auto de indagações policiais" a que Gama, ainda como Philodemo, fez referência no seu artigo inaugural. A publicação de Avelino, em sintonia com a denúncia de Gama na capital, revidava Pizarro em alto e bom som, afirmando que, sim, a polícia trabalhou com a hipótese de tortura. Embora tenha chegado a conclusão final diversa, a subdelegacia que procedeu com exame de corpo de delito concluiu que estava o "cadáver com algumas escoriações devidas a castigos". O "ato oficial" que Avelino levava a público, portanto, serviria de elemento a mais para a denúncia que Gama se fazia porta-voz na capital: a preta Brasília, de 12 anos de idade, fora morta em decorrência de tortura.*



Sr. Redator.

Estava longe de persuadir-me que teria de ocupar-me na imprensa com o sr. Joaquim Luiz Pizarro. A publicação da sua correspondência na *Revista Commercial* de 25 do corrente mês,² obriga-me a isso.

O sr. Luiz Gama, penso, responderá convenientemente ao sr. Pizarro com os documentos de que se acha de posse. Eu apenas lhe direi que, se os trechos da carta que foram levados à publicidade no *Correio Paulistano* de 3 de Março p. p.³ são *na apreciação*

¹ In: *Revista Commercial* (SP), Publicações a pedido, [sem título], 27/04/1867, p. 2.

² Trata-se do artigo anterior a esse. Cf. *Revista Commercial* (SP), Publicações a pedido, [sem título], 25/04/1867, p. 2.

³ Próximo passado.

A ESCRAVA BRASÍLIA: 12 ANOS, TORTURADA E MORTA

do sr. Pizarro notícia caluniosa, todavia, para as pessoas desinteressadas e que apreciam a verdade, encontram escudo honroso em um ato oficial, como é a portaria do delegado de polícia desta cidade que a publicou, não fugirão da responsabilidade.

Santos, 25 de Abril de 1867.

Jorge Avelino.

Pede-se ao sr. escrivão Joaquim Fernandes Pacheco a certidão da portaria do sr. dr. delegado de polícia no auto de indagações policiais a que se procedeu nesta cidade pela morte da escrava Brasília, de Joaquim Luiz Pizarro.

Jorge Avelino.

—»> Joaquim Fernandes Pacheco, escrivão da delegacia de polícia nesta cidade de Santos, etc.

Certifico que à folhas [sic] duas dos autos de indagações policiais de que trata o pedido supra, consta a portaria do teor seguinte.

Constando a esta delegacia que no dia vinte e três ou vinte e quatro do [mês] passado aparecera no cemitério desta cidade o cadáver de uma preta de nome Brasília, escrava de Joaquim Luiz Pizarro, com algumas contusões, e constando mais, que pelo corpo de delito a que na subdelegacia se procedeu foi visto acharse o cadáver com algumas escoriações devidas a castigos, se bem que os peritos atribuíssem a morte de uma apoplexia;⁴ e correndo entretanto alguns boatos que atribuem a morte a castigos rigorosos que dizem ter a escrava sofrido, convém verificar-se isto e proceder-se conforme for na forma da lei. O escrivão portanto notifique os doutores Henrique da Cunha Moreira, Firmino José Maria Xavier e Frederico Wonder Meden para comparecerem amanhã ao meio-dia na sala da Cadeia Nova afim de prestarem alguns esclarecimentos relativos à morte da dita escrava. Outrossim, notifique para prestarem também algumas informações o reverendo padre Scipião Goulart Junqueira, Francisco Xavier dos

Lesão vascular cerebral súbita.

[JORGE AVELINO AO PÚBLICO]

Santos, Francisco Xavier de Bastos, Horácio Figueira de Aguiar, Balthasar Olinto de Carvalho e Silva e Leopoldino de Tal, morador da rua Vermelha, por baixo do sobrado de Antonio Venâncio.

Santos, 04 de Março de 1867.

Alexandre Augusto Martins Rodrigues.

— Está conforme a seu original, ao qual me reporto.

Santos, 25 de Abril de 1867.

Eu, Joaquim Fernandes Pacheco, escrivão a escrevi, conferi e assino.

-->> Joaquim Fernandes Pacheco.

Conferido.

Pacheco.

Pag[a] o selo de f. 2.

Pacheco.

Nº 60 — 400 réis, pag[0] quatrocentos réis.

Alfândega, Santos, 25 de Abril de 1867.

Barroso.

Couto.



["A certeza está no seguinte"]1

Após lançar o primeiro artigo sobre o caso Brasília e responder a processo criminal pelo suposto crime de calúnia, Gama voltaria para dar a última palavra sobre o caso do bárbaro assassinato da escravizada Brasília, de 12 anos de idade. Ao fazê-lo, Gama revelava detalhes do embate na imprensa. Gama sustenta como sua primeira publicação não ultrapassa os limites da denúncia. "Fiz uma publicação; se ela traduz um delito, o que o sr. Pizarro jamais será capaz de provar, serei eu o criminoso". À parte a eloquência do desfecho da afirmação, notemos a maneira enfática como Gama diz que Pizarro jamais conseguiria provar o crime de calúnia. Teria ele em mãos documentos que confirmaria a denúncia inicial, forçando quiçá a reabertura do caso? Ou Gama discutiria o mérito da questão nos limites da doutrina criminal? Não sabemos. O mais provável é que Gama combinaria ambas dimensões da questão jurídica - a evidência factual e o mérito doutrinário - nos bancos do Tribunal do Júri. E isso, ao que parece aconselhado por seu advogado, Pizarro evitou a todo custo, inclusive sob o peso de, por um lado, abandonar uma causa que garganteara que iria até o fim e, por outro, de deixar a voz do simples amanuense Gama ecoar por sobre a sua.*



Ilustrado redator.

Acabo de ler na *Revista Commercial* de 25 do corrente,² assinado pelo sr. Joaquim Luiz Pizarro, a quem não conheço, nem desejo, um artigo a que devo pronta resposta; pelo que peçovos permissão para fazê-lo pelas colunas do vosso conceituado jornal.

¹ In: Correio Paulistano (SP), A Pedido, [sem título], 30/04/1867, p. 2.

² É a primeira réplica ao artigo de Philodemo-Gama que se lê nessa seção. Cf. *Revista Commercial* (SP), Publicações a pedido, [sem título], 25/04/1867, p. 2.

A ESCRAVA BRASÍLIA: 12 ANOS, TORTURADA E MORTA

Acostumado a curvar-me tão somente perante a moral, símbolo misterioso, que traduz a Divindade, em linguagem humana, repilo com indignação o miserável papel de "testa de ferro" que, ao sr. Pizarro, ao de cima do seu alcaçar³ de cívicas virtudes, nunca manchadas pela vil peçonha de plebeia maledicência, aprouve-me atribuir.

O sr. Jorge Amaral dirigiu-me uma carta; eu inserindo-a esposei as suas ideias.

Fiz uma publicação; se ela traduz um delito, o que o sr. Pizarro jamais será capaz de provar, serei eu o criminoso.

Não conheço, nem posso compreender, a sutil distinção que S. S. quis descobrir entre responsável moral e responsável legal. Eu sou um único indivíduo e a responsabilidade do meu ato é minha tão somente.

Tal distinção não passa de uma beleza poética, antes a qual, como admirador do belo, inclino-me estupefato, e acato-a como mais uma produção sublime da humana sabedoria.

Desculpe-me ainda o sr. Pizarro mais uma observação.

Não é verdade que a decente publicação por mim feita no *Correio Paulistano* desabonasse à S. S. por qualquer modo, no conceito público, dando azo a qualquer boato contra a sua pessoa propalado na cidade de Santos; porque não só não foi desacatado o seu nome neste escrito, como principalmente porque "antes de ser ele dado a lume" já a polícia de Santos procedia à indagações sobre o fato de que tratei; verdade esta que o sr. Pizarro não poderá contestar.

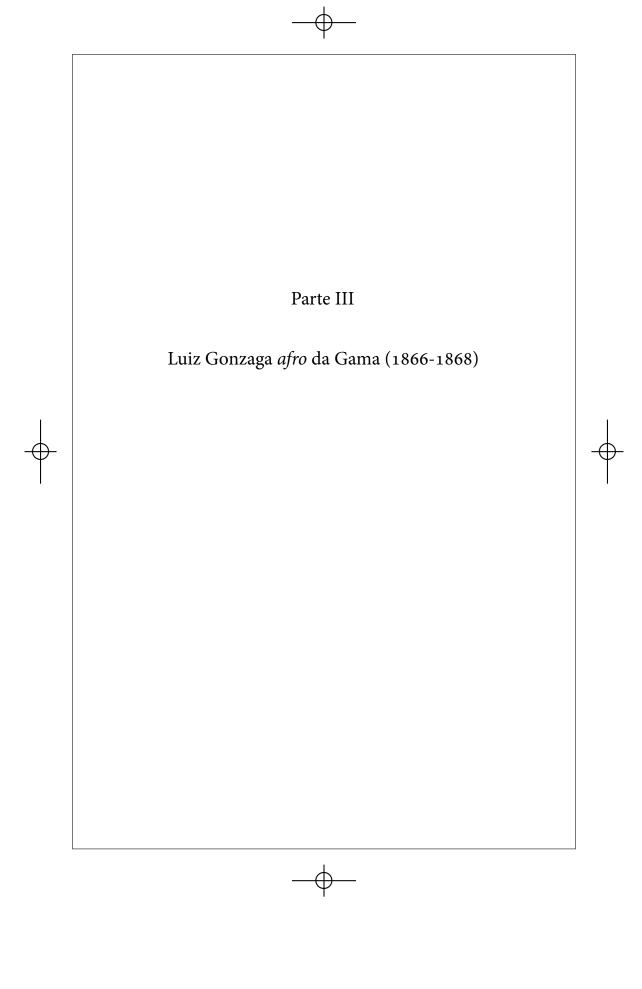
A certeza está no seguinte:

Se me não era agradável a posição de réu, posto que inculpado, perante o Tribunal do Júri, que muito respeito; era também notável a aversão, aliás natural, de S. S. em acompanhar-me a esse lugar.

S. Paulo, 29 de Abril de 1867.

L. GAMA.

³ Castelo, fortaleza.





Depois das* Primeiras Trovas Burlescas de Getulino e de seu papel original na imprensa ilustrada e satírica de São Paulo, sobretudo com o Diabo Coxo, Gama reinventa seu lugar no debate político. É verdade que permanece por dois anos na mesma senda de crítica social através da imprensa ilustrada, agora com O Cabrião, mas, como o passar do tempo, nota-se que Gama reavalia seu rumo nas letras, enveredando mais e mais para a política partidária e para a literatura normativo-pragmática. Contudo, chama a atenção que, depois do Cabrião, Gama tenha fundado a folha Democracia, dando sequência a um pseudônimo que marcaria sua trajetória literária: Afro. Antes ainda das páginas da Democracia, Gama publicou alguns artigos sob essa firma autoral. Eles estão aqui reunidos e agregados a outros que publicou no mesmo quadriênio de 1866-1869. Assim, o leitor poderá perceber que, entre o Cabrião, Barrabraz e a própria assinatura pessoal, Afro dá a liga para se compreender a produção intelectual do poeta, amanuense e jurista em formação Luiz Gama. Uma série de textos organizados sobre o tema da educação pública, por exemplo, são chaves de leitura para adentrarmos, em particular, nos misteres do escritor Luiz Gama e, em geral, nas ruas e estradas da São Paulo da década de 1860. Como exposto na introdução a esse volume, a singularidade de Afro nos leva a conhecer melhor, com a licença da referência ao poeta do Capão, uma entre as "mil faces de um homem leal" que foi e é Luiz Gonzaga Afro da Gama.



Carta ao sr. dr. diogo de mendonça pinto

1

Artigo político em que* Afro toma por mote o relatório de Instrução Pública da província para discutir publicamente com um expoente do Partido Liberal. Nas páginas do principal jornal conservador paulistano, o Diário de S. Paulo, Afro evoca e interpreta uma tradição nacional do liberalismo radical que provinha "dos heróis Paraenses, dos Bahianos separatistas, dos Pernambucanos patriotas, dos Rio-Grandenses invencíveis, dos Mineiros estoicos de Santa Luzia" e articula-a com as lutas políticas anti-imperialistas latino-americanas, entre elas, a intransigência dos "anárquicos republicanos argentinos e orientais" (uruguaios). O artigo é um claro sinalizador da divisão entre os liberais paulistas que viria a resultar, meses mais tarde, na formação do grupo político liderado por Luiz Gama e de seu periódico Democracia.



A leitura que acabo de fazer do *Relatório sobre o estado da Instrução Pública desta província, no ano de 1864*, por vós confeccionado, foi-me inesperadamente despertada pela encomiástica² e justa notícia sobre o mesmo, publicada pelo *Diário de S. Paulo*.

Não é por falta de veneração à vossa pessoa que determineime escrever estas linhas; pelo contrário, à judiciosa³ apreciação da ilustrada redação do *Diário*, como subida prova de respeito, ouso antepor o conhecimento pessoal que tenho de vós e a profunda admiração que nutro, com ufania⁴, pelos vossos talentos e pelo vosso civismo.

¹ In: *Diário de S. Paulo* (SP), Publicações Pedidas, 18/08/1866, p. 1. Diogo de Mendonça Pinto (1818-1892), paulista, bacharel em Direito e dramaturgo, foi diretor de escola e inspetor-geral da Instrução Pública de São Paulo entre as décadas de 1850-1860.

² Elogiosa.

³ Sensata, ponderada.

⁴ Regozijo, alegria.

As obscuras observações que passo a expor foram-me sugeridas pela hiperbólica apreciação da nossa Constituição política, que serve de preâmbulo ao vosso bem elaborado relatório.

As minhas palavras, despidas do maravilhoso prestígio do saber, encerram apenas, escrito com lhaneza⁵, um humilde protesto às vossas afirmações oficiais, que correm estampados com o selo duplo da autoridade.

Sou aluno da vossa escola, mas trago escrito na fronte o símbolo da coerência.

Sectário⁶ acérrimo⁷ das instituições libérrimas⁸, detesto o ecletismo parasita: aceito a democracia até as suas últimas consequências.

Aos sábios, deixo de bom grado as hórridas ambages⁹ da contradição, em que se apuram os talentos robustos.

A fina estratégia só é própria dos espíritos agudos, como o vosso, provados com espanto nas lutas gigantescas do pensamento.

A mediocridade bata-se a pé firme e a peito aberto, fortificada pela consciência, guiada pela razão calma e resguardada das tempestades do gênio. Eis o meu posto de honra.

O magno código de que afouto¹⁰ alardeais prodígios ante as nacionalidades cultas não passa de um aleijão¹¹ abortado. É um agregado disforme de textos contraditórios; rapsódia¹² indigesta extraída de outros, doutamente escritos, na qual se procurou,

⁵ Franqueza, sinceridade.

⁶ Partidário apaixonado, extremado.

⁷ Obstinado, inflexível.

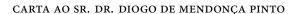
⁸ Superlativo de livre, algo como muitíssimo livre, ou muitíssimo liberais.

⁹ Evasivas, manobras, subterfúgios.

¹⁰ O mesmo que afoito.

¹¹ Coisa malfeita, defeituosa, monstruosa.

¹² Fragmento de um escrito.



com estudada hipocrisia, harmonizar princípios heterogêneos, que se repelem. É o consórcio espantoso da formosa Tétis¹³, delicada, com o monstruoso Adamastor¹⁴.

Aí assoma15, provocando o riso à carrancuda seriedade, a mendiga esfarrapada da jovem democracia de braços dados com o velho poderoso Rei, enviado de Deus para flagelo dos povos.

As delegações perpétuas cortejam, de cancro¹⁶ descoberto, espantadas de si próprias, à soberania indelegável que, à semelhança do Leão decrépito, rosna impotente quando mofador¹⁷ a escouceia18 o asno hirsuto19 de vitaliciedade!...20

O privilégio renasce impávido e tem por tiradores do seu carro aristocrático os hipógrifos²¹ da utilidade comum, atrelados, com cadeias de ferro, à decantada igualdade jurídica dos cidadãos.

Esse grande código, cujas belezas proclamais com desmedido arrojo, à face do mundo civilizado, provocando os hinos da ciência e a admiração dos povos, é um poema herói-cômico²², célebre por não ter sido ainda compreendido pelos encanecidos²³ cultores da literatura.

¹³ Provável referência à ninfa do mar que foi a mãe de Aquiles.

¹⁴ Figura mitológica representada na literatura portuguesa como um monstro marítimo com poderes para afundar embarcações. Em Os Lusíadas, Luís de Camões retratou Adamastor como um gigante furioso que se opôs às navegações portuguesas.

¹⁵ Aparece, surge.

¹⁶ Ferida, ulceração.

¹⁷ Zombeteiro, gozador.

¹⁸ O mesmo que escoiceia, dar coices. Por sentido figurado, insulta, espezinha.

¹⁹ De pelo eriçado, duro. Por sentido figurado, áspero, inflexível.

²⁰ O parágrafo todo é uma alegoria da representação da soberania política no Império. Por um lado, a indelegável soberania popular feita de leão decrépito; e, por outro, a figura do asno arredio e arrogante da vitaliciedade do poder político, que tinha no imperador seu exemplo máximo.

²¹ Animal mitológico representado com asas e garras de águia e patas de cavalo. A alegoria expressa uma crítica mordaz do liberalismo - "utilidade comum", "igualdade jurídica", cidadania -, que serve por tirador, ou seja, aquele que puxa o carro da aristocrático do privilégio, que "renasce impávido". ²² Simultaneamente heróico e cômico.

²³ Velhos, anciões.

Os vossos assertos não envolvem somente erros, que são a partilha dos sábios de todos os tempos: constituem atentados graves, que ferem de morte a verdade histórica, como outrora os punhais do nosso primeiro César²⁴, que, por entre as sombras condensadas da noite do crime, derruiam de chofre²⁵ os vultos eminentes de Ratcliff²⁶, Metrowich²⁷, Loureiro²⁸ e Badaró²⁹.

Neste país desditoso³⁰, em que o povo insonte³¹ é arrastado às hecatombes armadas pelo despotismo astuto e caprichoso, com o sorriso nos lábios e o sagrado entusiasmo a referver no peito; em que o liberto, como outrora o filho de Maria, ungido pela fé, morre delirante nos campos de batalha, ao som inebriante dos clarins e dos epinícios³² divinos entoados à pátria para perpetuar

Refere-se a Pedro I do Brasil, ou Pedro IV de Portugal (1798-1834), nascido em Queluz, Portugal, foi rei de Portugal e Algarves e imperador do Brasil. Por analogia, o primeiro imperador do Brasil seria o "nosso primeiro César".

²⁵ De um só golpe, de uma só tacada.

João Guilherme Ratcliff (1776-1825), nascido em Portugal, foi político, maçom e revolucionário no Brasil. Foi um dos mártires da Confederação do Equador (1824), tendo sido condenado à pena de morte "pelos crimes de rebelião e alta traição", por ordem do imperador Pedro I, em sentença passada em 15 de março de 1825.

²⁷ João Metrowich (?-1825), comandante de navio nascido em Malta, foi um revolucionário e mártir da Confederação do Equador (1824). Assim como Ratcliff e Loureiro, foi condenado à pena de morte "pelos crimes de rebelião e alta traição", por ordem do imperador Pedro I, em sentença passada em 15 de março de 1825.

Joaquim da Silva Loureiro (?-1825), português, foi um dos mártires da Confederação do Equador (1824). Assim como Ratcliff e Loureiro, foi condenado à pena de morte "pelos crimes de rebelião e alta traição", por ordem do imperador Pedro I, em sentença passada em 15 de março de 1825.

Libero Badaró (1798-1830), nascido na Itália, foi médico, jornalista e político que se destacou no Brasil como liberal radical nas lutas políticas da década de 1820. Após sofrer um atentado político, Badaró morreu e passou a ser considerado na crônica político-histórica como um mártir da causa liberal, sobretudo para os liberais e republicanos da antiga província de São Paulo.

³⁰ Infeliz.

³¹ Inocente, que não tem culpa.

³² Cântico feito para comemorar uma vitória ou o regozijo por um feliz acontecimento

CARTA AO SR. DR. DIOGO DE MENDONÇA PINTO

a tenebrosa hediondez da escravidão de seus pais; neste país, em que a virtude é o crime dos néscios³³, a verdade, o vício da plebe, a moral, o apanágio³⁴ dos loucos, o direito, a utopia dos poetas, a justiça, o móvel³⁵ indecoroso dos especuladores, a probidade, o evangelho da indigência, a liberdade escarnecida deixou de ser o verbo da redenção, escrito com caracteres de fogo no topo do Calvário.³⁶

A louca apostasia³⁷ é o primeiro título de nobreza dos paladinos homéricos das conquistas hodiernas. A flor de lis, que fazia a soberba dos antigos fidalgos, foi apagada dos modernos brasões; em seu lugar avulta a baixeza em burilados relevos de primoroso metal.

Os inalienáveis direitos do homem, cuja proclamação imortalizou [sic] os inspirados revolucionários da França de 1789, e que, por sabedoria ou por escárnio, foram transcritos nesse código fundamental, não passam de linhas negras lançadas em um livro condenado. São hieróglifos obscuros; exóticas rabiscas, que despertam a curiosidade, mas que o povo não entende; porque este grande povo não sabe ler!

Os castelos feudais da fidalguia européia, construídos durante o predomínio da velha metrópole, caíram impelidos pelo tufão revolucionário de 1831; em seu lugar, porém, levantaram-se a fofa aristocracia monocrática³⁸; as dragonas³⁹ subservientes da Guarda sedentária; os sáfaros⁴⁰ Cossacos⁴¹ adoradores emper-

³³ Ignorantes, estúpidos.

³⁴ Atributo ou privilégio, espécie de recompensa.

³⁵ Motivo

 $^{^{\}rm 36}\,$ Calvário, ou Gólgota, é a colina na qual Jesus foi crucificado.

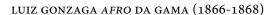
³⁷ Renúncia de uma religião, crença, ideia.

O mesmo que monárquica, regime em que o governante detém a soberania política de modo autocrático, absoluto.

³⁹ Metonímia para militares, que usam tal ornamento em suas fardas.

⁴⁰ Toscos, grosseiros.

⁴¹ No sentido de soldados bárbaros.



rados⁴² do conde Sippe e a impávida arrogância dos globosos⁴³ locandeiros⁴⁴ de que fala Byron⁴⁵, cujos palácios, diz o exímio poeta, são tão imundos como o tugúrio⁴⁶ de esquálidos mendigos.

Derreteram-se os exclusivismos perigosos ao sopro das palavras mágicas pronunciadas à margem do Ipiranga, pelo filho astuto da devassa Carlota Joaquina; exclusivismos odiosos, que extremavam as castas privilegiadas da plebe submissa escravizada; porém o metal ferrente, que transbordava em jorros das fornalhas da revolução, correu por sobre as alcatifas⁴⁷ dos palácios, vazou-se em novos moldes e estampou essas figuras grotescas, semi-nobres ou semi-plebeias, que constituem a tresloucada oligarquia parlamentar que serve de supedâneo⁴⁸ ao trono e de cúpula à Nação!

E é diante deste quadro, senhor, que proclamais com orgulho napoleônico a felicidade suprema dos Brasileiros?!

Não vos iludais com a despejada licença de que usam anchos⁴⁹ a imprensa corrompida e o parlamento avassalado; é isso um perigoso presente de Gregos de que devem recear-se os moder-

⁴² Teimosos, obtusos.

⁴³ Que tem forma globular, arredondada. Por extensão de sentido, sujeito demasiado gordo.

Taberneiro, bodegueiro. Por extensão de sentido dentro do contexto pejorativo, indivíduo porcalhão, mal-acabado

⁴⁵ George Gordon Byron (1788-1824), conhecido como Lord Byron, foi um poeta inglês e figura decisiva para o romantismo, sendo sua obra de referência obrigatória para a geração de escritores românticos brasileiros do século XIX. Teve destacada atuação política como revolucionário na Guerra da Independência da Grécia (1821-1829), onde morreu no campo de batalha.

⁴⁶ Casebre, barraco.

⁴⁷ Tapetes.

⁴⁸ Base, pedestal.

⁴⁹ Por sentido figurado, vaidosos, orgulhosos.



nos Laocoontes⁵⁰, que estremes⁵¹ da lepra da política reinante aguardam, com a inabalável resolução de Terâmenes⁵², a taça da cicuta⁵³, que lhes apresentará o novo Crítias⁵⁴ do absolutismo disfarçado.

No país em que Augusto⁵⁵ é o pai adorado da sabedoria; em que os Virgílios⁵⁶ assalariados, tendo por tapete os livros sagrados da história pátria, escrevem soberbas epopeias sobre cofres de ouro; em que o governo pensa pelos sábios; julga pelos magistrados; trabalha pelo povo; vela pela propriedade; cultiva pelo agricultor; inventa e aperfeiçoa pelo artista; legisla pelos parlamentos; estuda e lê pelos ignorantes; assassina pelos sicários⁵⁷; espolia pelo salteador e até reza piedoso pela salvação dos crentes, neste país, a liberdade é um sonho de escravo.

⁵⁰ Sacerdote troiano que tem papel destacado nos ciclos épicos da poesia grega. Ao falar do "perigoso presente de Gregos", o autor remete a um acontecimento em particular, quando Laocoonte atacou o cavalo de Tróia, imaginando antes de todos ser aquele presente uma armadilha. O emprego da expressão sugere alguém que aponta algo que aos demais pareça incredível, muito embora os acontecimentos futuros deem razão àquele julgamento inicial.

⁵¹ Apartados, separados.

⁵² Terâmenes (?-404 a.C.) nasceu em Estíria, atual Áustria, estrategista militar e estadista ateniense que teve destacada ação política durante a Guerra do Peloponeso (431 a.C.-404 a.C.).

⁵³ Representa, no contexto, a sentença definitiva, capital.

⁵⁴ Crítias (460 a.C-403 a.C) foi um filósofo nascido em Atenas, tio de Platão e membro do grupo dos Trinta Tiranos que governaram a cidade. Pelo contexto, o autor remete ao processo de execução de Terâmanes, quando foi acusado de traição perante o Conselho dos Trinta Tiranos e foi perseguido por Crítias.

Augusto (63 a.C-14 d.C) foi o fundador do Império romano e seu primeiro imperador. Por metonímia, no entanto, o autor se refere ao monarca Pedro II.

Refere-se a Públio Virgílio Maro (70 a.C.-19 a.C.), poeta romano de profunda influência na literatura ocidental que escreveu, entre diversas obras clássicas, a *Eneida*, poema épico que narra o mito fundacional de Roma. Explorando a versão de que Virgílio foi protegido e incentivado pelo imperador Augusto (63 a.C-14) para compor a *Eneida*, *Afro*, por metonímia, critica os letrados de alta erudição do Império brasileiro que, assalariados pelo monarca, "escrevem soberbas epopeias sobre cofre de ouros".

⁵⁷ Facínoras.

A submissão enervadora⁵⁸ em que jaz prostrado o famoso gigante da América meridional, e que vos mereceu tão faustosa apologia, sucedeu às épocas rememoráveis em que este povo infeliz pretendeu emancipar-se do jugo ferrenho dos tiranos.

Foi a época do aprendizado constitucional, dizei vós, em que o erro fermentava perigosamente no seio das agitações turbulentas. Enganai-vos.

Foi a época das maravilhosas dedicações e dos martírios sublimados, pela magna causa da liberdade.

Foi a época imorredoura dos heróis Paraenses, dos Bahianos separatistas, dos Pernambucanos patriotas, dos Rio-Grandenses invencíveis, dos Mineiros estoicos de Santa Luzia, e dos célebres deputados federalistas.⁵⁹

Então lutava-se com pujança pelas santas ideias da autonomia pessoal e os válidos combatentes, indobráveis⁶⁰ como Spartacos⁶¹, morriam como Nunes Machado⁶², à sombra de seus estandartes.

⁵⁸ Que enerva, irrita, impacienta.

Nesse parágrafo, o autor sintetiza numa só "época imorredoura" as diversas lutas contrárias à centralização monárquica, ou mesmo anti-imperialistas que ocorreram no Brasil na primeira metade do século XIX. Cita indiretamente a Cabanagem (1835), no Pará; a Sabinada (1837), na Bahia; a Confederação do Equador (1824), em Pernambuco; a Batalha de Santa Luzia, em Minas Gerais, no contexto das revoltas liberais de 1842. Difícil precisar, contudo, quem são os "célebres deputados federalistas", se uma designação genérica ou um grupo em particular.

⁶⁰ Impossível de se dobrar, que não se verga. Que não se submete.

Spartacus (109 a.C-71 a.C) foi um gladiador-general, estrategista e líder popular que escapou da escravidão a que era submetido e, num levante de grandes proporções, organizou um exército que enfrentou o poder central de Roma na Terceira Guerra Servil (73 a.C-71 a.C). São diversas as citações de Gama a Spartacus, grafado de variadas maneiras, a exemplo de Espártacos, o que revela sua admiração e até mesmo veneração pela história do mártir que venceu o cativeiro e lutou pelo fim da escravidão.

⁶² Joaquim Nunes Machado (1809-1849) foi um político e juiz de direito pernambucano. Deputado por várias legislaturas, Nunes Machado foi um líderes da Revolta Praieira (1848-1850) e morreu em combate ocorrido entre os membros da Partido da Praia e as tropas do governo imperial.

CARTA AO SR. DR. DIOGO DE MENDONÇA PINTO

Bem sei eu que mui notável é o contraste que se nota entre o glorioso civismo daqueles tempos e o ignóbil⁶³ servilismo de hoje.

A política inflexível metamorfoseou-se na mercancia abjeta dos bufarinheiros⁶⁴ boêmios de todas as seitas; a moral do povo realça a glória das freiras roufenhas⁶⁵ e dos frades barbadinhos.

Hoje há duas entidades notáveis em todo o vasto Brasil: uma comandita⁶⁶ governamental, ambiciosa e desregrada, e uma escravatura conquistada, submissa e humilde, que arde em sôfregos desejos de bem servir a seus senhores.

Felizes, muito felizes são, por certo, meu respeitável dr., os *anárquicos* republicanos argentinos e orientais⁶⁷, que ainda não cansaram de lutar, com inaudito valor contra o monstro feroz do despotismo, que ameaça tragá-los.

São homens que ainda têm consciência de si e que não riscaram da memória este grande princípio democrático: *conhece-te e governa-te a ti mesmo*; porque as ficções extravagantes pertencem ao mundo da poesia vária⁶⁸.

Sobre a instrução do povo, honrado dr., dir-vos-ei pouco. A vossa ilustração dispensa-me de longos arrazoados sobre esta matéria que conheceis a fundo.

⁶³ Repugnante, deplorável.

⁶⁴ Mascates, vendedores de bugigangas.

⁶⁵ Fanhosas, que parecem falar pelo nariz.

Expressão do direito empresarial que designa uma sociedade comercial com duas classes de sócios: os comanditados e os comanditários. Os comanditados têm responsabilidade ilimitada frente a terceiros, maiores obrigações sociais, trabalham e contribuem financeiramente; os comanditários, ao contrário, têm responsabilidade limitada, são alheios de obrigações na administração do negócio, não contribuem com trabalho, apenas com capital. O emprego do termo é cirúrgico para o propósito crítico da tese do autor: desvela a igualdade entre cidadãos como uma grosseira ficção jurídica e ataca a hipocrisia do pacto político numa sociedade de classes.

⁶⁷ Uruguaios.

⁶⁸ Que oscila, que varia, que não é constante.

Notar-vos-ei, somente, que o *bárbaro Ditador da imunda República do Paraguai*⁶⁹ tornou gratuita e obrigatória a instrução primária em seus domínios.

O que ela é entre nós, di-lo com eloquência inimitável o gênio de Álvares de Azevedo⁷⁰, ouvi-o:

"E quando os governos se descuidam; quando a instrução pública é mais irrisão⁷¹ e escárnio que a realização do preceito da lei; quando não há peias⁷² que se evitem à popularização do saber, quando se escasseia a instrução primária para as classes baixas, nega-se proteção e melhoramento para os colégios públicos e não se quer dar caça aos obstáculos pecuniários que vedam a porta das academias às classes pobres – iludindo assim o princípio constitucional, as garantias de instrução feitas ao povo; quando, enfim, depois de 30 anos de existência livre os governos não quiseram ainda realizar a promessa do lábaro de nossas liberdades, que nos garante universidades –, tímidos, talvez, como os olhos quebrados do doentio, que se dissipe a nuvem de ignorância, que é a parceira do despotismo, etc., etc..."

Se a nossa Constituição anacrônica e absurda há mister de remendados atavios⁷³ para deslumbrar este povo embrutecido, imagem fiel dos servos bizantinos, e se os frutos envenenados que tem produzido esse manual de ridículas cerimônias devem ser decantados em honra da sandice, a outro e não a vós, deve caber essa inglória tarefa, respeitável dr.

Sois homem livre e semelhante empresa só é digna dos agaloados⁷⁴ lacaios da casa de Bourbon.

⁶⁹ O uso do italíco indica provável citação de outro artigo na imprensa ou mesmo do relatório de Instrução Pública.

Manoel Antônio Álvares de Azevedo (1831-1852) foi poeta, dramaturgo e escritor paulista.

⁷¹ Zombaria.

⁷² Amarras, freios.

⁷³ Enfeites, ornamentos.

⁷⁴ Indivíduo que usa galão no vestuário. Espécie de adorno que sinaliza condecoração, distinção de patente, privilégio ou classe.



CARTA AO SR. DR. DIOGO DE MENDONÇA PINTO

Dai de mão a esse cadáver infecto. Não o galvanizeis⁷⁵; por vossa honra e pelas nossas ideias; deixai-o exposto na praça pública, para que seja visto em toda a sua hediondez.

Nossa missão é outra.

Tomemos posto ao lado do túmulo do nosso irmão Landulpho Medrado 76 .

É aí que imaculado tremula em todo seu esplendor o estandarte sagrado da democracia.

Acordemos o povo.

Vosso admirador e amigo,

Afro.

⁷⁵ Provoqueis.

José Joaquim Landulpho da Rocha Medrado (1831-1860), nascido na Bahia, foi poeta, advogado e político. Em 1860, publicou aquele que viria a ser seu livro mais conhecido: Os Cortesãos e a Viagem do Imperador.



[resposta ao editorial do diário de s.paulo]

Artigo político que rebate recente editorial do jornal conservador Diário de S. Paulo e trata da relação entre religião e Estado.* Afro defende o processo constituinte laico dos Estados Unidos da América, duramente rechaçado pela redação do Diário, como exemplo em que o Brasil deveria mirar para o seu futuro. "Quero uma Constituição democrática e americana, que seja a encarnação dos inalienáveis direitos do homem, fonte inexaurível de públicas liberdades", dizia Afro, criticando duramente o processo constituinte brasileiro de 1823, que resultou em uma Constituição política imposta aos Brasileiros, e que não pode ser aceita por aqueles que têm a sua independência em elevado apreço".

 \sim

Ilustrado redator,

Permiti² que, apartando-me por um pouco da espessa escuridade que me cerca, venha eu até a barra da imprensa esclarecida protestar, atencioso, contra alguns assertos contidos no bem elaborado artigo editorial do vosso *Diário* de hoje, que encheramme de espanto.

Em matéria religiosa, peço-vos humildemente permissão para declinar da vossa egrégia autoridade, antepondo respeitoso ao vosso alpinoado³ romano fervor, que sobremodo acato, as sábias

¹ In: Diário de S. Paulo (SP), Publicações Pedidas, 20/09/1866, p. 2.

² Embora inusual, manterei a grafia original que corretamente indica o imperativo do verbo permitir na segunda pessoa do plural (vós).

³ Relacionado a alpino, no sentido de elevado.

palavras do muito ilustrado monsenhor Dupanloup⁴, bispo de Orleans, insertas no monumentoso discurso de recepção por ele pronunciado na respeitável academia francesa, em 1855:

"Entre católicos e protestantes só há uma diferença ou desconformidade (negar ou afirmar que *existe na terra* uma autoridade doutrinal). O que quer dizer que os católicos admitem entre a palavra de Deus e a razão humana uma autoridade doutrinal e os protestantes não admitem intermediário entre as duas entidades, porque ambas são dádivas do mesmo Deus."

Por esta bela sentença, emanada dos lábios ungidos de um cultor eminente da ciência, ficareis, por certo, de ânimo tranquilo e convencido milagrosamente de que o *devastador protestantismo* não é tão mau como no-lo descrevestes; assim como eu estou seguro e bem persuadido que o diabo não é tão feio como pintamno seus irmãos padres.

A tremenda liberdade religiosa, que vos incute maior terror do que os perniciosos efeitos do toucinho ao supersticioso e feroz Mafamede⁵ é, sem a menor contestação, a base da liberdade política dos povos, como vós bem o sabeis. Sem ela poderemos ser tudo, até chinos ou cossacos; porém nunca um povo livre.

O exemplo desta verdade absoluta está gravado na história e na consciência dos escritores sisudos. A vossa inequívoca ilustração vo-lo tem deparado de contínuo; porém vós pretendeis a

⁴ Félix Antoine Philibert Dupanloup (1802-1878) foi um teólogo, jornalista e político francês, que advogou ideias do liberalismo católico e se opôs a dogmas eclesiásticos que interessavam ao debate brasileiro da segunda metade do século XIX, como a infalibilidade da autoridade do papa. Como bispo de Orleans, além de posições anti-maçônicas, Dupanloup defendeu energicamente que a Igreja Católica canonizasse Joana D'Arc, feito esse ocorrido décadas após suas primeiras iniciativas.

⁵ Designação pejorativa para muçulmanos, indivíduos que professam a fé islâmica. É de se notar que o autor lance mão de um termo como esse num jornal católico, onde ele próprio não tinha espaço e, como se vê nesse e nos outros artigos publicados no *Diário*, era uma voz dissonante e mesmo atacada pelos redatores. Parece, com isso, acenar em particular para os leitores desse jornal, seus oposicionistas, com um vocabulário que lhes era possivelmente usual.

[RESPOSTA AO EDITORIAL DO DIÁRIO DE S.PAULO]

todo transe (afanosa empresa!) provar aos sinceros paulistas um fato lamentável, que o homem é como a âncora de bronze, que só é útil quando está abaixo do navio, e que, semelhantemente, o povo só é grande quando humilhado pelas pesadas plantas do absolutismo.

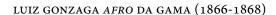
A Rússia teocrática, a Prússia despótica e semi-bárbara, a França conquistadora e a própria Inglaterra feudal, tão decantada pelos simulados escritores brasileiros e europeus, esteiam com forte robustez o vosso luminoso pensamento; porém, os Estados Unidos da América do Norte e as doutas palavras do eminente sr. Laboulaye⁶ rompem com ousadia impetuosa uma nova era nos fastos seculares da humanidade, hasteando acima de todos os prejuízos dos povos antigos do Velho Mundo o sagrado estandarte da democracia, que tem o seu conto⁷ de ferro cravado em um pedestal mais duradouro que o mármore e que o granito: é o livro eterno dos Santos Evangelhos.

Nenhum povo; nenhum indivíduo pode jactar-se⁸ de sua independência, tendo a consciência subjugada pela ardilosa embófia⁹ dos taumaturgos¹⁰ impudicos¹¹ e pela atrevida filáucia¹² da impostura, que governa por delegação divina.

Foi por isso que assim escreveu o venerando sr. Antonio Feliciano de Castilho¹³, em um momento de sublime inspiração:

- ⁷ Peça metálica na extremidade da haste do estandarte.
- ⁸ Gabar-se, vangloriar-se.
- ⁹ Malícia, mentira astuciosa.
- 10 Charlatães, trapaceiros.
- 11 Imorais, sem-vergonha.
- 12 Presunção exacerbada.
- António Feliciano de Castilho (1800-1875) foi um polemista, educador e escritor romântico português que criou, como pedagogo, um método próprio de aprendizagem o Método Português Castilho.

⁶ Édouard René de Laboulaye Lefèvre (1811-1883) foi um jurista, político e historiador francês. Professor de direito e abolicionista, chegou a presidir a Sociedade Francesa pela Abolição da Escravidão. No entanto, esse parágrafo muito bem ilustra uma outra faceta pela qual Laboulaye tornou-se conhecido: a de estudioso da sociedade norte-americana, tema de grande quantidade de livros que escreveu.



"Fado¹⁴ mau parece que é este dos povos, ter sempre a sua liberdade de ser combatida pelos dois mais poderosos inimigos, os assentados no trono e os encostados no altar, os árbitros deste mundo e os introdutores do outro, para que onde a força, a veneração e o sofisma do presente não podem chegar, cheguem as ameaças do futuro e pela consciência se remate a obra péssima encetada¹⁵ pelo medo e pelo erro."

Estas palavras encerram a condenação das vossas doutrinas.

As importantíssimas reformas constitucionais indicadas pela associação cortesã da emigração americana, que tanto vos apavora, eu as quereria ver realizadas hoje mesmo, se fosse possível contar com a patriótica dedicação de um parlamento composto de cidadãos dignos da República e da confiança do povo, e com a sinceridade de um governo honesto, que rendesse cultos à moral.

Elas constituem o precioso heléboro¹⁶ de que havemos mister, para que sejamos uma nação livre e digna da admiração do mundo civilizado, que nos observa.

É preciso que não confundais a magnitude das ideias contidas nessa indicação importantíssima com o caráter aventureiro de seus autores, nem com as torpes ambições dos cavalheiros de indústria¹⁷, que desgraçadamente representam a nossa infeliz pátria abandonada aos botes da pilhagem e às insolências da devassidão.

Quero uma Constituição democrática e americana, que seja a

¹⁴ Destino, sina.

¹⁵ Iniciada.

Gênero de planta da família das *Raununculáceas*. O emprego do termo possivelmente está associado à raiz do heléboro branco, poderoso purgante, vermífugo e medicamento para o tratamento de sarna. De todo modo, a metáfora indica a necessidade de cura de um corpo enfermo.

¹⁷ Por sentido figurado, astúcia, malícia.



encarnação dos inalienáveis direitos do homem, fonte inexaurível de públicas liberdades e não esse disforme agregado de grosseiros absurdos, parto ignominioso¹⁸ de ranraneiros¹⁹ bestuntos²⁰.

[RESPOSTA AO EDITORIAL DO DIÁRIO DE S.PAULO]

Eu respeito muito e venero com profunda submissão os velados fautores²¹ da nossa memorável emancipação política, que, imaculados sacerdotes, souberam guardar inteira, no seio da mais agra²² pobreza em que viveram, a casta virtude que adoravam como idólatras; mas não posso ler, sem cobrir-me de pejo²³, estas imorredouras palavras do Cincinato²⁴ brasileiro, proferidas na Assembleia Constituinte:

"Até onde chegar a minha voz, protesto, à face da Assembleia e de todo o povo, que havemos de organizar uma Constituição, não democrática, mas monárquica; eu serei o primeiro a conceder ao Imperador aquilo que lhe for devido."

Tais foram as palavras do velho conselheiro José Bonifácio²⁵, chefe proeminente dos republicanos do Rio de Janeiro, não des-

¹⁸ Desonroso.

¹⁹ Manterei a grafia como a original, na hipótese de indicar alguma expressão que escape aos dicionários consultados, embora exista a possibilidade de erro tipográfico, no qual a palavra seria ronroneiros, isto é, aqueles que ronronam, que realizam o ato de ronronar, o que, por sentido figurado, sugere aqueles que meditam, que pensam.

²⁰ O mesmo que cabeça, mas usualmente com conotação pejorativa, como indicativo de inteligência curta.

²¹ Defensores, protetores.

²² Árdua, dura.

²³ Vergonha.

²⁴ Referência a Lúcio Quíncio Cincinato (519 a.C-439.A.C), general, cônsul e ditador romano, considerado por parte dos cidadãos da Roma Antiga como um de seus heróis e modelo de virtudes. A correlação de José Bonifácio, o Patriarca, com Cincinato foi estendida, em outra oportunidade, para José Bonifácio, o Moço. Na primeira, o autor era *Afro*, na segunda, *Gama*.

²⁵ José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), nascido em Santos (SP), passou para a crônica político-histórica como o Patriarca da Independência do Brasil. Foi um célebre político, naturalista e poeta que exerceu diversos postoschave na política da primeira metade do século XIX, dentre eles o de deputado constituinte em 1823. É ao período de constituinte que *Afro* se reporta nesse



mentidas pela Constituição política imposta aos Brasileiros, e que não pode ser aceita por aqueles que têm a sua independência em elevado apreço e em minguada conta o fausto das monarquias.

Aos apodos²⁶ que, com arrojada cólera, lançais irrefletido aos Estados Unidos da América do Norte, alvo paciente dos vossos rancores político-religiosos, magnânimas respondem a grandeza de suas instituições invejáveis e a liberdade que, com assombro dos tronos e de todos os fiéis vassalos, gozam os seus cidadãos.

Creio ter, sem quebrantamento da vossa dignidade, contestado com critério as vossas ideias contidas no artigo a que no princípio desta referi-me.

Sou vosso respeitador, *Afro*.

52

artigo, quando José Bonifácio foi uma liderança liberal de grande expressão, tendo sido preso na noite da dissolução da Assembleia Constituinte e, ato contínuo, exilado do Brasil por ordem do imperador Pedro I.

 $^{^{\}rm 26}~$ Ditos irônicos ou ultrajantes.

[resposta a mustela]¹

Artigo político que critica a redação do* Diário de S. Paulo por censurar que Afro publicasse um anúncio naquele jornal. O texto, portanto, teve de vir a público em outro veículo, o Correio Paulistano, e aproveitou para atacar os redatores do Diário, ou, nas palavras de Afro, usualmente carregadas de metáforas a um só tempo bíblicas e urbanas, "capoeiras da imprensa, que fazem do povo a sua misteriosa escada de Jacó, para chegarem, com artimanhas, ao paraíso político".

Ilustrado redator,

Permit[a] que pelas colunas do vosso conceituado jornal eu responda a um artigo publicado no *Diário* de hoje, assinado pelo pseudônimo "Mustela", sobre a subscrição² aberta no escritório dos srs. drs. Bernardo Gavião³, Ribeiro & Gavião⁴, em favor dos guardas nacionais designados.

¹ In: Correio Paulistano (SP), A Pedido, 06/12/1866, p. 2.

² Compromisso assumido por escrito pelo qual o subscritor contribui com determinada quantia para alguma empresa, obra filantrópica ou homenagem. Nesse caso, a subscrição visava auxiliar os guardas nacionais.

³ Bernardo Avelino Gavião Peixoto (1827-1912), banqueiro, desembargador e político paulista, filho de Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, militar e expresidente da província de São Paulo. Proprietário de muitos negócios, Gavião Peixoto foi um dos homens mais abastados e poderosos de São Paulo.

⁴ Além de Bernardo Gavião, a casa bancária levava o sobrenome de outros dois sócios, respectivamente, João Ribeiro da Silva, negociante, banqueiro e advogado, além de cunhado de Bernardo Gavião; e Camilo Gavião Peixoto (1830-1883), banqueiro, delegado de polícia, deputado e irmão mais novo de Bernardo Gavião.

Que esse apelo à generosidade dos honrados paulistas seria respondido com indiferença já sabia eu quando, em companhia de amigos, resolvi-me a fazê-lo. Conheço de sobejo⁵ os meus compatrícios e sei com justeza avaliar a fraqueza⁶ de seu caráter; o que, porém, espanta-me e enche-me de indignação é a vileza com que para comigo procedeu à distância a administração do *Diário*, rejeitando o anúncio em que eu solicitava o concurso de todos os cidadãos em prol dos infelizes designados e aceitando prazenteiro uma censura acrimoniosa⁷ contra os que não atenderam ao nobre apelo que lhes foi feito...

Sou muito amigo da coerência e devoto incensador⁸ da justiça, pelo que detesto os botes de sancadilha⁹ dos capoeiras da imprensa, que fazem do povo a sua misteriosa escada de Jacó¹⁰, para chegarem, com artimanhas, ao paraíso político.

Pode o sr. "Mustela" tranquilizar o seu espírito. O povo há de, algum dia, tirar-se do lodaçal em que o sepultaram; mas esse dia só chegará quando ele, cansado das decepções e dos especuladores de todas as espécies, que o aturdem, abrir mão dos tribunos refalsados, das mustelas¹¹ roedoras e dos diretórios, e deixar-se guiar tão somente pelas suas espontâneas aspirações e pelos seus únicos e legítimos interesses.

S. Paulo, 5 de Dezembro de 1866.

Afro.

⁵ De sobra, demasiado.

⁶ Por possível erro tipográfico, o termo aplicável ao contexto parece ser franqueza.

⁷ Severa, áspera.

⁸ No sentido de entusiasta.

⁹ Rasteira, sacanagem, tramóia.

Referência à passagem bíblica (Gen. 28, 11-19) que menciona a escada pela qual os anjos ascendiam ao céu e desciam à terra. Pelo contexto, nota-se a ironia do autor em contrastar metáforas religiosas aos assuntos mundanos da política, quiçá provocando no leitor da época a indignação com a profanação da representação popular.

¹¹ Aqui o autor ressignifica o nome do contendor, Mustela, utilizando-o agora como substantivo, que designa o pequeno roedor, também conhecido como furão.

[Resposta a Demócrito]

Texto político-partidário. O contexto da luta política é instigante e revelador da disputa interna entre os chamados liberais históricos e liberais dissidentes. Nesse artigo, Gama respondia a um conservador que escrevia sob o pseudônimo de* Demócrito nas páginas do igualmente conservador Diário de S. Paulo. A visão externa, ou antes, do adversário, joga luz sobre os bastidores da eleição prévia entre liberais para Câmara e juízes de paz na freguesia da Sé. Gama é tratado de modo pejorativo no artigo - que aqui ele responderia. Ele integraria, nas palavras de Demócrito, a "canalha" do Partido Liberal, que viria a ser a ala radical e popular do partido. Um flagrante da reunião, narrado por Demócrito, ilustra bem a divisão interna entre liberais. Numa divergência acalorada que levava à possibilidade dessas tendências baterem chapas separadamente, interviu Bernardo Gavião, o mesmo que tornaria-se um dos maiores banqueiros e mega-proprietário de escravizados de São Paulo, contra a insurgência da dissidência liderada por Gama. Leiamos um trecho do artigo que Gama contestaria na sequência. "O sr. B. Gavião foi o primeiro a enunciar a sua opinião, declarando com a mais descomunal altivez, que era uma infâmia para os homens importantes do partido a aceitação de uma ideia imposta pela canalha! E quando um homem do povo [Luiz Gama!] respondia à S. Excia., fazendo-lhe ver que, sem essa canalha, não era possível a vitória, S. Excia., com aquele orgulho repetiu as seguintes palavras: triunfaremos, porque a canalha compra-se com dinheiro!!" O grupo liderado por Gama perdeu internamente. A resposta que daria - e se lê a seguir - é de que não se venderam "aos homens do dinheiro", mas que, convencidos de que a divisão daria a vitória às "legiões conservadoras", deveriam suspender o combate fratricida. Em síntese, nas palavras de Gama: "ante o inimigo comum, suspendemos a guerra civil".



Ilustrado Redator,

¹ In: Correio Paulistano (SP), A Pedido, 20/01/1867, p. 3.



O *Diário* de hoje deparou-me um comunicado sob a inscrição "O passado e presente", no qual lê-se o seguinte trecho relativamente à eleição prévia por mim iniciada nesta cidade, em 1864.

"Venderam-na meia dúzia de traidores, que em todas as épocas fingem-se sinceros amigos do povo e vivem à soldo dos homens de dinheiro".²

Fui eu quem convidou os sustentadores da eleição prévia a cerrarem fileiras porque a bandeira do diretório liberal, que combatíamos, era seriamente ameaçada pelas legiões conservadoras; ante o inimigo comum, suspendemos a guerra civil. E ao esforço nimiamente³ patriótico dos propugnadores da eleição prévia, em número maior de 100, deveu o diretório a vitória das urnas.

O autor do artigo à quem me refiro, mente quando afirma que os falsos amigos do povo venderam a eleição aos homens do dinheiro; eu o desafio a comprovar o asserto.

- S. Paulo, 19 de Janeiro de 1867.
- L. Gama.

² A citação confere com o original e, como Gama menciona acima, foi publicada no *Diário de S. Paulo*, em edição de 19/01/1867, p. 2. O trecho comentado na nota introdutória ao artigo provém desse texto.

³ Demasiadamente, excessivamente.

Considerandum eleitoral

Representando os eleitores do distrito da Sé, centro de São Paulo, Luiz Gama redigiu um* considerandum relativo ao processo eleitoral na província de São Paulo. O grupo de eleitores pretendia uma espécie de controle da atividade dos deputados daquela jurisdição eleitoral, fazendo-os "impreterivelmente" cumprir uma agenda legislativa de oito compromissos. A pauta de exigências é realmente eloquente enquanto controle da representação parlamentar através sociedade civil organizada. A partir de uma hermenêutica constitucional bastamte crítica, Gama formulou um conjunto de medidas que abolisse a religião oficial de Estado; descentralizasse o poder central da Corte e a Guarda Nacional; tornasse a polícia eletiva; criasse tribunais correcionais populares e reforçasse as instâncias eleitorais e legislativas locais. É de se notar que, inserido num considerandum eleitoral voltado à descentralização dos meios de representação parlamentar, esteja incluso um item específico ao tema da educação pública justamente em consonância à proposta que Afro desenvolvia nas páginas da Democracia -, a saber, instrução pública obrigatória, ensino livre e admissão dos pobres na rede de ensino secundário.

 \sim

Considerando os cidadãos liberais votantes da paróquia da Sé, da cidade de S. Paulo, que os mais vitais interesses do povo brasileiro hão sido continuamente sacrificados às ambições desordenadas de uma dissoluta oligarquia parlamentar, que, há cerca de meio século, assenhorou-se de todas as posições oficiais, ora sob a dissimulada bandeira da ordem e da manutenção das instituições juradas²; ora sob os auspícios de uma suposta

¹ In: Correio Paulistano (SP), A Pedido, 22/01/1867, p. 2.

² Refere-se ao juramento do monarca, evocando a ideia de força normativa que o ato do imperador conteria.

democracia, cujo nome é invocado, com indizível audácia, pelos especuladores de todos os credos políticos, para encobrir a astúcia, envernizar a fraude e galvazinar a corrupção; ora em nome da conciliação dos partidos para a unificação dos princípios políticos; ora para ligar as ideias, solidificar e salvar o Império;

Considerando mais, que o governo tem, por todos os meios de que dispõe, desviado o clero nacional da missão augusta de que o fez depositário o Mártir do Gólgota³, afastando cavilosamente de seus deveres espirituais, corrompendo-o, por meio de graças e de empregos temporais, desenvolvendo-lhe a cobiça pelo fasto e pelas puerilidades da vida humana e inundando, com despejado arrojo, as terras do Brasil de jesuítas astutos, inimigos declarados das liberdades públicas e instrumentos cegos da prepotência e do despotismo, com violação flagrante dos mais sólidos preceitos da moral e dos bons costumes, e da liberdade de consciência, base de todas as felicidades sociais;

Considerando que o povo do Brasil, adrede⁴ sepultado nas trevas da mais grosseira ignorância, representa, em face da América meridional, um papel secundário que o degrada quando devera ser assinalado como o primeiro, não só pelos recursos naturais de seu solo ubérrimo como pela índole pacífica e nimiamente⁵ progressiva de seus habitantes;

Considerando que os agentes do Poder Legislativo se vendem constante e miseravelmente ao ouro e à influência perniciosa do Poder Executivo; que as leis são promulgadas em virtude de sugestões criminosas e interpretadas cotidianamente por agentes incompetentes; que a perigosa ditadura constitui, com escândalo inaudito, a governação regular do país; que os impostos são lançados a esmo, sem prévio estudo e sem atenção aos magnos

³ Gólgota, ou Calvário, é a colina na qual Jesus foi crucificado.

⁴ Premeditadamente.

⁵ Demasiadamente, excessivamente.

CONSIDERANDUM ELEITORAL

interesses do povo; e que o Poder Executivo se há, cedendo às mais trescolucadas aspirações, constituído o árbitro supremo da nação;

Considerando que uma das causas lamentáveis do perigoso falseamento do Poder Legislativo provém indubitavelmente do elemento vitalício do Senado, que anula completamente a soberania nacional em relação a esse importante ramo dos poderes políticos, que é, por tal modo, menos um mandato do que uma ominosa⁶ autocracia;

Considerando que o atual sistema eleitoral, para a nomeação de deputados às câmaras temporária e provinciais, por grandes distritos, é altamente contrário e não menos prejudicial aos bem entendidos interesses do povo e favorável somente à corruptora prepotência dos senhores feudais das províncias, agentes diretos da aristocracia e elos poderosos da imensa cadeia da centralização administrativa;

Considerando as graves consequências do desprestígio em que tem caído o Brasil, aos olhos das nações americanas e a notável displicência que lhe tem causado as funestas convenções consulares celebradas pelo governo imperial em virtude do Decreto nº 1.096, de 10 de Setembro de 1860,⁷ cujo único fim foi desnacionalizar mais de um milhão de brasileiros, contra a expressa disposição da Constituição política do Império e submetê-los à indébita jurisdição de autoridades estrangeiras dentro do território brasileiro, com menoscabo das mais terminantes prescrições da jurisprudência pátria e exemplar desprestígio das nossas autoridades;

Considerando que a Guarda Nacional, instituída para manter as leis fundamentais do Estado, acha-se convertida em arma fratricida do despotismo, o mais feroz, e completamente avassa-

⁶ Abominável, execrável.

O decreto regulava os direitos civis e políticos dos filhos de estrangeiros nascidos no Brasil, cujos pais não estivessem em serviço de seu país, e das estrangeiras que se casassem com brasileiros; assim como das brasileiras que se casassem com estrangeiros.

lada pelos desmandos do poder, chegando a transformar-se em açoite aos cidadãos pacíficos, ruína da lavoura e aniquilamento da indústria, únicas fontes da riqueza nacional;

Considerando que a polícia, elemento poderoso de paz, garantia do direito e zeladora da ordem pública, longe de promover a felicidade social e o livre exercício das prerrogativas civis e políticas dos cidadãos, fez-se a detestável corruptora dos sãos costumes e o principal elemento da desordem e da anarquia, pela criminosa ousadia de seus descomedidos agentes e culposa condescendência do governo;

Considerando que a concussão, a peita⁸ e o suborno, animados pela ambição de mando e de riquezas e pela impunidade, estão prestes a precipitar o Brasil na mais ignominiosa degradação;

Os referidos cidadãos votantes da paróquia da Sé, investidos de seus poderes soberanos e inalienáveis, depois de terem maduramente refletido e observado com todo o critério os salutares conselhos da prudência, resolveram, para o bem comum dos brasileiros, exigir de seus eleitores, que estes cometam aos deputados do 1º distrito desta província, especialmente, para que convertam em projetos de lei e os apresentem e discutam na Câmara dos srs. Deputados e nas assembleias provinciais, o que a elas for concernente, dentro do prazo de dois anos, a contar da abertura da primeira sessão ordinária da presente legislatura, impreterivelmente o seguinte:

- 1º: A derrogação do art. 5º, primeira parte, da Constituição política do Império, que estatui uma religião oficial para os brasileiros;⁹
- 2º: Admissão à matrícula gratuitamente em todas as aulas de instrução secundária e academias, escolas ou faculdades científicas do Império, dos pobres que comprovarem tal estado; admissão do ensino livre de todas as matérias, desde as primei-

⁹ Art. 5°, primeira parte: A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império.

⁸ Espécie de propina.

CONSIDERANDUM ELEITORAL

ras letras, uma vez que os professores não exijam retribuição; instrução primária obrigatória, negação de direitos políticos aos analfabetos;

- 3º: Completa descentralização administrativa, ampliando-se os poderes das assembleias provinciais e das câmaras municipais;
- 4º: Temporariedade do Senado, sujeitando-se metade de seus membros a nova eleição de 8 em 8 anos; suspensão da escolha imperial, que será substituída pelas maiorias das votações;
- 5º: Subdivisão dos atuais distritos eleitorais, de maneira que cada um não dê mais do que um deputado geral e proporcionalmente os provinciais;
- 6º: Revogação do Decreto nº 1.096, de 10 de Setembro de 1860;
- 7º: Reforma da Guarda Nacional, dividida por comarcas, termos e freguesias, sendo os oficiais de fileira e comandantes de corpos nomeados por eleição dos guardas, por tempo determinado, e unicamente os comandantes gerais de comarcas, que só existirão em tempo de rebelião ou guerra, pelo governo; e alistados no serviço ativo todos os cidadãos de 18 a 50 anos, sem exceção outra além dos que forem fisicamente incapazes;
- 8º: Tornar a polícia eletiva e criar tribunais correcionais compostos de jurados;
- 9º: Tornar incompatíveis com o lugar de agentes do Poder Legislativo todos os empregos de nomeação do governo, bem como vedar aos magistrados o exercício de qualquer outro lugar estranho ao seu privativo.
 - S. Paulo, 12 de Janeiro de 1867. ***¹⁰

¹⁰ Embora assinado apenas com três enigmáticos asteriscos, em artigo posterior Luiz Gama confirmaria como sua a redação da "Considerandum eleitoral". Cf. *Resposta à redação do Diário de S. Paulo*, na sequência desse artigo.



[Resposta à redação do Diário de S.Paulo]

Gama responde à redação do conservador* Diário de S. Paulo que, de saída, havia negado a ele o direito à réplica que, por praxe, se concedia a debatedores oponentes. Assim, através de outro jornal, o liberal Correio Paulistano, também duramente criticado por Gama, o autor do polêmico Considerandum eleitoral de janeiro de 1867 voltava com toda carga defendendo um dos pontos do documento que redigiu e publicou na semana anterior. Refutando tanto os conservadores – "enconstados pelo despotismo" – quanto os "deslumbrados liberais", Gama fincava o espaço do pensamento republicano no turbulento debate político do final da década de 1860. E o fazia, mais uma vez, com a destreza de quem modula os argumentos e o repertório retórico de acordo com os limites do debate. Aqui, como se verá, o autor transita entre pensadores conservadores franceses –

mirando, evidentemente, a redação do Diário - para argumentar a favor da

necessidade histórica da separação entre Igreja Católica e Estado.

Ilustrado redator.

Peço-vos um lugar nas colunas do vosso conceituado jornal para responder às reflexões que fez a distinta redação do *Diário de S. Paulo*, em o número de hoje, relativamente a um dos pontos do "considerandum eleitoral", que tive a honra de submeter à discussão da respeitável Assembleia Popular, na reunião efetuada a 22 do corrente.

A conveniência e a cortesia impunham-me seguramente o dever de inserir estas linhas nas páginas do próprio *Diário*; mas devo declarar, em homenagem ao público, que já em outra ocasião, questionando eu sobre matéria semelhante, foram os meus escritos repelidos pela distinta redação da mesma folha, certamente para evitar justas² perigosas em território de seu domínio.

¹ In: *Diário de S. Paulo* (SP), A Pedido, 29/01/1867, p. 4.

² Contendas, disputas.

E ainda desta vez, a egrégia redação do *Diário*, não querendo descer até ao minguado autor do "considerandum", inserto entre as publicações pedidas, travou galharda luta de laureados cavalheiros com a ilustrada redação do *Correio Paulistano*.

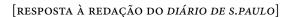
Dois poderosos adversários tenho que combater na grande batalha provocada pela temerária publicação do "considerandum", os anchos conservadores de todos os absurdos políticos e os deslumbrados liberais, devotos incensadores de todas as visionárias miragens.

Aqueles, enconstados ao despotismo, fundem cadeias de ferro para agrilhoar os pulsos dos brasileiros e corrompem a imprensa, com doutrinas anacrônicas, com o fim determinado de perverterem a consciência pública e perpetuarem o fraudulento reinado da imoralidade; os outros, postos de bom grado entre os horrores da opressão e os gemidos aflitivos do povo, entre as desgraças da pátria e o sacrifício para salvá-la, novos Arquimedes³ caricatos, pensam absortos na engenhosa descoberta da quadratura do círculo ou do *motu-contínuo*, meio único por eles visado para a salvação suprema deste grande povo de escravos.

Pela minha parte declaro, com a mais robusta firmeza de convicção, que o povo há de ser salvo por si mesmo, quando, livre de enganos, tiver consciência do que vale e do quanto pode e que, para consegui-lo, tem indispensável precisão de lançar por terra a poderosa oligarquia de que se compõem os dois partidos militantes, que o oprimem, e de levantar bem alto o estandarte sagrado da democracia.

O dia da felicidade será o memorável dia da emancipação do povo, e o dia da emancipação será aquele em que os grandes

³ Arquimedes de Siracusa (287 a.C-212 a.C.) foi um matemático, astrônomo e inventor grego de influência determinante para o desenvolvimento da ciência na Antiguidade. Aqui utilizada como referência notoriamente irônica, Gama repetiria a metáfora algumas outras vezes, a começar pelo ano seguinte, em 1868, quando escrevia, talvez sem o mesmo tom sarcástico, sobre as "mãos robustas do válido Arquimedes do liberalismo". Cf. *Carta ao exmo. sr. dr. deputado Tito A. P. de Mattos [II]*, 04/04/1868.



forem abatidos e os pequenos levantados; em que não houver senhores nem escravos; chefes nem subalternos; poderosos nem fracos; opressores nem oprimidos; mas em que o vasto Brasil se chamar – a pátria comum dos brasileiros ou – Estados Unidos do Brasil.

Tenho ouvido dizer a pessoas de subido conceito que a vaidade e a corrupção poluíram, de há muito, a frágil consciência dos diaristas brasileiros, pondo, desta arte, a torpe venalidade remate à obra péssima encetada pela fraqueza e pela ambição; e disto, infelizmente, exibe robusta prova a nossa desconceituada imprensa. Do que, porém, eu sempre duvidei, guiado, talvez, por mal entendido escrúpulo, é que se arrojasse a impudicícia com tanto despejo, ao ponto de contrariar, em público, as mais esclarecidas lições de direito constitucional expostas pelos mais eminentes escritores da Europa e da América.

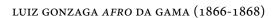
Quem sabe se o bom senso de mãos dadas com o decoro emigraram desta importante porção do Novo Mundo?...

Mui barulhosa tem sido a celeuma causada pela primeira conclusão do "considerandum", ante a qual tremeram, de espantados, os mais conspícuos conservadores de alicantinas e os mais esforçados liberais de niilidades; porque, dizem eles, encerra ela um ataque horroroso contra a felicidade do povo e é dissolvente da fé religiosa!...⁴

Serei eu, por acaso, algum novo "Bannière", evadido prodigiosamente dos cárceres jesuíticos?⁵

⁴ A primeira conclusão do *Considerandum* a que Gama faz referência é seguinte: "A derrogação do art. 5°, primeira parte, da Constituição política do Império, que estatui uma religião oficial para os brasileiros". Cf. *Considerandum eleitoral*, 22/01/1867.

⁵ A pergunta aparentemente menor e quiçá meramente retórica soma mais um elemento à notória erudição literária de Gama. A referência provém de um célebre romance histórico francês – *Olympe de Clèves* (1852) – que ele não só demonstra ter lido, mas também, criativamente, se posiciona no papel de um personagem central da trama, o jovem jesuíta Bannière, que fora encarcerado por seus superiores religiosos ao ser flagrado lendo uma peça teatral de um autor proibido, a saber, o dramaturgo Voltaire (1694-1778). Confinado numa



Felizmente, para mim, a santa inquisição dorme inocente o sono dos justos sobre as cinzas malditas de milhares de bárbaros ateus e eu posso, de ânimo tranquilo, deitar-me no meu leito de misérias, sem o menor temor de despertar no dia imediato ao som compassado do sacro "de profundis", entre as chamas purificadoras do piedoso S. Domingos.

Nos tempos incompreensíveis que atravessamos, em que a astúcia das oligarquias políticas substituiu, com vantagem, a divina violência dos claustros, o povo, sem o saber, transformou-se em fogueira perene dos seus direitos e da sua própria liberdade, e a imprensa, terrível cabeça de Medusa,⁶ que outrora petrificou tiranos, tornou-se em novos tribunais do santo ofício, onde a devassa aristocracia vela, com estremecido culto, pelo lábaro sagrado do racionalismo e da moral! E, se bem que o heléboro⁷

cela de um cárcere jesuíta para que expiasse o pecado advindo da leitura de uma obra tida como demoníaca, Bannière foge do cativeiro e, num enredo magistral, cai dentro de um teatro onde se encenava... justamente Voltaire. Por conhecer a peça de cor e como para aquela apresentação faltara um dos atores principais, Bannière sai do cárcere direto para o tablado de um teatro. No entanto, em plena atuação cênica, é reconhecido por dois superiores seus, jesuítas que assisitiam a peça sob a justificativa de aprender a inteligência do diabo. Ao fim, portanto, Bannière torna a fugir, dessa vez, dos dois espectadores que o sabiam fugitivo. Como se vê dessa brevíssima síntese, Gama tinha razões em dizer que Bannière teria "evadido prodigiosamente dos cárceres jesuíticos". Quais os motivos, entretanto, que o levaram à pergunta - "Serei eu, por acaso, algum novo "Bannière"...? -, é tarefa para se examinar longamente em outro espaço. Por ora, cabe notar que essa não foi a única vez que Gama trouxe para suas reflexões algum pergonagem de Alexandre Dumas. No artigo Moeda falsa, de 1878, Gama escreveu no meio de um texto normativo-pragmático: "Victor Telles [seu cliente] tinha adquirido proporções de herói de romance; era o novo Samuel Gelb, mesmo sem licença do velho Dumas!". Se em 1878 Gama citava o protagonista da novela Dieu Dispose (1851), muito antes, em 1867, se via numa situação de vida que fazia-lhe lembrar Bannière, o jovem jesuíta de vida tão tumultuada quanto apaixonada do romance Olympe de Clèves. Ambas citações revelam um Gama leitor e admirador de Alexandre Dumas, que ariculava, com desenvoltura, política e literatura, como nesse artigo; ou direito e literatura, como no de 1878. Cf. Moeda falsa, 01/02/1878.

- ⁶ Nesse contexto, metáfora que representa medo, pavor e repugnância.
- $^{7}\,$ Gênero de planta da família das Raununculáceas. O emprego do termo possi-



da tolerância tenha trocado as suas virtudes vivificadoras pelos efeitos mortíferos do láudano⁸ sonolento, pode o obscuro democrata, sem receio de feroz castigo, contestar os arrojados assertos dos alpinoados⁹ pandectas¹⁰ do bramanismo católico.

A distinta redação do *Diário* deu tratos ao miolo; macerou as faces e queimou as pestanas nas mais árduas elocubrações e, por fim, bradou: "Eureca!".

Descobriu, através das sombras das mais hórridas ambages¹¹ da inextricável jurisprudência, depois de ter enevoado a clara atmosfera de poeirentas nuvens, que dormiam quedas sobre centenares de bacamartes canônicos acantoados, que a religião de Estado é uma instituição política e sobremodo necessária.

Eu, porém, longe de negá-lo, venho robustecer a sua vaga afirmação aduzindo a prova que, por comodidade, não declinou.

São excertos extraídos de uma importante obra escrita por publicista conservador de elevada nota; ei-los:

"Nos países que adotam uma religião como lei do Estado (e tal acontece em Portugal com a religião católica, apostólica e romana), adquire essa religião a qualidade e especial consideração de *instituição política*, e então o governo contrai a obrigação de a manter e proteger, vigiando na execução de suas leis e disciplina, que tanto podem influir na ordem pública; zelando o decoro e

velmente está associado à raiz do heléboro branco, poderoso purgante, vermífugo e medicamento para o tratamento de sarna. Assim, por sentido figurado, tem-se a ideia de um remédio eficaz.

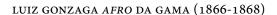
67

⁸ Tintura de ópio com efeito sedativo.

⁹ Relacionado a alpino, no sentido de elevado.

A expressão, oriunda do grego antigo e referente aos livros que codificaram o direito dos romanos, indica, nesse caso, alguém que domina profundamente o conhecimento jurídico. Pela notória carga de ironia da metonímia, pode-se compreender que seu emprego subverte a ideia de erudição.

Evasivas, manobras, subterfúgios. É de se notar que a tão sugestiva quanto peculiar definição – "hórridas ambages" – tenha sido a mesma que um certo *Afro*, apenas cinco meses antes, tenha lançado mão para expressar sua crítica à política educacional da província. Cf. *Carta ao sr. dr. Diogo de Mendonça Pinto*, 18/08/1866.



morigeração¹² dos seus ministros e exercendo enfim todos os direitos, que os publicistas denominam *Circa Sacra*¹³; e é neste sentido que o imperador Constantino Magno dizia que os imperadores eram *bispos externos*.¹⁴

Nestes países acontece, também, que alguns ministros eclesiásticos têm, *como tais*, certas distinções e prerrogativas políticas e civis, como acontece entre nós com os bispos, que são conselheiros natos do rei: têm títulos de grande nobreza; podem ser membros das câmaras legislativas; ministros de estado; e todos têm isenções valiosas, etc."

Eis a doutrina em que se esteia o art. 5º, parte 1ª, da Constituição política do Império, pedra angular do sombrio edifício da perigosa teocracia.¹⁵

O que ela foi no passado, di-lo a história, com eloquência inimitável, soto-pondo¹⁶ aos horrores da inquisição a pilhagem desenfreada e a imoralidade espalhadas pelos colégios e pelas congregações de Loyola.¹⁷

O que ela é no presente, di-lo-o governo em seus relatórios

¹² Educação, edificação.

¹³ Autoridade legal do governante reconhecida para além dos assuntos civis, incluindo em seus domínios, por exemplo, a autoridade sobre corporações e ordens religiosas. Cf. Link, Christoph, "Ius in sacra / ius circa sacra", in: *Religion Past and Present*. Consulted online on 16 January 2021 http://dx.doi.org/10.1163/1877-5888_rpp_SIM_10657.

Não está claro qual seria esse "publicista conservador de elevada nota" a que Gama faz referência. No entanto, pode-se supor que seja o historiador e político conservador francês, Françoais Guizot (1787-1874), haja vista a citação que Gama faz dele em outro escrito, cf. *Instrução Pública - VII*, 21/03/1868. Se esta hipótese procede, o comentário entre parênteses no corpo do parágrafo seria, possivelmente, de autoria de Gama.

¹⁵ Art. 5º, primeira parte: A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. É de se notar que, muito além da brevidade do enunciado constitucional, Gama explora e reconstrói com maestria uma possível base normativa e doutrinária desse mesmo enunciado.

¹⁶ Submetendo.

¹⁷ Referência às dependências da Companhia de Jesus, congregação católica jesuítica fundada pelo teólogo basco Inácio de Loyola (1491-1556).

[RESPOSTA À REDAÇÃO DO DIÁRIO DE S.PAULO]

anuais; os recolhimentos¹⁸ pejados¹⁹ de ociosos; os seminários criados para edificação de todos os vícios e o clero nacional arrastado pelas alboeras²⁰ da degradação.

O que há de ser no futuro, sabê-lo-hão nossos vindouros, a triste consequência do presente, assim como este o é das misérias do passado.

Grande e proveitosa é, por certo, a lição que venho de transcrever. Ela sustenta as opiniões da distinta redação do *Diário* e prova evidentemente que os sublimes princípios constitutivos da Religião Cristã não passam de uma mentira grosseira atirada à face do mundo pelo Divino Mestre, nesta memorável sentença: *O meu reino não é deste mundo*; sentença que no dizer de um dos maiores filósofos do século atual firmou as bases inderrocáveis de uma igreja espiritual e completamente livre de todo o pernicioso contato do poder civil e temporal.

Tais são, porém, os maravilhosos efeitos dos progressos morais por que tem passado o povo brasileiro, que, em plena luz da publicidade, a redação de um dos mais importantes diários do Império proclama, de ânimo impertubável, a salvação das almas, a consecução da felicidade social e o exaltamento da fé religiosa por meio dos títulos de conselho, das comendas, das reputações e das senatorias, conferidos a um acervo de mercenários do governo, que a ironia denomina – "clero"!...

Custa a crê-lo; mas a verdade é que a a religião do Cristo deixou de ser humana instituição divina e, para a felicidade do povo, tornou-se política e aristocrática; e mereceu do sr. conselheiro Antonio Feliciano de Castilho²¹ estas palavras:

"Fado mau parece que é este dos povos, ter sempre a sua

19 Lotados, apinhados.

¹⁸ Abrigos.

O mesmo que albufeiras, i.e., represas, lagunas. Por metonímia e pelo contexto da frase, as margens de uma represa, lagoa. Gama utiliza uma imagem natural para ilustrar seu ponto de vista.
 Antonio Foliciano de Contra de

Antonio Feliciano de Castilho (1800-1875), licenciado em direito pela Universidade de Coimbra, foi jornalista, escritor e pedagogo português.

liberdade de ser combatida pelos dois mais poderosos inimigos, os assentados no trono e os enconstados ao altar, os árbitros deste mundo e os introdutores do outro, para que onde a força, a veneração e o sofisma do presente não podem chegar, cheguem as ameaças do futuro e, pela consciência, se remate a obra péssima encetada pelo medo e pelo erro".²²

Já demonstrei, ainda que mal, o que é a religião de Estado e quais tem sido as suas consequências; agora porei termo a este meu escrito dizendo o que é o Estado sem religião assalariada pelo governo e sem padres fidalgos e mercenários. É o respeitável sr. *Laboulaye*²³ quem vai falar.

"A separação da Igreja e do Estado, a completa liberdade da consciência, foi pela primeira vez exigida no mundo por um pobre pastor, emigrado além dos mares, longo tempo perseguido, mas longo tempo desconhecido, Rogério Williams, o fundador da cidade de Providência, o criador da pequena colônia de Rhode Island. Em 1644, na época em que as assembleias do clero francês requeriam a extirpação do protestantismo, em que a Igreja Escocesa, infiel a seu princípio, insistia a fim [de] que se não concedesse a liberdade dos cultos, um obscuro ministro, vindo à

²² A citação confere exatamente com o texto original. Cf. *Palavras de um crente*, "escritas em francês pelo senhor padre Lamennais e vertidas em vulgar por Antonio Feliciano de Castilho", Tipografia Bulhões, Lisboa, 1836, pp. 30-31. Embora escrita pelo teólogo católico e político francês Felicité Robert de Lamennais (1782-1854), a quem Gama faria menção em outro texto – *Instrução Pública - V*, de 15/04/1868 –, a referência é do prefácio à edição portuguesa de *Palavras de um crente*, que é de autoria do seu tradutor, Antonio Feliciano de Castilho. Para a recepção do pensamento de Lamennais nos círculos intelectuais liberais do mundo português, que certamente viria a repercutir no liberalismo brasileiro de meados do século XIX, cf. *Recepção em Portugal das encíclicas sobre o liberalismo*: Mirari vos, quanta cura e immortale Dei. António Manuel Martins, In: *Lusitania Sacra*, 2ª série, Tomo 1, 1989, Lisboa, pp. 41-80, especialmente pp. 46-51.

Édouard de Laboulaye (1811-1883) foi um jornalista, escritor, jurista e político francês. Autor de uma série de livros, a exemplo de L'Esclavage [A escravidão], de 1855, e senador da República (1875-1883), teve presença destacada nos círculos intelectuais e políticos da França do século XIX.

[RESPOSTA À REDAÇÃO DO DIÁRIO DE S.PAULO]

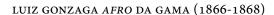
Inglaterra para solicitar uma Constituição colonial, anunciava ao mundo escandalizado que o Estado é instituído para punir o delito, mas que não tem o direito de se ocupar do pecado.

Quase dois séculos foram precisos para que as ideias de Rogério Williams²⁴ triunfassem na América; hoje, porém, a vitória é completa. A Igreja não conhece o Estado; o Estado não conhece a Igreja. Qual tem sido o resultado desta separação? O enfraquecimento das crenças, a multiplicação das querelas religiosas? Tudo pelo contrário. O cristianismo tem prosperado, o ódio teológico desaparecido. O Estado, que não é senão uma abstração, não tem pretendido mais ingerir-se nos negócios da Igreja; mas a sociedade, que é cousa viva, tem sido de mais a mais penetrada do espírito cristão. Qual outra prova disto é necessária do que estes milagres de caridade que, no meio de uma guerra civil, têm admirado a velha Europa e lhe hão dado o sentimento de uma grandeza ignorada de toda antiguidade?

Perguntai a um americano, perguntai a um pastor dos Estados Unidos, perguntai aos bispos católicos de além mar se quererão trocar sua plena liberdade religiosa pela proteção dos Estados: nem vos hão de compreender.

A religião não quer senão obediência voluntária; a glória do pastor é estar inteiramente dependente de suas ovelhas. Disfarçado com um belo nome, o patronato do Estado não é senão uma escravidão; a Igreja cristã nasceu fora do Estado, cresceu pela liberdade, declinou, corrompeu-se no dia em que a mão dos príncipes sustentou-a; por onde quer que ela tenha sido deixada a si mesma, tem-se restabelecido. Permitindo à velha Europa discutir velhos problemas há muito resolvidos, o cristianismo achou de novo na América os belos dias de sua infância; ele não tornará a tomar [o] jugo que voluntariamente quebrou.

Roger Williams (1603-1683) foi um teólogo protestante inglês que fundou a então colônia de Rhode Island, no atual Estados Unidos da América, e ganhou projeção como defensor de ideias modernas como a separação da Igreja e do Estado e da liberdade religiosa e de cultos. Mantive o aportuguesamento do nome conforme consta do original.



Crê-se porventura que a Europa resistirá por muito tempo a este exemplo?

Crê-se que a Igreja católica nunca, não obstante a nódoa que recebeu de tão longa escravidão, acabará por sentir que tudo perde nesta marcha que a enfraqueceu e a empobreceu? Imaginase que ela não compreenderá que a liberdade lhe daria a alma toda inteira dos fiéis e até recursos materiais que lhe faltam hoje? Quanto a mim, tenho fé no triunfo da verdade; é uma luz que esclarece primeiro as alturas, mas que acaba por penetrar até as últimas profundidades..."²⁵

Releve-me a esclarecida redação do *Diário* este enorme atentado que cometo antepondo aos arrojos de sua escandecida imaginação as eruditas palavras de um dos primeiros escritores da culta França; com as quais dou cabal resposta ao seu artigo de hoje.

Peço-lhe, também, permissão para não responder a outros tópicos do mesmo artigo, por não conterem eles matéria digna de reflexão nem argumentos que mereçam ser refutados.

²⁵ A tradução, ligeiramente adaptada, confere com o original. É provável que Gama tenha feito a tradução desse excerto. Cf. Histoire de la République des États-Unis depuis l'établissement des premiéres colonies jusqu'à l'élection du président Lincoln (1620-1860), J. F. Astié, com prefácio de Édouard de Laboulaye, Paris, 1865, pp. iv-vi. Escrita pelo teólogo protestante francês Jean-Frédéric Astié, a obra certamente influenciou o pensamento de Gama sobre a formação histórica dos Estados Unidos da América. Contudo, é o prefácio do livro, assinado por Laboulaye, que Gama traz ao seu texto, como apoio ao seu argumento sobre a necessidade histórica de desvincular Igreja e Estado. Outra possibilidade de acesso ao prefácio de Laboulaye teria sido através de publicações seriadas em jornal. A Imprensa Evangélica (RJ) e o Correio Paulistano (SP) haviam publicado um trecho do prefácio - parte deste que se encontra transcrito no corpo do texto. Cf. Os Estados Unidos e o Evangelho, Correio Paulistano, 27/02/1866, p. 2. Para ver que os livros, em francês, de Astié e Labolaye circulavam em São Paulo na década de 1860, cf. Anúncios, Correio Paulistano (SP), 11/02/1862, p. 4; Anúncios, Correio Paulistano (SP), 30/05/1865, p. 4. Anúncios, Correio Paulistano (SP), 10/09/1868, p. 4.



[RESPOSTA À REDAÇÃO DO DIÁRIO DE S.PAULO]

A muito distinta redação do *Diário* permitir-me-á dizê-lo, com a rude franqueza que me é própria: abusou da sua posição e teve o respeitável público em menosprezo quando os escreveu.

- S. Paulo, 25 de Janeiro de 1867.
- L. GAMA.





Capítulo 7

Carta a Abdallah

Carta aberta ao autor do folheto "Uma sessão de espiritismo", resguardado sob o pseudônimo* Abdallah, que tratou do julgamento do mártir abolicionista John Brown, sentenciado e executado à pena de morte em Charlestown, Virgínia Ocidental, Estados Unidos da América, em 1859. O martírio de Brown marcaria profundamente a visão abolicionista e republicana de Luiz Gama. Infelizmente, ainda não foi possível localizar o folheto e o autor a que Gama dirigiu a presente carta de agradecimento.

 \sim

São Paulo, 17 de Fevereiro de 1867 Meu caro Abdallah.

Hinógrafo² sincero da democracia e admirador parenético³ dos talentos brilhantes, como o vosso, em me confessaria criminoso, perante a minha própria consciência, se comprimindo o coração, não dissesse duas palavras sobre o vosso precioso folheto "Uma sessão de espiritismo" que acaba de ser publicado.

Este pequeno livro, bem comparado ao facetado diamante, colosso admirável de valiosa pequenez, encerra, em perfeita miniatura, os dois maiores quadros da história humana.

¹ In: Correio Paulistano (SP), A Pedido, 20/02/1867, p. 2.

² Compositor de hinos.

³ No sentido de fervoroso, efusivo.

⁴ Mesmo após minuciosa busca em bases de dados especializadas – como a da Biblioteca Nacional e a da Biblioteca Brasiliana da USP –, não foi possível localizar esse folheto, nem pelo título, nem pelo nome do autor. Nessa mesma edição em que publicou a *Carta a Abdallah*, a redação do *Correio Paulistano* informou ter recebido um exemplar do "livrinho destinado à grande publicidade".



Ele estampa, em cores vívidas, dois Calvários⁵ ensanguentados pela tirania, em cujos cimos⁶ avultam dois Cristos soberanos avassalando as eras.

LUIZ GONZAGA AFRO DA GAMA (1866-1868)

Um solevanta-se⁷ nos páramos⁸ estéreis da liberticida Roma; o outro nas cercanias da fratricida Charles Town⁹.

São dois espantosos anacronismos sociais: duas afrontas imorredouras feitas ao direito e à razão; duas estátuas imensas, cinzeladas pelo martírio, representando a imortalidade e o gênio.

Uma é o negregado espectro da antiguidade; a outra a mancha indelével do Sol da civilização moderna.

Ambas, como o Prometeu¹⁰ da fábula, têm os pés atados a inacessíveis rochedos e, entre si, o espaço imenso, que vai do Mississippi¹¹ ao Tibre¹²; e alongando as frontes pelo firmamento, lá onde não penetra a vista humana, abraçam-se na eternidade.

Uma tem no pedestal escrito – Spartacus¹³ – o primeiro de

⁵ No sentido de martírio.

⁶ O mesmo que cumes, topos.

⁷ Ergue-se com dificuldade, levanta-se a custo.

⁸ Planalton

⁹ Charles Town, cidade hoje pertencente ao estado da Virgínia Ocidental, Estados Unidos da América, foi palco da insurreição abolicionista liderada por John Brown, em outubro de 1859. Capturado pelas forças armadas, foi preso, julgado sumariamente e condenado à pena de morte, por enforcamento, na cidade de Charles Town, tudo em 1859.

Na mitologia grega, Prometeu é um titã de importância capital pois, desafiando os deuses, roubou o fogo sagrado e o deu para a humanidade. A referência, nesse caso, volta-se para a punição que Prometeu recebeu por esse ato subversivo da ordem cosmológica, sendo condenado, por Zeus, a ficar preso a uma rocha por toda eternidade, enquanto uma águia, todos os dias, comeria seu fígado.

Por metonímia, através de um de seus principais rios, simboliza os Estados Unidos da América.

¹² Por metonímia, através de seu principal rio, representa Roma.

¹³ Spartacus (109 a.C-71 a.C) foi um gladiador-general, estrategista e líder popular que escapou da escravidão a que era submetido e, num levante de grandes proporções, organizou um exército que enfrentou o poder central de Roma na Terceira Guerra Servil (73 a.C-71 a.C). São diversas as citações de Gama a

CARTA A ABDALLAH

entre os valentes filhos de Thrax¹⁴; a outra – John Brown¹⁵ –, êmulo¹⁶ de Lincoln¹⁷: representam a confraternização de dois grandes mundos.

O vosso folheto, meu caro Abdallah, encerra a descrição pomposa de uma festa solene, em que fez de sacerdotisa a liberdade; a moral ergue-lhe altares; perfuma a verdade às aras sacrossantas; o gládio¹⁸ romano tinto de sangue e a forca de Charlestown coberta de luto representam o despotismo agonizante.

Tão primoroso labor vos assinalaria hoje um dos mais distintos lugares entre os literatos eminentes se, há muito, não estivesse ele preenchido pelo vosso nome.

Peço permissão à vossa tímida modéstia para parodiar, ainda que grosseiramente, o sr. V. Hugo¹⁹ e, com ele, dizer em vosso louvor:

Operário da inteligência, eu vos saúdo.

Vosso patrício e amigo.

L. GAMA.

Spartacus, grafado de variadas maneiras, a exemplo de Espártacos, o que revela sua admiração e até mesmo veneração pela história do mártir que venceu o cativeiro e lutou pelo fim da escravidão.

A referência é dupla e convergente: remete ao Thrax mitológico, filho de Ares, ou o próprio Ares, deus grego da guerra e da violência; e também à região da Trácia, localidade atualmente encravada entre a Bulgária, Grécia e Turquia, onde Spartacus nasceu e que tinha Thrax por patrono.

John Brown (1800-1859) foi um abolicionista radical que liderou insurreições armadas contra a escravidão. Foi condenado à pena de morte e passou à história como mártir da Abolição nos Estados Unidos da América.

¹⁶ Alguém que se esforça para igualar o exemplo de outro.

Abraham Lincoln (1809-1865) foi um advogado e estadista que presidiu os Estados Unidos da América entre 1861-1865, período em que o país atravessou uma Guerra de Secessão e pôs fim ao regime escravista.

¹⁸ Punhal, espada.

¹⁹ Victor-Marie Hugo (1802-1885), poeta, dramaturgo e romancista de renome mundial, lançou clássicos como Os trabalhadores do mar e O Corcunda de Notre-Dame. Além da obra literária, que marcou profundamente diversas gerações de leitores, Hugo teve marcante militância política a favor dos direitos humanos e da democracia.



Capítulo 8

Abdhallah a Luiz Gama [réplica]

Carta aberta para Luiz Gama. A réplica de* Abdallah é um sinal inequívoco de que, já em fevereiro de 1867, Gama possuía liderança política crescente no que se tornaria, nos meses seguintes, o movimento abolicionista e republicano em São Paulo.

S. Paulo, 21 de Fevereiro de 1867.

Luiz Gama.

Li tuas letras.

Hino sonoroso vibrado nas fibras de um coração robustecido pelas crenças são sempre tuas vozes – fervidos cantares da mais pura hiperdulia² à irrecusável majestade das ideias.

E as ideias – tudo.

Deixemos à margem minha triste personalidade, mísera e mesquinha, não vale a pena comtemplá-la.

Há no incessante caminhar da humanidade certos marcos miliários³, de tempos a tempos, pela Providência misteriosamente erguidos, para que neles repouse o homem a fronte e medite sua lição de profunda edificação.

É nessa laboriosa arqueologia social que as nações decifram os seus destinos, bem como nos vestígios das idades estudam os geólogos as transformações do globo.

¹ In: Correio Paulistano (SP), A Pedido, 22/02/1867, p. 3.

 $^{^{\}rm 2}\,$ Culto especial que na fé católica é reservado à Virgem Maria.

³ Marco temporal que assinala feito de grande importância ou época notável.

Tentei aproximar de alguns, e só vi, em torno, violência, opressão, e *sangue*.

Recuei espavorido⁴.

Pontos negros de temerosas tempestades – vejo igualmente desenhar-se, bem a descoberto, nos horizontes desta terra em que nascemos, sinal precursor de grande convulsão política – ouço, bem perto, o subterrâneo estrugir⁵ das lavas no preparo da ebulição.

Rompi, quem sabe?, com as conveniências dos *tímidos*, ousei levantar o letal sudário⁶ que envolve o *crime em permanência*, desnudei em toda sua hediondez as iníquas⁷ pretensões *desses interesses cimentados com o sangue humano*.

O poder da ideia é irresistível.

A luz se há de fazer a despeito das trevas.

Do excesso do mal há de surgir a necessidade do bem.

Como o réprobo⁸ asselado⁹ com o estigma da maldição de um Deus, a escravidão há de ser espancada do solo do Brasil.

Cumpre, quanto antes, prevenir os horrores do caos.

Quando em 1858 [in]tencionava o czar Alexandre 1°10 emancipar *vinte milhões* de servos, assim se expressava à nobreza de $Moscou^{11}$ e $Nijni^{12}$:

"Tenho vos entretido da necessidade de proceder à reforma das leis que regem a instituição dos servos; reforma que deve partir de cima, para que não venha de baixo.

⁴ Amedrontado, apavorado.

⁵ Estrondar, vibrar fortemente.

⁶ Véu que se usava na Antiguidade para cobrir a cabeça dos mortos.

⁷ Perversas.

⁸ Malvado, infame.

⁹ Confirmado.

Abdhallah se refere, na verdade, ao czar Alexandre II da Rússia (1818-1881), governante que decretou a Reforma Emancipadora de 1861 e libertou, de direito, mais de vinte milhões de camponeses servos.

¹¹ Sede do poder político e econômico da Rússia.

¹² Refere-se à Nijni Novgorod, que foi um dos principais centros comercias da Rússia ao longo do século XIX.



Ouço, com pesar, que entre vós germinam interesses egoístas. Muito me compunge. Os sentimentos egoístas estragam as melhores cousas; obrai de sorte que seja um bem para vós, sem tornar-se um mal para os outros: quero, sim, que penseis nos vossos interesses, mas que não esqueçais os interesses alheios."

Pretendem, embora titãs caricatos, escalar o alcaçar¹³ da verdade.

As muralhas do celeste Império não impedirão as invasões.

O suplício do Cristo não abafou a regeneração da humanidade.

E estará no poder do homem esmagar a liberdade?

Tentativas inúteis! Digamo-lo com um grande abolicionista:

"Os ecos da palavra franqueiam as fronteiras e as muralhas como o sopro do vento, ou o raio do Sol. Nenhum poder, nenhuma muralha pode impedir que a voz da liberdade chegue até o coração do cativo."

Té¹⁴ no futuro, o brasileiro há de ser livre.

Teu patrício e amigo

ABDHALLAH.

¹³ O mesmo que alcácer, isto é, fortaleza, castelo, palácio fortificado.

¹⁴ Por mais que a impressão gráfica não deixe dúvidas de que se trata de um "Té", pode-se conjecturar ao menos duas hipóteses: que essa foi uma maneira informal do autor de despedir, dizendo "até"; ou que um erro tipográfico substituiu o "F" por "T", no que então a sentença seria "Fé no futuro, o brasileiro há de ser livre".



Capítulo 9

[Carta à redação]

Carta à redação do* Correio Paulistano em que L. G., inequívoca assinatura que remete a Luiz Gama, reflete sobre os temas da liberdade de ensino e da "separação absoluta entre a igreja e o Estado" no contexto da Assembleia Nacional da França. Em realidade, o autor o faz através da tradução de um discurso de Victor Hugo, bem como de um texto de Charles Floquet. Salvo prova em contrário, é possível afirmar que a tradução do francês para o português tenha sido realizada pelo próprio Gama, o que significaria que já em 1867 dominava não só a leitura, mas a tradução desse idioma. O artigo, por sua vez, contesta a visão clerical e conservadora da redação do Diário de S. Paulo, atacando-os no sensível ponto das relações entre Estado e Igreja no Brasil que, anos mais tarde, se converteria na chamada Questão Religiosa.

Ilustrado redator:

A 15 de janeiro de 1850, por entre as graves agitações que tumultuavam no seio da Assembleia Nacional, em um memorável discurso sobre a liberdade de ensino, o distinto sr. V. Hugo², depois de ter cabalmente demonstrado quão perigoso seria às liberdades públicas entregar-se ao clero a educação da mocidade, pronunciou estas consternadoras palavras, que produziram no ânimo dos legisladores franceses a mais profunda impressão:

¹ In: Correio Paulistano (SP), A Pedido, 22/02/1867, pp. 2-3.

² Victor-Marie Hugo (1802-1885), poeta, dramaturgo e romancista de renome mundial, lançou clássicos como *Os trabalhadores do mar* e *O Corcunda de Notre-Dame*. Além da obra literária, que marcou profundamente diversas gerações de leitores, Hugo teve marcante militância política a favor dos direitos humanos e da democracia.

"Quereis que se vos dê povos para os instruírdes! Muito bem! - Vejamos os vossos discípulos.

Vejamos os vossos produtos.

Que fizestes da Itália? Que fizestes da Espanha? Tendes - há séculos -, em vossas mãos, à vossa discrição, na vossa escola, debaixo da vossa palmatória, estas duas grandes nações, ilustres entre as mais ilustres; que fizestes delas?

Vou dizer-vo-lo:

Graças a vós, a Itália, cujo nome nenhum homem que pensa pode mais pronunciar, senão com uma inexprimível dor filial, a Itália, essa mãe dos gênios e das nações, que espalhou pelo universo todas as mais deslumbrantes maravilhas da poesia e das artes, a Itália, que ensinou a ler ao gênero humano, não sabe ler hoje!

Sim, a Itália é de todos os Estados da Europa o em que há menos naturais sabendo ler!??

Hoje, ao cabo de 17 anos, a 23 de Dezembro do ano passado, o primeiro ministro do rei da Itália, franca e ostensivamente proclama em plena luz, à face do mundo aristocratizado, a liberdade suprema da consciência, como dogma fundamental da futura política daquele Estado!...

Estará, por acaso, o sr. Ricasoli³ fadado para ser o instrumento providencial da democracia na orgulhosa Europa, como César⁴, pagão, preparou o cristianismo; Carlos Magno, bárbaro, a civilização; e Napoleão⁵, déspota, a liberdade?

Ou será o soberbo ministro a misteriosa personificação da insídia, preparada, no sigilo dos gabinetes, pela tirania, para

³ Bettino Ricasoli (1809-1880), político e estadista italiano que presidiu o Conselho de Ministros entre 1861-1862 e 1866-1867.

⁴ Refere-se a Caio Julio César (100 a.C.-44 a.C.), comandante militar e estadista romano que governou imensa parte do mundo antes da Era Cristã, ou ao título que poderia ser sinônimo imperador.

⁵ Napoleão Bonaparte (1769-1821) foi um líder político, comandante militar e imperador da França entre 1804-1814.



sufocar no berço a emancipação do povo italiano, ungido no solene sacrifício de Aspromonte⁶, com o sangue regenerador do soldado de Caprera⁷?

A verdade é que César, Carlos Magno⁸ e Napoleão foram gênios e que o gênio é cego.

A liberdade de consciência, base de todo o sistema democrático, pregada pelo primeiro ministro de um rei, se não revela um criminoso sortilégio armado à credulidade de um povo insonte⁹, como a mais requintada astúcia, disposta para ocultar-lhe os grilhões, que se estão forjando nas oficinas do poder, podemos afirmar, com afoiteza, que surgem radiantes, na pátria de Caracciolo¹⁰, os pródromos¹¹ da grande república da Ausônia, que mais tarde ressuscitará do seio das trevas, tendo de menos à sua frente o terrível aspecto do carbonarismo¹².

Eis a carta do sr. Ricasoli:

'Reverendíssimos - Só hoje recebi a carta que vv. revmas. me dirigiram de Roma com data de 15 do corrente, sobre a revocação¹³ dos bispos das suas dioceses.

⁶ Refere-se ao evento histórico conhecido como "Dia de Aspromonte" (29/08/1862), quando o exército do Reino da Itália interrompeu a tentativa de Giuseppe Garibaldi e seus voluntários marcharem da Sicília até Roma, de onde objetivavam expulsar o papa Pio IX.

⁷ Referência ao ilustre morador de Caprera, Itália, Giuseppe Garibaldi (1807-1882). Natural de Nice, então Reino da Sardenha, Garibaldi foi um estrategista militar, general e liderança política de grande relevo em diversas lutas sociais do século XIX.

⁸ Carlos Magno (742-814), nascido em Liège, Bélgica, foi o primeiro imperador do Sacro Império Romano, entre outros títulos dinásticos, e figura determinante para a construção da ideia de unidade política e cultural do continente europeu.

⁹ Inocente, que não tem culpa.

Refere-se provavelmente à Giovanni Battista Caracciolo (1578-1635), pintor italiano célebre por suas obras barrocas.

¹¹ Precursores.

Doutrina política da sociedade secreta e revolucionária denominada Carbonária, fundada na Itália no início do século XIX.

¹³ Revogar, anular, tornar sem efeito.

Essa carta alegrou-me bastante, em primeiro lugar pelas grandes razões que os obrigaram a aprovar semelhante medida, em cujo acordo eu estou com vv. revmas., e depois porque vv. revmas. pedem nela que a faculdade concedida aos bispos na circular de 22 de Outubro se estenda também aos membros do episcopado, que residem em Roma, o que me diz que o espírito de vv. revmas. está disposto a favor da boa harmonia e respeito das instituições e das leis, a cuja sombra pedem para viver.

Considero-me feliz por ter prevenido os desejos de vv. revmas. sobre esse ponto, e interpretado igualmente os sentimentos mais vivos que os animam, porque no próprio dia da data da carta que me dirigiram, ordenei que a exceção, de que se queixam, fosse suspensa, e creio que vv. revmas. já devem sabê-lo oficialmente.

As decisões tomadas pelo governo a esse respeito nascem, como mui bem o dizem vv. revmas., da vontade de obrar de modo tal que o princípio de completa liberdade nas relações da Igreja para com o Estado saiam da região abstrata dos princípios para passar à realidade dos fatos.

O governo não deseja menos do que vv. revmas. que a Itália goze em breve do magnífico e imponente espetáculo religioso, de que hoje se felicitam os cidadãos dos Estados Unidos, livres em toda a extensão da palavra diante do concílio nacional de Baltimore, onde se discutem livremente as doutrinas religiosas, e cujas decisões, aprovadas pelo papa, serão proclamadas e observadas em todas as cidades e aldeias revestidas de todas as sanções espirituais, sem exequátur¹⁴ algum nem placet¹⁵.

No entanto, vejam vv. revmas., esse espetáculo espantoso, admirável, é produzido pela liberdade, pela liberdade professada e respeitada por todos, em princípio e em fato, nas suas mais vastas aplicações na vida civil, política e social.

Nos Estados Unidos o cidadão segue livremente a crença que

¹⁴ Ordem pela qual o juiz manda cumprir ou executar uma sentença ou um mandado de um outro tribunal.

¹⁵ Autorização, consentimento ou permissão.

[CARTA À REDAÇÃO]

melhor lhe parece, e adora a divindade na forma que mais conveniente lhe é. Ao lado da igreja católica erige-se o templo protestante, a mesquita muçulmana, o pagode chinês¹⁶; ao lado do clero católico funcionam o consistório de Gênova¹⁷ e a congregação metodista¹⁸.

Semelhante estado de cousas não faz confusão alguma nem ofende. E por quê? Porque nem uma religião pede ao Estado a proteção especial, nem privilégio; cada uma delas vive, desenvolve-se, pratica-se sob a égide da lei comum, e a lei igualmente respeitada por todos garante a todos igual liberdade.

A intenção do governo italiano é mostrar, tanto quanto estiver ao seu alcance, que ele tem fé na liberdade e que deseja aplicá-la tão ampla como lhe permitem os interesses da ordem pública.

O governo dar-se-ia por feliz se pudesse afastar qualquer suspeita, e renunciar a toda precaução, e se ele não faz hoje tudo o que deseja fazer a esse respeito, é porque o princípio de igualdade que ele adotou e pôs em prática não foi adotado no mesmo grau e posto em prática pelo clero.

Notem vv. revmas. a diferença que há entre a posição da igreja na América e a posição da Igreja na Europa.

O governo manda, portanto, os bispos voltarem aos negócios do seu ministério, donde só podem ser tirados por motivos de ordem pública. O governo não impõe outra condição além da 'seguinte condição', imposta a todo o cidadão que quer viver em paz, conservar-se dentro das raias de suas funções e observar as leis; o Estado garante-lhe todo o sossego; o Estado pede que não

Expressão comum à época, não sem evidente carga pejorativa, que se referia ao templo em forma de torre, com diversos andares e telhados com as pontas recurvas para cima.

Assembleia ou conselho, geralmente de caráter religioso ou iniciático, que teve lugar em Gênova, Itália. No entanto, por ter antes mencionado o clero católico, não parece que o consistório a que se refere o autor seja vinculado à Cúria romana. Assim, é possível que se trate de um consistório maçônico, o que faz sentido dentro do contexto do texto, que enfatiza a pluralidade de ritos e credos.

¹⁸ Assembleia dos fiéis da Igreja Metodista.



exijam privilégio algum se querem conservar-se tais quais estão, sem sofrerem restrições; o princípio de todo o estado livre, que a lei é igual para todos, não admite distinção de espécie alguma.

Nos países virgens, a igreja instituiu-se no meio de uma sociedade nova, mas que levava com ela da mãe pátria todos elementos da sociedade civil. Representando ela própria todos os elementos sociais mais puros e sagrados, esse sentimento religioso, que sanciona o direito, santifica o dever e reúne em um pensamento mais altamente elevado de que todas as coisas terrestres, as aspirações humanas, a igreja procurou tão somente o governo do agrado de Deus, o governo dos espíritos.

A igreja, aparecendo com toda a liberdade e grandeza à sombra dela, encontrou tudo que era mister para seu desenvolvimento no tranquilo e fecundo exercício de seu ministério, e nunca procurou tirar às outras essa liberdade, que ela tinha a felicidade de gozar, nem tirar um lucro exclusivo das instituições que a protegiam.

Na Europa aconteceu o contrário, - a igreja criou-se por ocasião da decadência do grande Império, que subjugou o mundo inteiro; constituiu-se no meio dos cataclismas políticos e sociais dos séculos bárbaros, e ela imaginou logo dar a si mesma uma organização bastante forte para resistir ao naufrágio de toda e qualquer civilização, no meio das enchentes e encapelado mar da força bruta e da violência.

Mas enquanto o mundo, apenas saindo do caos da idade média, se compunha de novo e novamente tomava o caminho do progresso, que lhe fora marcado por Deus, a igreja pretendeu comunicar a tudo que tinha alguma relação com ela a imobilidade do dogma, de que é ela a guarda; a igreja viu inquieta e sôfrega o desenvolvimento das inteligências, a multiplicação das forças sociais, e declarou-se inimiga de todas as liberdades, negando a mais bela, preciosa e incontestável delas, a liberdade de consciência.



Daí nasceu o conflito entre o poder eclesiástico e o poder civil, porque o primeiro apresentou a sujeição e a imobilidade, o segundo, pelo contrário, apresentou a liberdade e o progresso.

Esse conflito, em consequência de condições especiais, tomou na Itália proporções mais graves, porque a igreja, pensando que, por exercer fora de toda autoridade secular seu ministério espiritual, era-lhe preciso um reino, e encontrou um reino na Itália. O poder eclesiástico, por essa mesma razão, está em contradição, não só com o poder civil, como até com o direito nacional.

É esta a origem das desconfianças e precauções que indiquei na minha circular, e que provocaram as reclamações de vv. revmas., quando elas apenas foram inspiradas pela necessidade das cousas.

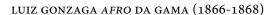
Os bispos não se podem considerar entre nós como simples pastores d'alma, porque eles também são defensores e instrumentos de uma autoridade que contraria as aspirações nacionais. Portanto, a autoridade secular constrange-se em sujeitá-los às medidas que porventura lhes pareçam precisas para a defesa dos seus direitos e dos da nação.

Como pôr um paradeiro a esse deplorável e perigoso conflito entre os dois poderes, a igreja e o Estado?

A liberdade, e só a liberdade, é que nos pode levar a essa situação feliz da América, que vv. revmas. invejam. Dê-se a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus, e a paz entre a Igreja e o Estado não tornará a ser perturbada.

Foi em homenagem a esses princípios que eu consenti que os bispos voltassem a habitar seus solos. É belo, é grande pôr em prática e professar a liberdade, e creio até que a liberdade tem a virtude de atrair os espíritos chamados para gozar de seus benefícios.

Eu espero que voltando vv. revmas. às suas dioceses com esses sentimentos de respeito pela lei expressos na carta que me dirigiram, entre populações que querem continuar a ser católicas, sem renúncia aos direitos e às aspirações da nação à que



pertencem, vv. revmas. bendirão essa liberdade que os protege, e única sobre que é possível fundar a conciliação de interesse[s] que até agora parecem inconciliáveis."

A esta proclamação admirável ainda ajuntarei as judiciosas¹⁹ reflexões do ilustrado escritor *Carlos Floquet*²⁰, e chamo para elas a benévola atenção dos respeitáveis redatores do *Diário de S. Paulo*, devotos incensadores²¹ do ultramontanismo²² e dos santos jesuítas, nesta província, que tão seriamente se incomodaram com as ideias contidas na primeira conclusão do *considerandum eleitoral*, publicado nesta cidade, que encerram doutrina igual à que acaba de enunciar brilhantemente o distinto ministro italiano, com aplauso dos escritores progressistas.

"A carta do sr. Ricasoli aos bispos italianos tem o cunho de um manifesto futuro. Esse manifesto arranca aplausos universais dos amigos da liberdade e provoca as cóleras unânimes de todos os partidários dos antigos regimes.

Entre os adversários do ministro italiano, uns, ao menos francos e absolutistas até na sua oposição, protestam energicamente até mesmo contra o princípio de liberdade.

O que eles querem é que a igreja católica continue a dominar e não que entre em partilha de liberdade e igualdade com todas as religiões e opiniões religiosas. Para eles é um escândalo que a liberdade seja dada com igualdade ao erro e à verdade, e como somente a igreja católica possui a verdade, somente ela deve gozar a liberdade, ou antes ser revestida de domínio. É esta a doutrina que o *Mundo*, com clareza sem artifício, e o *Universo*, com um pouco mais de consideração na aparência, opõem à circular liberal do sr. presidente do conselho italiano.

¹⁹ Sensatas.

²⁰ Charles Floquet (1828-1896), político francês, foi deputado, senador, ministro e presidente do Conselho dos Ministros da França (1888-1889).

²¹ Por sentido figurado, bajuladores, aduladores.

Doutrina conservadora que sustentava a autoridade absoluta e a infalibilidade do papa tanto em assuntos civis como em matérias de fé.

[CARTA À REDAÇÃO]

Outros adversários, mais hábeis e mais políticos, afetam um amor tão exclusivo pela liberdade que não podem reconhecer seu ídolo no retrato que o sr. Ricasoli fez dela. É inutilmente que esse bem intencionado ministro oferece completa liberdade ao clero italiano. Ele decide-se a estabelecer algumas condições para que o estado não fique logrado na transação!

Levou a sua audácia a ponto de explicar porque algumas restrições foram precisas ser empregadas no passado à essa primitiva liberdade! Aqui de El-Rei contra o embusteiro, isso não é liberdade, é uma escravidão atroz que o *piemontesismo*²³ oferece ainda uma vez à santa igreja católica. É este pouco mais ou menos o sentido das novas injúrias dirigidas pela 'Gazeta de França' à política italiana, a propósito do seu último manifesto.

Realmente, somos obrigados a duvidar do bom senso e da boa fé desses discursistas. Desgraçadamente podemos entregá-los uns aos outros, por isso que eles se refutam muito bem entre si uns parecem achar muito ampla e quase anárquica uma liberdade que os outros julgam muito restrita para dissimular a presença do despotismo.

Quanto aos amigos da liberdade, esses não se enganam olhando com veneração a carta do sr. Ricasoli; essa carta é incontestavelmente o programa da verdadeira liberdade, quando pede a separação absoluta da igreja e do Estado.

Nenhuma religião peça ao Estado proteção especial nem privilégio; que todas elas vivam, se desenvolvam, se pratiquem, debaixo da égide da lei comum, e que a lei, igualmente respeitada por todos, garanta a todos igual liberdade. É este o resumo do programa apresentado pelo sr. Ricasoli. É também o resumo dos votos sinceros daqueles que, à sombra da palavra liberdade, não ocultam o desejo secreto do domínio por um culto ou uma opinião particular.

²³ Corrente ideológica que fazia propaganda da supremacia cultural e política de Piemonte sobre outras regiões italianas, após a unificação do Reino de Itália (1861)



É também certo que se a carta, de que se trata, tivesse saído da pena de um simples publicista, não fazia tanto barulho nem produziria tanta impressão. A tese da separação absoluta entre a igreja e o Estado tornou-se quase banal nestes últimos tempos; por assim dizer nem é ela já discutida entre os amigos da liberdade.

Mas depois da Revolução Francesa é a primeira vez que essa tese é desenvolvida com tanta clareza em um documento oficial, é a primeira vez que um governo a toma debaixo de seu patronato, com todas suas consequências, e a propõe como a lei desejável na prática.

Vê-se que não deixamos ter alguma razão em sustentar a favor e contra toda a nação italiana na sua grande obra de liberdade e reconstituição.

Há pouco desempenhada de combate insano, ela dá razão às doutrinas da mais liberal democracia, e na própria terra em que se ergue o trono visível do catolicismo exclusivo, ela proclama o reino próximo da mais absoluta liberdade religiosa."

S. Paulo, 20 de fevereiro de 1867.

L.G.

Capítulo 10

A morte do Arquiduque Maximiliano¹

Artigo político em que* Afro responde à redação do jornal O Ypiranga. Afro defende a causa republicana contra a monarquia até as últimas consequências, nesse caso, a legitimidade do assassinato do autoproclamado imperador do México, Maximiliano de Habsburgo. "Os bárbaros da América saúdam os civilizadores da Europa", conclui Afro, após trazer ao público diversos exemplos de que o regime monárquico seria a causa da violência e horrores para as populações de seus países.

. -

SR. REDATOR.

Rogo-vos o obséquio de publicardes nas colunas de vosso conceituado jornal as seguintes linhas, escritas em resposta ao bem elaborado artigo editorial que hoje destes a lume.

S. Paulo, 9 de Agosto de 1867.

Afro.

A MORTE DO ARQUIDUQUE MAXIMILIANO² Há poemas sublimes que provocam lágrimas.

¹ O Ypiranga (SP), A Pedido, 11/08/1867, p. 3.

² Fernando Maximiliano de Habsburgo-Lorena (1832-1867) foi um fidalgo austríaco que, após acordo político-militar com potências europeias, foi proclamado imperador do México (1864-1867). As forças constitucionais, no entanto, lideradas pelo presidente da República, Benito Juárez, restauraram o poder republicano, após capturar e fuzilar o auto-proclamado monarca. É de se notar, na carta de *Afro*, que a referência se limita a Maximiliano enquanto arquiduque, jamais como imperador, como os monarquistas mexicanos o tratavam.



A mulher do divino Augusto³ chorou ao ouvir a leitura de um dos mais belos trechos da Eneida⁴.

Ela tinha razão: o pensamento é o soberano do universo. Tem por cetro⁵ a cruz dos mortos e por trono a sepultura das gerações.

O artigo editorial do *Ypiranga* de hoje arrasará de prantos os olhos de todos os reis; mas o algoz, na frase do eminente poeta, será sempre o primeiro ministro dos príncipes.

O assassinato jurídico de Maximiliano não manchou de sangue o estandarte da República mexicana. É o epílogo sombrio desse drama sanguinolento, iniciado pelo imperador dos franceses, escrito pela mão do partido clerical, ao som dos arcabuzamentos⁶, no meio do estrondo da artilharia mercenária, entre os gemidos de milhares de vítimas, cujo crime único era defender o solo da pátria contra a intervenção estrangeira.

Oh! Não maculeis, com a denominação de "martírio", o derradeiro capítulo de uma usurpação desastrada.

Juárez⁷ foi o chefe inexorável de um partido vitorioso, igual a essas frontes coroadas que têm escrito as suas vitórias com sangue.

³ Augusto (63 a.C-14 d.C) foi o fundador do Império romano e seu primeiro imperador. A mulher de Augusto à época da finalização de *Eneida* (19 a.C) era Lívia Drusa (58 a.C-29 d.C), primeira imperatriz-consorte de Roma.

⁴ Poema épico escrito por Virgílio (70 a.C.-19 a.C.), poeta romano de profunda influência na literatura ocidental que, nessa obra clássica, narrou o mito fundacional de Roma e de Eneias, seu primeiro ancestral.

⁵ Bastão-símbolo de poder político.

⁶ Tiroteios. Remete ao arcabuz, antiga arma de fogo.

⁷ Benito Juárez García (1806-1872) foi um advogado e estadista mexicano que serviu por cinco períodos intermitentes como presidente da República do México, entre 1858-1872. Figura de destaque na história mexicana, Juárez resistiu a invasões estrangeiras e derrubou o regime monárquico que pretendia se fixar, a despeito da Constituição republicana. Por ter nacionalizado os bens do clero e ter lutado até as últimas consequências contra a monarquia, pode-se compreender melhor as razões do articulista brasileiro, *Afro* – tão anticlerical como antimonarquista –, em acompanhar tão de perto o desenrolar da guerra civil no México.

A MORTE DO ARQUIDUQUE MAXIMILIANO

Ao lado da banqueta do arquiduque austríaco erguem-se legiões de espectros republicanos. O cadáver ensanguentado de Ortega caminha ao lado de Maximiliano.

O Evangelho é o código da República e Deus o sacerdote: "Aqueles que elegem rei para governá-los rejeitam o reinado de Deus; eles, bem como o seu rei, perecerão juntamente."8

Não choremos a morte do arquiduque, lamentemos a morte do homem.

A vida é inviolável.

Diante dos túmulos não há cetros, há cruzes; não há tronos, há poeira.

A bandeira da República é uma página apocalíptica desenrolada na imensidade dos tempos; não a podem nodoar⁹ erros do homem.

As monarquias da Europa não têm de que horrorizar-se; a consciência do gênero humano, essa sim. A preconizada civilização a tem crucificado.

Na Espanha, ela espingardeia¹⁰ em massa nas praças públicas; deporta para as Canárias¹¹; e, amordaçando a imprensa e a tribuna, reina pelo terror.

Em França, ela perjura sobre o altar da pátria; faz de cidadãos amantes de seu país mártires de um despotismo feliz; abre as portas do exílio à realeza do pensamento; e, no meio de suas festas triunfais, avulta o monumento funéreo¹² da guilhotina.

Na Rússia, o knout¹³ assassinou mulheres no seio do gélido silêncio da Europa inteira. Alvejando nos gelos da Sibéria a ossada dos mártires, ainda não encontrou vingadores!....

⁸ Nota original do autor: Reis. Cap. VIII, v. 7; cap. XII, v. 25. Não foi possível, até o momento, identificar de onde provém a citação.

⁹ Desonrar, macular.

¹⁰ Dispara com espingarda.

¹¹ Refere-se às Ilhas Canárias, no continente africano.

¹² O mesmo que fúnebre.

¹³ Espécie de látego, chicote, azorrague, instrumento de tortura.

Em Creta, ela suplicia crianças inermes¹⁴; desonra mulheres; incendeia templos; e abre em todo o país ermo deserto de desolação e de morte.

As monarquias da Europa não têm de que horrorizar-se. Elas têm a sua corte de favoritos ao pé de um pandemônio¹⁵ de desesperados. À orquestra de seus folguedos¹⁶ responde um concerto de gemidos. Os ecos de seus hinos vão repercutir na solidão do exílio.

O túmulo tem vozes; o oceano, soluços; e as ventanias, cânticos misteriosos.

Debrucemo-nos sobre a campa¹⁷ do homem, mas desprezando a púrpura do poder.

Foi uma vida que se sumiu; e o direito violado é sempre o direito.

Nas peripécias daquele drama tão matizado de funestos acontecimentos, a mão do destino pesou de mais para que a consciência se cale e o coração possa chorar.

Interrompendo a funda paz da vala mortuária, ouve-se, talvez atravessando o espaço, o grito agudo de uma loucura sublime!

Devias tê-la escutado, Juárez!

Tu, que soubestes defender o teu país nas quebradas das serras, pelas sarças¹⁸ do monte, na aridez dos ermos, fugido de cidade em cidade, sombra que reaparecias sempre, morto que ressuscitavas em toda a parte; tu que fostes a Providência do teu país, devias ser grande e misericordioso como ela. Mais nobre vingança te preparava a história.

Entre os decretos reais, lá havia um entre a poeira dos arquivos; estava escrito com sangue: era o que conferia um prêmio ao traidor que apresentasse tua cabeça. Por que não o mandaste desenterrar?

¹⁴ Desarmadas.

¹⁵ Caos, desordem gigantesca.

¹⁶ Divertimentos, festas.

¹⁷ Sepultura, laje sepulcral.

¹⁸ Matas



A MORTE DO ARQUIDUQUE MAXIMILIANO

No verso dessa página ensanguentada escreverias com lágrimas esta única palavra: Perdão!

Seria a mortalha da realeza e a glorificação da democracia.

Vivo o arquiduque e entregue à Europa, que o reclamava, podias ainda escrever embaixo desse Decreto:

Os bárbaros da América saúdam os civilizadores da Europa.





Capítulo 11

O vigário de Cristo

Artigo político que critica a redação da* "folha liberal de S. Paulo", O Ypiranga. Não se sabe a qual redator especificamente Afro 1º se dirige. Todavia, é de se notar que Democracia traçava um linha programática clara entre a "folha liberal" e a nascente imprensa republicana. Afro 1º responde um artigo d'O Ypiranga em que se discutia a luta política entre republicanos e monarquistas no México. Nesse sentido, esse texto pode ser lido como continuidade do artigo "A morte do arquiduque Maximiliano".

 \sim

Não sei por que fatalidade, sempre que a liberdade adianta um passo nas sendas impérvias² da civilização, o ilustrado redator do *Ypiranga* estremece na sua cadeira magistral.

O sangue do Cristo derramado no Gólgota³ deu vista ao próprio algoz. A sua palavra inspirada curou aos surdos.

Imensa é, porém, a distância que separa o áspero despotismo do martírio glorificado.

O sangue dos tiranos supliciados cega aos seus panegiristas⁴ e os seus lúgubres⁵ gemidos ensurdecem-nos.

¹ In: *Democracia* (SP), 15/12/1867, p. 3. Nota do autor: Vide *O Ypiranga* de 18 do mês passado.

² Impenetráveis, inacessíveis.

³ Gólgota, ou Calvário, é a colina na qual Jesus foi crucificado.

⁴ No sentido de bajuladores.

⁵ Sinistros, macabros.



Ontem, comovido e trêmulo, em nome do despotismo exulado⁶, pranteava o digno redator do *Ypiranga* sobre os muros adustos⁷ de Querétaro⁸, a morte de um usurpador infeliz.⁹ Cego pelo brilho da púrpura real, não via, em fúnebre cortejo, as legiões de quarenta mil cruzes que se levantavam tredas¹⁰ nos desertos mexicanos.

Surdo pelas últimas palavras do conquistador arcabuzado, não ouvia o concerto fúnebre de quarenta mil vozes que, em nome do martírio, entoavam, pela última vez, um hino sublime à liberdade e à pátria.

Então, sobre as margens da vala mortuária, o braço invencível de Juárez¹¹ hasteava o estandarte da República; e as vozes da tempestade, e o sibilo estridente da metralha e o ribombo dos canhões, em uníssono concerto, saudavam, com altivez, o símbolo grandioso da redenção.

Hoje, o ilustrado redator da folha liberal de S. Paulo vaga taciturno pelos páramos¹² sombrios da incerteza; contempla

⁶ O mesmo que exilado.

⁷ Ferventes, feito em brasa.

⁸ Cidade mexicana que foi palco de importantes eventos das lutas republicanas naquele país.

⁹ Referência indireta a Fernando Maximiliano de Habsburgo-Lorena (1832-1867), fidalgo austríaco que, após acordo político-militar com potências européias, foi proclamado imperador do México (1864-1867). As forças constitucionais, no entanto, lideradas pelo presidente da República, Benito Juárez, restauraram o poder republicano, após capturar e fuzilar, em Querétaro, o auto-proclamado monarca.

¹⁰ Traídas.

Benito Juárez García (1806-1872) foi um advogado e estadista mexicano que serviu por cinco períodos intermitentes como presidente da República do México, entre 1858-1872. Figura de destaque na história mexicana, Juárez resistiu a invasões estrangeiras e derrubou o regime monárquico que pretendia se fixar, a despeito da Constituição republicana. Por ter nacionalizado os bens do clero e ter lutado até as últimas consequências contra a monarquia, pode-se compreender melhor as razões do articulista brasileiro, *Afro* – tão anticlerical como antimonarquista –, nos elogios rasgados a Juárez.

¹² Planaltos.



espavorido as visões medonhas de Jeronymo Savanarola¹³ e de João Huss¹⁴, que lhe surgem na passagem; angustia-se diante da unidade italiana; vê deserta a cadeira de São Pedro; ajoelha-se contrito¹⁵ diante da Igreja do Cristo dominada pelo paganismo clerical e previdente chora o pontificado no exílio...

Fatal aberração do espírito humano!

A unidade italiana é um sonho; mas este sonho nasceu ao bafejo¹⁶ de um grande princípio: o princípio das nacionalidades.

Tem uma larga história; é um martirológio escrito com sangue pelo fanatismo dos padres e pela cegueira dos déspotas.

Mas esse grande sonho não o levou inteiro para a obscuridade do túmulo esse grande vulto cujo nome é ainda hoje repetido, com adoração, em todos os ângulos da Itália.

É o sonho do filósofo que medita, do político que ideia planos, do artista que trabalha, do soldado que combate; dos grandes e dos pequenos; dos poderosos e dos fracos: é o sonho da nação italiana

Em Novara¹⁷, não enterrou-se no túmulo de Carlos Alberto.¹⁸

¹³ Jerônimo Savanarola (1452-1498) foi um sacerdote dominicano que fez carreira eclesiástica em Florença, Itália, onde propôs um modelo teocrático para a república florentina. Proclamava-se profeta – daí possivelmente o articulista mencionar suas "visões medonhas" –, e reformador da Igreja Católica. Foi condenado à pena de morte e queimado vivo por heresia contra as doutrinas católico-romanas.

João Huss (1372-1415) foi um teólogo, filósofo e acadêmico checo que se tornou conhecido por suas ideias de reforma da Igreja Católica e como precursor do movimento protestante. Foi condenado à pena de morte e queimado vivo por heresia contra as doutrinas católico-romanas.

¹⁵ Arrependido, pesaroso.

¹⁶ Sopro.

Referência à batalha de Novara (1849), na região de Piemonte, entre o Império Austríaco e o Reino da Sardenha, durante a Primeira Guerra de Independência Italiana (1848-1849).

¹⁸ Carlos Alberto di Savoia-Carignano (1798-1849) foi rei da Sardenha entre 1831-1849.



Chamou-se, depois, o sonho de Solferino¹⁹ e a fantasia de Magenta²⁰.

Escreveram-no em um dos capítulos do tratado de Vila Franca.

Mais tarde o silêncio da Europa, aplaudindo esforços legendários, não pôde conseguir mais do que a convenção de Setembro; e essa mesma parece estremecer agora.

O sonho é, portanto, uma realidade; mas uma realidade de que ainda não se completou.

A Roma dos papas deve ser a Roma da liberdade.

Não são os triunfos da grande causa que fazem estremecer o pontificado em seus alicerces; é o edifício que se alui²¹ por si mesmo.

Em torno daquela cadeira que o distinto escritor supõe deserta, avultam sinistros a sórdida idolatria de Marcellino²², a sedenta ambição de Gregório VII²³, o violento despotismo de

Marcelino (?-305) foi o 29º papa da Igreja Católica, pontificando entre os anos 296-305. É venerado como santo na Igreja Católica. A partir de Marcelino, o autor citará sequencialmente outros onze papas.

102

¹⁹ Referência à batalha de Solferino (1859), combate decisivo ocorrido na Lombardia, entre o exército austríaco e as tropas franco-sardas, durante a Segunda Guerra de Independência Italiana (1859).

Referência à batalha de Magenta (1859), combate ocorrido na Lombardia entre o Império Austríaco e o Reino da Sardenha, durante a Segunda Guerra de Independência Italiana (1859).

²¹ Abala, desmorona.

²³ Gregório VII, nascido Hildebrando (1020-1085), foi o 157º papa da Igreja Católica, pontificando entre os anos 1073-1085. É venerado como santo na Igreja Católica.

O VIGÁRIO DE CRISTO

Nicolau III 24 , os monstruosos assassinatos jurídicos de Paulo V 25 , o sedicioso 26 arianismo de Libério 27 e o grosseiro ateísmo de Leão 28 .

Corrupção e imoralidade abraçam-se festivas ao contemplar as imundas torpezas da papisa Joanna²⁹ e do incestuoso Alexandre Bórgia³⁰.

Ao grande concerto de todos os vícios nunca faltou uma nota. A prostituição papal assentou-se luxuriante ao lado da concubina devassa Olympia Maidalchini³¹.

O sangue dos hugenotes³² e as cabeças decepadas dos florentinos embriagaram de alegria a ferocidade de Gregório IX³³ e a crueza de Clemente VII³⁴.

Nicolau III, nascido Giovanni Orsini (1216-1280), foi o 188º papa da Igreja Católica, pontificando entre os anos 1277-1280.

²⁵ Paulo V, nascido Camillo Borghese (1552-1621), foi o 233º papa da Igreja Católica, pontificando entre os anos 1605-1621.

²⁶ Revoltoso, insurgente.

²⁷ Libério (310-366) foi o 36º papa da Igreja Católica, pontificando entre os anos 352-366.

²⁸ Leão I (400-461) foi o 45º papa da Igreja Católica, pontificando entre os anos 440-461. É venerado como santo na Igreja Católica.

²⁹ Refere-se à controvertida história em torno do papado de uma mulher, durante a Idade Média.

³⁰ Alexandre VI, nascido Rodrigo Borja (1431-1503), foi o 214º papa da Igreja Católica, pontificando entre os anos 1492-1503. É de se notar que o autor misture o nome de investidura no papado (Alexandre) com o sobrenome de nascimento (Borja/Bórgia) como recurso para dessacralizar a autoridade papal.

Olympia Maidalchini (1591-1657) foi uma fidalga italiana que exerceu grande influência política em Roma e na Santa Sé em meados do século XVII. Pelo contexto da citação, o autor indica que conhecia a história do Conclave de 1644, no qual o seu cunhado Giovanni Battista Pamphilj foi sagrado papa, ao que registra a crônica, graças à estratégia e articulação política de Olympia Maidalchini.

³² Protestantes franceses, majoritariamente calvinistas, perseguidos e executados pela maioria católica, sobretudo na segunda metade do século XVI.

³³ Gregório IX, nascido Ugolino de Anagni (1145-1241), foi o 178º papa da Igreja Católica, pontificando entre os anos 1227-1241.

³⁴ Clemente VII, nascido Giulio de Médici (1478-1534), foi o 219º papa da Igreja Católica, pontificando entre os anos 1523-1534.



Não. A religião do Cristo não é a religião das tarifas de João XXII³⁵ e das anuais³⁶ de Bonifácio IX³⁷; é a religião do martírio; é a filosofia da pobreza; é a poesia sublime da inocência, da caridade e do arrependimento.

É a doutrina da igualdade sancionada pela crucificação e nobilitada pela miséria.

É a condenação resumida de uma noite de torpezas apontando a aurora magnífica da regeneração humana.

Meu reino não é deste mundo, dizia o Cristo; aqui, meu lugar é no seio dos enfermos; a enfermidade são a ignorância e o erro.

A cadeira de São Pedro vazia há de ser a cadeira mundana; essa, colocaram-na os déspotas entre os tronos dos reis, as baionetas mercenárias e os bacamartes³⁸ dos salteadores.

Não pode ser esse o seu lugar.

Junto ao pontificado do céu deve erguer-se o pontificado da terra; este pertence à liberdade.

É ao lado de Deus que se assentam os homens livres. AFRO 1º

³⁵ João XXII, nascido Jacques d'Euse (1249-1334), foi o 196º papa da Igreja Católica, pontificando entre os anos 1316-1334.

³⁶ Possível referência para imposto, cobrança.

³⁷ Bonifácio IX, nascido Piero Tomacelli (1356-1404), foi o 203º papa da Igreja Católica, pontificando entre os anos 1389-1404.

³⁸ Antiga arma de fogo de cano curto e largo.

O leão avelhentado

1

Fábula política. Através de um gênero literário em que Gama investiria principalmente em* O Polichinello (1876), Afro associa o povo brasileiro a um leão velho, saudoso de um passado exuberante, mas sem outra força no momento que não fosse o rugido. Presa fácil de todos os outros animais, nem ao burro o leão podia escapar. O texto é leve e provavelmente dirigia-se ao mais simples leitor do jornal. Ainda assim, como é próprio da fábula política, o autor conclui com uma lição moral que, nesse caso, apela retoricamente a um passado glorioso como forma de lançar luzes às misérias do presente.



Terror da selva outrora, então caído
Em anos um Leão, priscas proezas
Recordando com lástima, assaltado
Se viu por seus vassalos próprios; fortes,
Que o viam fraco – Chega, e um coice atira-lhe
O cavalo, dentada ferra o lobo
O boi cornada – Triste e taciturno
O mísero leão, cortado de anos,
Pode apenas rugir: seu fado espera,
Sem dar um só queixume. Mas, um burro,
Vendo que ao seu covil correndo vinha:
LEÃO
É de mais. Venha a Morte; mas teus coices
Sofrer, é duas vezes sofrer morte.

 \sim

¹ In: Democracia (SP), 29/02/1868, p. 1.

LUIZ GONZAGA AFRO DA GAMA (1866-1868)

Ao leitor judicioso² rogamos que ponha toda a sua atenção neste famoso apólogo³. Encerra ele a história tristíssima do nosso mísero e manietado⁴ povo de hoje; ele que foi o festejado herói de outrora, que altivo abalou um trono e dele derribou⁵ um gênio, para dar humilde um cetro⁶ a uma criança.

Era então o povo brasileiro o leão indômito que rugia impetuoso, fazia estremecer as selvas umbrosas⁷ da parte meridional da América e, à semelhança de Hércules, ainda no berço, dilacerava as serpentes do absolutismo.⁸

Derrotava exércitos aguerridos, cingia⁹ a fronte com os louros da vitória e, cortando ousado as ondas do Atlântico, espargia¹⁰ o fumo de seus canhões frementes¹¹, até por sobre as águas do orgulhoso Tejo¹².

Elegia por seus representantes, contrapondo a sua soberania excelsa às imposições iníquas¹³ da coroa, os exilados venerandos da Pátria.

Congregava-se nas praças públicas; iniciava projetos; discutia e sustentava o seu direito e, quando contrariado pelo governo, esclarecia o seu pensamento com o facho luminoso das revoluções.

Então era rico e soberano; tinha por vassalo a monarquia e os fidalgos lhes serviam de tropel¹⁴.

106

² Sensato.

³ Fábula, narrativa que tem ao fundo lição de sabedoria e moral.

⁴ Aprisionado.

⁵ Derrubou.

⁶ Bastão-símbolo de poder do imperador e, por extensão, do regime monarquista.

⁷ Úmidas, densas

⁸ Referência à passagem lendária em que o herói grego Hércules, ainda bebê, estrangulou as serpentes que a deusa Hera enviou para lhe matar.

⁹ Cobria.

¹⁰ Espalhava.

¹¹ Flamejantes.

¹² Maior rio da península ibérica.

¹³ Perversas.

¹⁴ Rebanho.

O LEÃO AVELHENTADO

Hoje, servo de seus antigos criados, esquálida imagem do macedonco império, recolhido no antro escuro de infamante escravidão, espera a morte ludibriado, sob as patas do corcel de bronze que a Corte levantou para humilhá-lo¹⁵; e nem sequer nas faces açoitadas assoma-lhe¹⁶ um vislumbre de rubor para chorar sobre as ruínas da liberdade as grandezas de outrora, que perdeu.

De tão preclara geração de heróis, nenhum Mário ficou-lhe para apostrofar¹⁷ a tirania sobre as cinzas das consumidas glórias.¹⁸

Nenhum Spartacus¹⁹ assoma desses bandos de escravos, que vão insontes²⁰ caminho da desonra, que arroje²¹ ufano às plantas do Crasso²² imperial os quebrados grilhões do cativeiro.

Misérrimo Leão avelhentado!

Para perpetuar o teu faustoso poderio de outras eras, tens um cavalo de bronze na praça do Rocio e um tribuno venal por senador.

Referência à estátua equestre de Pedro I, inaugurada em 1862 na praça do Rocio (atual praça Tiradentes), centro do Rio de Janeiro, por ordem do imperador Pedro II.

¹⁶ Aparece-lhe, surge-lhe.

¹⁷ Interpelar, afrontar.

A menção aos Caios Mários romanos, família de grande prestígio social, político e militar na Roma Antiga, remete ao contexto das lutas pela Independência do Brasil, onde, no argumento retórico do autor, uma "geração de heróis" se levantou contra o absolutismo.

¹⁹ Spartacus (109 a.C-71 a.C) foi um gladiador-general, estrategista e líder popular que escapou da escravidão a que era submetido e, num levante de grandes proporções, organizou um exército que enfrentou o poder central de Roma na Terceira Guerra Servil (73 a.C-71 a.C). São diversas as citações de Gama a Spartacus, grafado de variadas maneiras, a exemplo de Espártacos, o que revela sua admiração e até mesmo veneração pela história do mártir que venceu o cativeiro e lutou pelo fim da escravidão.

²⁰ Inocentes, ignorantes.

²¹ Atire fora.

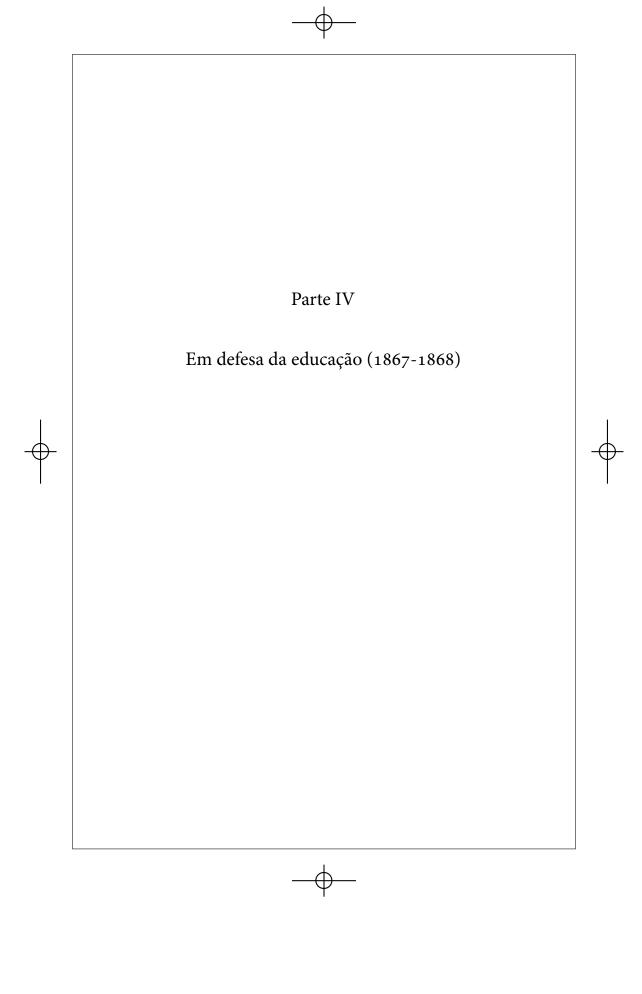
Por metonímia, o Crasso romano pode ser lido como palácio, sede do poder político. Embora genérica, a referência provável é a Marco Licínio Crasso (114-53 a.C), comandante militar e um dos homens mais ricos da história de Roma.



LUIZ GONZAGA AFRO DA GAMA (1866-1868)

Ave César! AFRO.







"A escola pública é um grande e poderoso elemento de igualdade social. Seu objeto, instruindo gratuita e indistintamente a todos, é elevar, pelo cultivo da inteligência, o filho do mendigo à posição do filho do milionário".

[Afro-Gama]

Comentário político e jurídico sobre o direito à educação e o projeto de lei que discutia o tema na 17a Legislatura da Assembleia Provincial de São Paulo (1868-1869). Ao longo de 14 textos, repartidos em três séries distintas,* Afro, o nome que assinou quase todos os artigos e que responde pelo conjunto da obra, oferece ao leitor uma visão crítica sobre a educação básica na São Paulo da época. Mais do que isso: defende um programa ousado, que incluía alfabetização gratuita e obrigatória além de universalização do ensino básico e bibliotecas por todas as vilas, aldeias, distritos e cidades da província. Nos primeiros sete textos - "Instrução Pública" -, Afro-Gama estabelece paralelos entre regimes políticos, religião e educação, sobretudo entre monarquia, catolicismo e alfabetização, procurando, via de regra, tirar lições de experiências internacionais para o cenário brasileiro. Na segunda série de textos - "Carta ao exmo. sr. deputado dr. Tito A. de Mattos" -, constituída de três cartas abertas para o deputado liberal, que, ao que se pode inferir, foi de figura respeitada a desafeto de Afro-Gama, o autor discute o processo legislativo e as ideias centrais postas em debate. No terceiro e último bloco - "A Nova Lei de Instrução Primária" -, Afro-Gama comenta a lei provincial que reformou o ensino primário, examinando criticamente forma e conteúdo jurídico da matéria aprovada. Lendo os textos em conjunto, percebe-se que o grupo político que dava corpo ao jornal Democracia, a partir de sua liderança maior, Luiz Gonzaga "Afro" da Gama, fez a mais contundente defesa da educação pública, gratuita, universal, obrigatória e inclusiva da história da província de São Paulo.

A educação pública

Através de uma crítica visceral à relação Estado e Igreja, Afro-Gama procurava abrir espaços para se pensar, por um lado, a instrução pública gratuita e obrigatória como direito de todos os cidadãos e, por outro lado, o ensino primário afastado da ingerência de sacerdotes católicos. Tratava de equacionar uma conta de difílcil solução: como defender a alfabetização de cidadãos num país em que parte gigantesca da população sequer era reconhecida como portadora do mínimo de cidadania? E ainda: como garantir pluralidade de doutrinas num país que possuía, assegurada na Carta política de 1824, uma religião oficial de Estado? Essas condições estruturais - cidadania débil e monopólio religioso do ensino - exigiriam, defendia o autor, uma ruptura política revolucinária. Enquanto a Revolução não vinha, todavia, uma "revolução permanente" deveria sem demora tomar conta da educação das novas gerações. Era o que Afro-Gama praticava como dirigente de uma escola comunitária e como organizador do programa educacional defendido nas páginas do periódico Democracia. Não poderia haver meio termo, conciliação ou capitulação diante da monarquia e da Igreja. O grupo político reunido nas páginas do jornal Democracia, notoriamente sob a liderança de seu redator-chefe, não estava disposto a vacilar. A educação era a bandeiria e a chave da emancipação.



Instrução pública -- i

Assunto vital, a importância do direito à educação pode ser definida na frase que abre a série de artigos: "uma discussão que toca o que há de mais sério nos destinos do país". Sem arrodeios,* Afro-Gama vai direto ao ponto, afirmando as duas frentes do programa educacional da Democracia: "instrução gratuita e obrigatória e liberdade de ensino". O autor defende uma ação enérgica do Estado na garantia da educação a todos os homens e meninos. É de se ressalvar, contudo, que o universal do autor era o universo masculino. O autor não levanta, de plano, objeção ou vedação expressa para meninas e mulheres acessarem direitos educacionais. Ao contrário, deixou em aberto diversas expressões que poderiam ser apropriadas em sentido lato, a exemplo de duas passagens deste artigo em que revela sua utopia em ver as "portas da ciência inteiramente francas a todas as inteligências"; e que em "toda a parte onde houver uma choupana, onde houver um espírito, que haja também um livro". É evidente que, no plano pragmático, longe das figuras retóricas destacadas acima, o conceito permanece excludente. Ainda assim, por paradoxal que soe ao leitor contemporâneo, vê-se na série "Instrução Pública" alguns argumentos poderosos em defesa do direito à educação como elemento estratégico de desenvolvimento nacional. Assegurada sua gratuitade, obrigatoriedade, acessibilidade e liberdade, a educação básica seria, na visão de Afro-Gama, o motor da superação histórica das amarras estruturais da monarquia e do catolicismo como religião oficial do Estado. A considerar a hegemonia do "Regresso" e do "ultramontanismo" na semântica do debate de ideias nos finais da década de 1860, além das condições estruturais do jogo da política da escravidão, não se tem dúvidas da radicalidade do programa educacional da Democracia de Afro-Gama. Ensino público gratuito e obrigatório, numa terra de esmagadora maioria de analfabetos, combinado com a quebra do monopólio escolar exercido pela Igreja Católica, realizaria aquilo que era visto por Gama, a um só tempo, como uma necessidade e uma utopia. "É a luta do cristianismo contra os Césares", dizia, numa de suas recorrentes comparações retóricas que trasitavam habilmente entre o religioso e o político. Ao final, inscrevia uma marca autoral que se veria em praticamente

¹ In: Democracia (SP), 01/12/1867, p. 1.

todos os textos da série "Instrução Pública", a saber, a referência a um autor ou evento internacional que servisse como comparação e exemplo com o cenário brasileiro. Nesse texto, a citação busca um discurso de Victor Hugo na Assembleia Nacional francesa, por ocasião do debate legislativo sobre o direito à educação naquele país que tanto serviu de inspiração para Gama.



Ao encetar² uma discussão que toca o que há de mais sério nos destinos do país, deve-se, pondo de parte todas as considerações de ordem secundária, ferir o âmago da questão.

Segundo o nosso modo de pensar este é o fim difícil de atingir, e longínquo, sem dúvida, mas para o qual devemos tender nesta grave questão do ensino.

Toda a questão tem o seu ideal.

Para nós o ideal da questão do ensino é a instrução gratuita e obrigatória; obrigatória para o primeiro grau somente; gratuita para todos os graus.

A instrução primária obrigatória é o direito do menino, que é tão sagrado como o do pai, e que se confunde com o do estado.

Ainda mais, queremos a liberdade de ensino.

Eis aqui, pois, a nosso ver, o ideal da questão: a instrução gratuita e obrigatória e a liberdade de ensino.

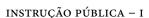
Um vasto ensino público, partindo da escola da aldeia e subindo de grau em grau até aos colégios, liceus e, mais alto ainda, até às academias. E faculdade ampla a todos os homens úteis de esparzirem³ os conhecimentos pelas trevas do espírito.

As portas da ciência inteiramente francas a todas as inteligências.

Por toda a parte onde houver uma choupana, onde houver um espírito, que haja também um livro.

³ O mesmo que espargirem, espalharem, disseminarem.

² Iniciar.



Nenhuma aldeia sem uma escola, nenhuma vila sem um colégio, nenhuma cidade sem um liceu, nenhuma província sem uma academia. Um vasto todo, ou, para melhor dizer, uma vasta textura de oficinas intelectuais, escolas, liceus, colégios, bibliotecas e academias, ajuntando sua irradiação na superfície do país, despertando por toda a parte as aptidões e animando por toda a parte as vocações.

Em uma palavra, a escola do conhecimento humano firmemente formada pela mão da liberdade e pelos esforços do estado, posta nas sombras das massas as mais profundas e obscuras e terminando na luz.

Nenhuma solução de continuidade: o coração do povo posto em comunicação com o cérebro do Brasil.

Eis como se exprimiria o distinto sr. Victor Hugo⁴ na célebre sessão da Assembleia Nacional, de 15 de Janeiro de 1850, se a sua cadeira de tribuno inspirado avultasse no seio do parlamento brasileiro.⁵

Com as eloquentes palavras que vimos de reproduzir, impomos silêncio aos pessimistas emperrados⁶ de nossa terra, e levantamos com arrojo o lábaro da democracia à frente dos revolucionários que nos acompanham.

Não se amedrontem, porém, os devotos adoradores da be-

⁴ Victor-Marie Hugo (1802-1885), poeta, dramaturgo e romancista de renome mundial, lançou clássicos como *Os trabalhadores do mar* e *O Corcunda de Notre-Dame*. Além da obra literária, que marcou profundamente diversas gerações de leitores, Hugo teve marcante militância política a favor dos direitos humanos e da democracia.

O discurso de Victor Hugo na discussão do Projeto de Lei da Educação na Assembleia Nacional francesa pode ser lido em: Discours de Victor Hugo dans la discussion du Projet de Loi sur L'enseignement le 15 janvier 1850. Disponível em: httm.

⁶ Teimosos, obtusos.

nigna paz, com a nossa revolução; porque na cruzada santa em que batalhamos é artilharia a palavra, metralha o pensamento e serve de gládio 7 a pena.

É a revolução magnífica da ideia em que o homem do povo, agrilhoado e vencido, saúda a moral em frente dos tiranos.

É a luta do cristianismo contra Césares⁸.

(Continua)

AFRO 1°

⁷ Espada

⁸ Em sentido lato, qualquer imperador, rei, tirano.

Instrução pública -- ii1

fro 1°-Gama dá continuidade ao primeiro texto, reforçando as linhas gerais -"instrução pública gratuita e obrigatória e liberdade de ensino" - do programa educacional exposto anteriormente na folha Democracia. Dessa vez, habilmente lança ao debate na imprensa que mesmo monarquias despóticas, como seria o caso da França da rainha Joanna III de Navarra e a Prússia de Frederico III, teriam implementado um "sistema de ensino obrigatório". A ideia, apoiada por outros exemplos de monarquias, estabelecia um paralelo entre o "bárbaro feudalismo" da Europa dos séculos XVI, XVII e XVIII com o Brasil da segunda metade do século XIX, que permanecia no pior dos mundos em matéria de educação de seus súditos. Abra-se um parentêse ao tema da educação de meninas e mulheres brevemente comentado na *didascália* do artigo precedente. Ao invocar o exemplo do ensino obrigatório na Prússia de Frederico III, Afro 1°-Gama sublinha que a educação deveria ser extensiva a todos, "rapazes e meninas". Se a menção não se reflete em outras passagens, sobretudo em sua defesa enfática do direito à educação na província de São Paulo, sugere, por outro lado, que via no exemplo prussiano uma referência positiva. As citações que Afro 1°-Gama faz a experiências de ensino obrigatório em monarquias europeias, contudo, não significam de todo uma concessão em seu pensamento republicano. Ao contrário, ele trata, a um só tempo, de acusar de retrógrada a agenda política do imperador, ferindo-a internamente - o "despotismo de hoje ignora tudo, até as suas próprias tradições!" - e de desestigmatizar, em razão de objetivos táticos, o ensino obrigatório como uma questão exclusiva ao ideário republicano.



A difusão do ensino, gratuitamente feita, e acompanhada de meios coercitivos, bem como a liberdade de ensino, são ideias há muito apregoadas, aceitas e praticadas em diversos países da Europa e da América.

¹ In: Democracia (SP), 15/12/1867, pp. 3-4. (Continuação do número 1º).

O sistema de ensino obrigatório e gratuito em França, por exemplo, data de 1560; é dos negregados tempos do bárbaro feudalismo.

Nos estados de Orleans, nessa época, o artigo 12 do 2º caderno da nobreza estabelecia:

"lançamento de um imposto sobre os benefícios eclesiásticos para remunerar razoavelmente pedagogos e pessoas instruídas em todas as cidades e aldeias, para instruir a mocidade pobre das regiões de planície, e sejam obrigados os pais e mães, sob pena de multa, a mandarem as ditas crianças à escola, e a isso sejam constrangidos pelos senhores, ou pelos juízes ordinários."

Em 1571, os estados de Navarra, por proposta da rainha Joana d'Albret², tornaram obrigatória a instrução primária.

Os reis Luiz XIV³ e Luiz XV⁴ influenciados, é verdade, por interesses particulares, ordenaram que as altas autoridades judiciárias seriam obrigadas a formar, todos os meses, uma relação das crianças que não fossem à escola, e que os procuradores gerais deviam resolver a esse respeito.

A Convenção⁵ não fez, pois, mais do que tomar, debaixo de um ponto de vista geral e patriótico, as prescrições interesseiras do governo real, quando decidiu, em 1793, que todas as crianças em toda a extensão da República fossem obrigadas a frequentar as escolas.

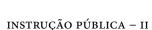
Esta disposição foi abandonada no silêncio das trevas pelos

² Joanna d'Albret (1528-1572), ou Joana III de Navarra, foi rainha de Navarra de 1555 até 1572.

³ Luiz XIV de França (1638-1715) foi rei da França e de Navarra ao longo de sete décadas.

⁴ Luiz XV de França (1710-1774) foi rei da França e de Navarra de 1715 até 1774.

⁵ Referência ao regime político denominado Convenção Nacional, que vigorou entre 1792 e 1795, fundando a Primeira República Francesa.



detratores da liberdade; porque em França, como em muitos outros países, os espíritos tacanhos são nictalópios⁶, cegam aos raios do Sol.

Condenou-se o ensino obrigatório e comprimiu-se a liberdade de ensino porque a "instrução do povo" foi uma das legendas sagradas inscritas pela Revolução no estandarte da República.

O que era nobre e salutar nos tempos do feudalismo, tornouse perigoso e repulsivo sob o domínio inefável do império restaurado, pelo simples fato de ter sido aceito e sancionado pelo governo democrático! E mais ainda: perdeu a nobre origem!...

O ensino obrigatório é condenado como instituição republicana.

O despotismo de hoje ignora tudo, até as suas próprias tradições!

Entretanto, esta grande instituição condenada em França, por causa da sua suposta origem republicana, acha-se adotada em muitos países regidos pelo sistema monárquico.

Frederico II⁷ adotou, na Prússia, o ensino obrigatório, em 1763:

"Queremos (decretou ele) que todos os nossos súditos, pais, tutores e amos mandem à escola as crianças de que forem responsáveis, rapazes e meninas, desde os cinco anos, e os obriguem a frequenta-las regularmente até os 13 ou 14 anos."

Esta ordem real foi confirmada no Código de 1794 e na Lei de 1819, com severa penalidade estabelecida contra os contraventores: advertência, multa e prisão.⁸

⁶ Que sofre de nictalopia, espécie de cegueira que varia de acordo com a luminosidade. Nesse caso, refere-se à cegueira diurna, quando a capacidade de visão diminui ou fica bloqueada ante a presença da luz solar.

Frederico II da Prússia (1712-1786) foi rei da Prússia por mais de quatro décadas.

⁸ Refere-se primeiro ao Código Prussiano (1794) e, depois, possivelmente, a uma lei ordinária de educação obrigatória. Do segundo parágrafo até a marcação desta nota, o autor parece ter transcrito um trecho do *Relatório do ministro da Instrução Pública de França ao Imperador* para o ano de 1864, publicado, entre outros periódicos, na *Gazeta de Portugal*, de Lisboa, e no



Neste país, que aliás nada tem de liberal, o princípio da instrução obrigatória é tão rigorosamente aplicado, que o dever de frequentar a escola está equiparado aos ônus rigorosos do serviço militar.

Aqui o governo comprime e instrui o povo; mas é bastante avisado em não permitir a liberdade de ensino...

A monarquia prussiana é como os fabricantes de pólvora, arma-se de cuidados para evitar explosões. Ou, para dizê-lo em outras frases, descobriu, em política, o meio seguro de atrair o raio sem se deixar fulminar.

Na Áustria, desde 1744, a instrução é obrigatória; se bem que, desde 1807, por ordem imperial, estejam os curas⁹, nas respectivas paróquias, investidos de amplos poderes sobre matéria tão importante e alheia completamente aos misteres sacerdotais. Força é, porém, confessar que, na Áustria, como em muitos outros estados da Europa, é o clero, desvirtuado pela voraz cobiça que o domina, o bastão de ferro do despotismo. Aí completa o padre, pelos terrores da outra vida, a obra péssima encetada¹⁰ pela inquidade¹¹ dos reis.

Na Baviera, em Baden, Wurtemberg, Saxônia real, Ducado de Nassau, Grã Ducado de Hesse, Hesse eleitoral, Grã Ducado de Mackemburg, Grã Ducado de Oldemburgo, Hanover, Suíça, Itália e Espanha, está adotado [o] ensino obrigatório.

Nos Estados Unidos está este grande princípio gravado em

Correio Mercantil do Rio de Janeiro. Cf. Correio Mercantil, eds. de 27/04/1865, p.1; e 28/04/1865, p.1. Não é de se desconsiderar de plano a possibilidade de haver outros trechos transcritos. Ao contrário de significar eventual assimilação acrítica, a prática, aliás de praxe na imprensa da época, reflete as influências e as fontes de um redator.

11 Perversidade, injustiça.

120

⁹ Párocos, padres responsáveis por determinadas paróquias.

¹⁰ Iniciada.



INSTRUÇÃO PÚBLICA – II

letras de ouro sobre a laje do túmulo de Guilherme Penn¹². E, para assombro dos tiranos, ostenta-se em toda a sua plenitude a grandiosa instituição da liberdade de ensino.

Neste país, em que não há tronos, descansa em paz a liberdade.

A própria Turquia, semi-bárbara, proclamou o ensino obrigatório. Em França é isto apenas partilha do soldado.

Em Roma, os irmãos do Cristo, escravos do papa, não sabem ler.

AFRO 1°

¹² Aportuguesamento de William Penn (1644-1718), escritor, fundador da colônia da Pensilvânia nos Estados Unidos da América, e membro da Sociedade Religiosa de Amigos conhecida como "Quakers". Inspirados por ensinamentos do cristianismo primitivo, os quakers repudiavam a escravidão do homem pelo homem independentemente de qualquer circunstância. Talvez por essa razão central, em outra oportunidade Gama demonstrou sua admiração pelos Quakers, declarando a si próprio como um "pobre quaker ebionita".



Instrução pública -- iii

fro 1°-Gama retorna à terceira parte da série "Instrução Pública" com uma ideia central: argumentar que, onde há "escola e consciência livre, o despotismo é planta exótica". Diferentemente do inventário que fez no artigo precedente, no qual sinalizava que mesmo monarquias despóticas possuíam em suas tradições o favor ou graça do acesso à educação primária aos seus súditos, nesse texto ele procura discernir que a emancipação política individual - "soberania do cidadão - se daria com a emancipação política social que a República representava. O leitor contemporâneo talvez estranhe o repertório de imagens religiosas cristãs e os paralelos que vinculam tais imagens com ideias políticas. Talvez facilite saber, desde já, que o autor reivindica estar no campo da "democracia cristã". Assim, Afro 1°-Gama trata de estabelecer um nexo racional entre a liberdade como outorga de um "Criador" e exercício da autonomia política do cidadão. Antes de julgar o ecletismo das ideias, quiçá seja útil prestar atenção que Afro 1º-Gama busca fincar o pé como intérprete de uma espécie de tradição cristã original, sem a mácula da escravidão e da tutela papal. Ao invocar esse poderoso repertório, falava – e combatia – na semântica da política teológica da época. Tal estratégia, se vista assim, significava bater onde doía mais, isto é, discutir com autoridades políticas e eclesiásticas - afinal, não custa lembrar, a Igreja Católica possuía, enquanto religião oficial do Estado, monopólio da educação primária - em em seus prórios termos e domínios. Desse modo, quando Afro 1º-Gama diz que "a liberdade é causa do direito, foi escrito por Deus na árvore da ciência, e ninguém ousará contestá-lo", assume que fará o enfrentamento a que se propôs - defender a educação primária universal combinada com a liberdade de ensino – por dentro da semântica corrente nos círculos intelectuais maçons, católicos, protestantes, agnósticos, em suma, de base religiosa e/ou filosófica cristã. Um exemplo concreto citado quase ao fim do artigo demonstra um pouco o chão, isto é, a São Paulo da época, em que se dava o debate; além do mais joga luzes sobre a autoria do misterioso Afro 1°-Gama. "Um grupo de cem indivíduos", dizia o autor, pretendia, por "ação filantrópica", "instruir gratuitamente a mocidade desvalida". Ora, mocidade desvalida, por equivalência contextual, não há de ser

¹ In: Democracia (SP), 18/01/1868, pp. 1-2. (Continuação do número 3).



outra mocidade que a juventude negra liberta ou mesmo escravizada. Afinal, era essa a mocidade que estava matriculada, conforme Gama informou de próprio punho ao presidente da província de São Paulo em 1871, nas oficinas da Loja Maçônica América, da qual Gama era um dos membros efetivos. Se ambos esforços de educação comunitária - o do "grupo de cem indivíduos "de 1868 e a oficina da Loja América, em 1871, com seus mais de duzentos alunos - são expressões de uma só militância, não se sabe em exato. É de se supor, porém, que sim. O artigo "Loja América", que Gama assina e publica no Correio Paulistano em 10/11/1871, informa que a oficina de instrução primária vinha desde a fundação da Loja maçônica, em novembro de 1868. Lido o destaque feito nesse artigo, comparando-o com o relatório da Loja América, tem-se, por um lado, uma evidência singular de um grupo da sociedade civil que atuava na educação comunitária da "mocidade desvalida", isto é, negros e pardos libertos e escravizados; e, por outro lado, a "prova concludente" de que a discussão da série "Instrução Pública" nada tinha de abstrata ou restrita à pretensão de influir no debate legislativo em curso, antes disso, tinha os pés fincados na luta diária pela educação como direito e necessidade cidadã.

 \sim

Que a liberdade não pode ser limitada em nenhuma de suas manifestações, por importar essa limitação um atentado contra a consciência humana e flagrante violação dos direitos individuais, já o disse escritor eminente; e tão clara e completa vai a sua doutrina nestas poucas palavras, que nos dispensamos de desenvolvê-la.

Que a união dos homens em sociedade forma um pacto comum, que tem por base a igualdade, e que, portanto, semelhante união não pode, por modo algum, direta ou indiretamente, atentar contra a independência individual, senão garanti-la em toda a sua plenitude, dizem-no com inimitável eloquência e segurança inabalável as instituições mosaicas; os evangelhos confirmam-no; e todos os publicistas cristãos sustentam-no.

Que a liberdade é causa do direito, foi escrito por Deus na árvore da ciência, e ninguém ousará contestá-lo; e foi baseado nisto que um distinto democrata disse: "Que o direito é uma emanação providencial manifestada sobre a terra com o aparecimento do primeiro homem."

INSTRUÇÃO PÚBLICA – III

Isto posto, é evidentíssimo que a união dos homens em sociedade, por força de sua tríplice natureza, tem por fim principal a sólida garantia do livre exercício de todos os seus direitos.

Qualquer limitação, portanto, posta ao livre exercício de seus inalienáveis direitos é um erro funesto da sociedade ou um grande crime do poder.

Os sisudos beatos adoradores do passado, e que por santa inspiração fizeram-se sacerdotes das doutrinas modernas, mas ainda investidos das sacras relíquias do antigo absolutismo, oram ajoelhados e contritos² diante do estro da liberdade; mas ao tempo que invocam trêmulos as luzes do progresso, vão semeando cuidadosos roxas grinaldas de perpétuas saudades sobre a lousa em que descansam os restos do despotismo. Romanos degenerados do pontificado rendem cultos ao Supremo Coordenador dos mundos recurvados diante dos ídolos sórdidos do paganismo!

Assim é que publicistas distintos, nascidos, porém, para épocas passadas, ao tempo que proclamam, com arrojo, os princípios democráticos e a necessidade indeclinável de instruir-se o povo, recuam espavoridos diante da liberdade de ensino. Novos abissínios³ políticos, querem ser iluminados, mas apedrejam o Sol.

Aos fanáticos, aos cegos ultramontanos⁴ e aos inimigos intolerantes da liberdade de ensino, temos o direito de perguntar: o que pretendeis; o que quereis desta sociedade que repele as vossas ideias, em nome do progresso e da civilização?

Nós somos sectários da democracia cristã. A sociedade em que vivemos não comporta as vossas doutrinas absurdas; e protesta energicamente contra o domínio absoluto e contra a tutela ignominiosa⁵ que pretendeis manter, sem título algum para fazêlo.

² Arrependidos, pesarosos.

³ Relativo à Abissínia, na região da atual Etiópia.

⁴ Partidários do ultramontanismo, doutrina conservadora que sustentava a autoridade absoluta e a infalibilidade do papa tanto em assuntos civis como em matérias de fé.

⁵ Desonrosa.



Pelos nossos princípios, todos os homens são livres em manifestar os seus pensamentos. Para que estes princípios tenham a sua realização prática é indispensável a independência individual.

É, portanto, a soberania do cidadão o limite único posto à sua vontade.

Esta soberania é a moral, sublime irradiação da própria liberdade.

Encerra, porventura, a espontaneidade ou a liberdade de ensino uma violação da soberania ou da independência do cidadão?

Não, por certo; mas força é confessar que a liberdade de ensino tem acérrimos⁶ opositores, e não poucos entre os mais decididos sectários da democracia!...

De onde vem, pois, esta ferrenha oposição que tão fera se alevanta contra o exercício de tão soberano direito?

Vem certamente dos grêmios tenebrosos em que fermenta perigoso o despotismo e tem por base um novo perigo social, que se denomina "prevenção".

A prevenção é um elemento subversivo e atentatório ao direito, de que os governos astuciosos fizeram legenda e a inscreveram nos seus estandartes.

É o despotismo legalizado que, envolto na magna capa da "salvação pública", vai sorrateiro e manso carcomendo pelos fundamentos as instituições libérrimas⁷.

É a muleta de ferro a que trôpego se arrima⁸ o fanatismo católico, ou o cego pedinte que vai caminho das praças, levando aos ombros a cadeira gestatória⁹ em que se assenta a realeza hidrópica¹⁰.

⁶ Inlexíveis, obstinados.

⁷ Superlativo de livre, algo como muitíssimo livre, muitíssimo liberal.

⁸ Apoia, sustenta, socorre.

⁹ Trono móvel, portátil, carregado por homens, antigamente utilizado para transporte de reis, imperadores e papas.

¹⁰ Ávida, cobiçosa.

INSTRUÇÃO PÚBLICA - III

É a perfídia coberta de cãs¹¹ e vestida de farrapos que vem à lareira do pobre mendigar um abrigo, com a sinistra ideia de o assassinar sob o teto hospitaleiro.

O sistema preventivo é um crime atroz, que os governos cometem todos os dias impunemente, em face do povo embrutecido.

Para convencer os nossos leitores do que temos asseverado, vamos exibir uma concludente prova.

Há cem indivíduos que se propõem instruir gratuitamente a mocidade desvalida. O governo, porém, em nome da salutar prevenção, impede esta ação filantrópica; porque entre estes cem indivíduos é possível, diz ele, que existam cinco que nutram intenções perversas de corromper os seus alunos com doutrinas perigosas e imorais.

Pondera-se ao governo, em nome do bom senso, que deve aguardar os fatos, e que quando aparecerem os cinco malversadores, e que, como tais, forem reconhecidos pelos seus atos, os faça, então, punir com todo o rigor da lei; mas que não impeça, em nome de um zelo intempestivo, que noventa e cinco cidadãos honestos e bem intencionados pratiquem o sagrado dever de serem úteis aos seus desvalidos concidadãos.

E o governo responde, estribado na autoridade suprema que lhe vem do céu: "É melhor prevenir do que punir!"

Neste ponto é certamente o governo mais poderoso e mais sábio que Deus.

O Criador deixou ao homem o livre-arbítrio de praticar o bem ou o mal; o governo, porém, que usa deste arbítrio ao seu talante¹², e que domina em nome do céu, proíbe a prática do bem, para prevenir que se cometa o mal.

Não é, porém, para impedir o mal dos infelizes que os governos proíbem a prática do bem nesta importante matéria do ensino, senão para evitar a disseminação da instrução pelo povo.

Aos governos providenciais, às monarquias, não convém que

¹¹ Cabelos brancos.

¹² Capricho.

o povo seja instruído. É sobre a base sólida da ignorância que bem se firmam os tronos; ou, pelo menos, é preciso que a instrução seja dirigida pelos cetros¹³, pela mediação dos padres, a fim de que os povos não saibam o que não convém aos reis.

Esta é a causa porque¹⁴, em todos os países em que a instrução há sido apregoada pelos monarcas, os governos tornaram-se diretores exclusivos dela e foi completamente banida a liberdade de ensino.

As monarquias e os padres conhecem perfeitamente este belo pensamento de um publicista notável: "É nas cinzas dos tronos que florescem a consciência e a escola livres."

Onde florescem a escola e a consciência livres o despotismo é planta exótica que não medra, e sem despotismo o trono é um absurdo.

É, pois, concludente que os antagonistas da liberdade de ensino são inimigos perigosos do povo e da liberdade.

A liberdade de ensino é o complemento do ensino obrigatório. Estas duas instituições, nos países democráticos, únicos que podem comportá-las, constituem a base da grandeza e da felicidade dos povos.

A sustentação de tais princípios é a declaração de guerra às monarquias.

Nós escrevemos em nome do povo e da liberdade.

AFRO 1º

¹³ Bastão-símbolo de poder tanto do imperador quanto do papa.

¹⁴ Pela qual.

Instrução pública -- iv

O leitor atento à série* "Instrução Pública", sobretudo ao argumento do combate à monarquia e ao "fanatismo católico" desenvolvido na terceira parte, não terá dificuldade de comprender a linha de raciocínio que Afro-Gama faz no quarto trecho da série. O racionalismo cristão que o autor reivindica ataca a "superstição como dogma" e a "idolatria sórdida" dos "representantes da religião oficial". Através de numerosas referências às mitologias do mundo greco-romano, assim como de referências próprias do pensamento judaico-cristão secularizado, Afro-Gama investe pesado contra as "duas instituições, tão antigas como tenebrosas, simbolizadas pelo trono e pelo altar". Como síntese da força retórica do argumento, pode-se destacar a seguinte passagem: "Os reis, quando não forem salteadores e assassinos, qualidades eminentes que os escritores cortesãos adjetivam numa só palavra diplomática e política - "civilizadores" -, não passarão jamais de eróticos sultões, senhores absolutos de sórdidos escravos, amolecidos na devassidão e irracionalizados pela ignorância". Que o leitor não se perca pela adjetivação que pode soar hiperbólica. Trata-se de uma crítica visceral de alguém convencido da natureza maléfica do poder dos monarcas. A ideia de civilização associada à monarquia, bastante acatada pela intelectualidade brasileira da década de 1860, recebia de Afro-Gama uma de suas mais pejorativas qualificações. Com isso, o leitor contemporâneo poderá notar que quando Gama revelou ter "jurado implacável ódio aos senhores", no manifesto público intitulado "Pela última vez", de 03/12/1869, ele não restringia a palavra "senhores" ao mundo das relações privadas que o outrora escravizado conhecia por suas entranhas. Como demonstra nesta série - "Instrução Pública" - e, especialmente nessa parte, senhores eram todos os usurpadores e exploradores da liberdade de consciência e da ação política do indivíduo. A educação devia ser, portanto, radicalmente uma experiência de liberdade.

 \sim

¹ In: Democracia (SP), 01/02/1868, pp. 3-4. (Continuação do número 7).

Dissemos em o nosso precendente artigo que a liberdade de ensino, como instituição civil, importa formal declaração de guerra às monarquias e às religiões oficiais; porque, sendo estas duas misteriosas potestades² o resultado monstruoso da mais flagrante violação da liberdade dos povos, têm os seus dedicados adeptos e esforçados mantenedores a necessidade indeclinável de combaterem de frente a liberdade de ensino, que acarreta, como consequência infalível, a liberdade de consciência, formidável cabeça de Medusa³ diante da qual petrificam-se de improviso bufarinheiros⁴ de sotaina⁵, esteios poderosos do despotismo.

As religiões oficiais, no conceito da história ilustrada e imparcial, são o liame posto cautelosamente entre a corrupção laureada sobre os tronos e os povos comprimidos nos cárceres tenebrosos da ignorância.

A ciência, ou para melhor dizer, a cabala capciosa, em todos os tempos, cuidadosamente ensinada pelas igrejas de Estado aos povos degradados da felicidade, tem sido a superstição como dogma e a subserviência como Lei irrevogável do Criador.

Sepultar o povo no abismo insondável da mais abjeta humilhação, para que mais alto se eleve o crime, inscrito em caracteres indeléveis nos cetros⁶ dos tiranos, há sido a nobre missão do padre subvencionado pelos governos e o fim almejado da igreja oficial, que ele representa.

As genuflexões⁷ ridículas, a idolatria sórdida, o faustoso carnaval a que se prestam com orgulho, e o bárbaro paganismo que, cotidianamente, nos deparam os ministros das religiões assalariadas, cabalmente provam os nossos assertos, e que a vil mentira e

 $^{^{\}rm 2}\,$ No sentido de poderosas autoridades, que têm sua força derivada de um poder sobrenatural.

³ Nesse contexto, metáfora que representa medo, pavor e repugnância.

⁴ Mascates, vendedores de bugigangas.

⁵ Batina.

⁶ Bastão-símbolo de poder do imperador e, por extensão, do regime monarquista.

⁷ Ato de ajoelhar-se.

INSTRUÇÃO PÚBLICA – IV

a grosseira impostura, favoneadas⁸ com júbilo pelas populações estúpidas, substituíram de há muito o Evangelho e o Cristo, a verdade e a luz.

A caridade praticada, não como ocioso tributo da vaidade ou como pretensioso luxo dos Césares⁹ e dos Lúculos¹⁰, mas como imprescritível dever, imposto em nome da igualdade humana, como pedra angular do edifício da moral, em cujo seio repousa a sociedade cristã; a liberdade promulgada por Deus no paraíso, como base indestrutível do direito, da ordem e harmonia entre os homens; a fraternidade, última palavra do Criador, escrita com as cores do íris e posta como penhor sagrado da eterna aliança, firmada em pleno universo, entre o Céu clemente e os filhos de Noé santificados; tudo isto, perante o predomínio aliado das igrejas reais e dos monarcas religiosos, não passa de irrisória utopia e de quimeras fúteis; sonhos vaporosos de que se alimentam os espíritos aliendos dos poetas, dos maníacos e dos escravos!

Os reis, quando não forem salteadores e assassinos, qualidades eminentes que os escritores cortesãos adjetivam numa só palavra diplomática e política – "civilizadores" –, não passarão jamais de eróticos sultões, senhores absolutos de sórdidos escravos, amolecidos na devassidão e irracionalizados pela ignorância; pois que tal é o fim dos súditos felizes, predisposto pela invariável fatalidade dos tronos.

Em tais Estados, os representantes da religião oficial têm honras de príncipes, gozam de grande nobreza, são comendadores e cavaleiros, trajam veludos e brocados, e, por graça especial da rea-

⁸ Favorecidas, protegidas.

⁹ Refere-se à ostentação dos imperadores e reis.

Referência a Lúcio Lúculo (118-56 a.C), político e cônsul romano. Por extensão de sentido, significa o indivíduo que ama ou promove festas, luxos e banquetes.

leza, postos muito acima do povo, entre as plantas dos monarcas, fruem, os mais distintos, sem que tenham passado pelo transe de Caporalini¹¹, as honras invejáveis de eunucos¹² fidelíssimos.

Se entre os nossos leitores alguém existir que, prestando culto a opiniões contrárias às que temos emitido, padeça dúvida sobre a verdade das nossas afirmações, pedimos-lhe sinceramente que abra mão do nosso escrito. Recorra à história do primeiro povo do mundo: compulse¹³ a história dos Romanos e aí verá que os aguerridos imperadores, quando não tinham diante de sua desmedida ambição povos para subjugar e tesouros para roubar, levando na ponta de seus gládios¹⁴ fratricidas o assassinato, a desonra, a devastação e o terror às mais longínquas regiões, para glória das águias indomáveis e contemplação eterna da liberdade aventina¹⁵, promulgavam códigos nefandos para falsearem o direito e poluir a consciência de seus súditos; instituíam e celebravam festas dissolutas para depravá-los ou precipitavam-se no vórtice da crápula¹⁶ com delírio tal que baixaram até prostituir-se publicamente a seus próprios escravos.

E nestes lances indescritíveis, em que a natureza incompreensível e mais absurda que a loucura colocava os semideuses dos campos de batalha abaixo das feras, que sobrelevava para requintar o contraste, o povo, tão imbecil como as estúpidas máquinas de guerra que impelia, tomado de entusiasmo, saudava

Possível referência ao famoso sopranista (castrati) italiano Domenico Caporalini (1769-1848), que, em tempos de proibição feita às mulheres para se apresentarem nos teatros de Lisboa, exercia o papel de prima donna, isto é, primeira cantora da ópera.

Por sentido figurado, o cortesão dócil que bajula o monarca.

¹³ Consulte, examine.

¹⁴ Punhais, espadas.

¹⁵ Remete provavelmente à Primeira Secessão da Plebe (494 a.C), importante revolta popular ocorrida na região do monte Aventino que redefiniu o exercício da liberdade para a plebe na Roma Antiga.

¹⁶ Metonímia para um conjunto de pessoas que agem em devassidão.

INSTRUÇÃO PÚBLICA – IV

com júbilo o filho de Enobarbo¹⁷ triunfante nos anfiteatros e cobria de escárnio o cadáver devassado da desditosa¹⁸ Agripina¹⁹, mandada assassinar por seu próprio filho!²⁰

Esta é a história escandalosa dos impérios, que a das igrejas oficiais não me permite a decência de recontá-la.

Estas duas instituições, tão antigas como tenebrosas, simbolizadas pelo trono e pelo altar, dualidade sinistra, que dá hoje tema a desencontradas discussões, são diametralmente opostas às liberdades sociais; porque, tendo por fundamento a fraude, por meios o aviltamento e a compressão²¹, e por fim o mando e a usurpação, não podem permitir a coexistência de outras, que, partindo de princípios libérrimos²² e visando a consecução da democracia pura, ameaçam derruí-las pela base; porque é a liberdade a chama perene ateada pela Divindade na consciência dos povos e a causa do progresso, amadurecido fruto das revoluções morais, que, pela modificação dos costumes e gradual desenvolvimento das aptidões, a palingenesia²³ física e moral, lentamente conduzem o homem à predestinada perfeição.

Quando afirmamos abertamente que o trono e a igreja oficial são instituições subversivas impostas pela força aos povos, com a mais flagrante violação do direito e da razão, não atiramos ao espírito de nossos leitores desprevenidos proposições de difícil prova; ao contrário, repetimos verdades fundamentais do cris-

¹⁷ Referência indireta a Nero (37-68), filho de Cneu Domício Enobarbo (2 a.C-41) e Júlia Agripina Menor (15-59), que tornou-se imperador de Roma e passou à história como símbolo de tirania e violência.

¹⁸ Infeliz.

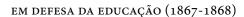
¹⁹ Júlia Agripina Menor (15-59) foi imperatriz-consorte de Roma e mãe do imperador Nero.

²⁰ O autor se alinha com a interpretação histórica que sustenta que Nero cometeu matricídio.

²¹ Opressão, tirania.

²² Superlativo de livre, algo como muitíssimo livre, muitíssimo liberal.

²³ Regeneração.



tianismo, que deveriam estar gravadas na mente de todos, se a ignorância não fosse o rico apanágio²⁴ dos súditos felizes e dos crentes supersticiosos.

Moisés²⁵, o mais antigo historiador que se conhece, o mais sublime filósofo e o mais sábio de todos os legisladores, na opinião insuspeita de Bossuet²⁶, promulgando as Ordenações divinas, como inspirado mediador entre o Céu e os romeiros do deserto, disse que o Rei, o defensor perpétuo de Israel, era Deus tão somente; e que a administração da justiça sobre a terra seria acometida, pelo povo soberano, a juízes probos, de escolha popular, os quais serviriam como prepostos eleitos enquanto bem cumprissem o mandato, defendendo a inocência, protegendo os fracos, dissipando os erros, mantendo ileso o direito, reprimindo os delitos e corrigindo os delinquentes.

E ai do povo que escolher monarcas para governá-lo (lá está escrito nos livros sagrados); porque essa imprudente escolha será formal abdicação do reinado de Deus, único legítimo que deverá reconhecer a humanidade.

Esse povo será lançado fora das vistas do Senhor; será qual outro Prometeu²⁷, atado pelos grilhões da degradação do Cáu-

²⁴ Privilégio, espécie de recompensa.

²⁵ Reconhecido em diversas tradições religiosas como profeta e legislador, e a quem se atribui a escrita dos livros da Torá, Moisés é tido como o libertador do povo de Israel.

Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704) foi um bispo e teólogo católico francês. Autor de *A política tirada das Sagradas Escrituras* (1709), defendia o argumento da delegação divina para a autoridade política dos monarcas e os privilégios dela decorrentes. Daí o autor, republicano confesso, ilustrar seu exemplo com a "opinião insuspeita" de um teórico absolutista.

Na mitologia grega, Prometeu é um titã de importância capital pois, desafiando os deuses, roubou o fogo sagrado e o deu para a humanidade. Prometeu foi punido por esse ato subversivo da ordem cosmológica, sendo condenado, por Zeus, a ficar preso a uma rocha por toda eternidade, enquanto uma águia, todos os dias comeria seu fígado. O mito é relido, ao longo do parágrafo, de modo que o povo representa Prometeu, o rei simboliza Zeus e o abutre de "garras aduncas" faz as vezes da águia.

INSTRUÇÃO PÚBLICA - IV

caso²⁸ imóvel do cativeiro, e o rei por ele alevantado o abutre inacessível que, com as garras aduncas²⁹, a seus próprios olhos, há de dilacerar o lábaro³⁰ santo de suas liberdades.

De outra parte, o Divino-Mestre, oferecendo-se em holocausto pela salvação dos homens, deu, como condição essencial da remissão, por ele garantida, a aceitação livre e espontânea da sua doutrina despida de dogmas ininteligíveis e altamente filosófica; pediu uma adesão sincera, partida do íntimo do coração, filha de convicções firmes e inabaláveis, inspiradas pela esclarecida razão.

Eis a verdade publicamente enunciada pelo supliciado do Calvário³¹; eis a liberdade de consciência sancionada pelo martírio há dezoito séculos e meio e feita lei suprema, escrita com o sangue do Redentor; lei que nem os sofismas dos Padres, nem o despotismo dos Reis, nem os horrores dos cárceres, nem todas as fogueiras da inquisição puderam revogar; porque a liberdade que existiu sempre, e que não perecerá nunca, é a causa das revoluções pacíficas e perpétuas contra a opressão dos tiranos.

A doutrina, pois, do ensino obrigatório, secundado pelo ensino livre, com o fim de obter-se o almejado desideratum³² do ensino espontâneo, é uma revolução que pregamos com todas as forças de nossa convicção; mas como já o dissemos em o nosso artigo de abertura, inserto no primeiro número desta folha, é à magna causa da revolução do pensamento que servimos.

Sustentando os fundamentos desta doutrina eminente, como o temos feito, cumprimos um dever e exercemos um direito inauferível³³.

Refere-se à Cordilheira do Cáucaso, um dos limites geográficos do antigo mundo grego e local, conforme narrativas mitológicas, para onde Prometeu foi levado e preso ao pico de uma montanha.

²⁹ Curvas, em forma de gancho.

³⁰ Bandeira, estandarte.

³¹ Calvário, ou Gólgota, é a colina na qual Jesus foi crucificado, a quem o autor faz referência como "Divino-Mestre" e "Redentor".

³² Objetivo, desejo.

³³ De que não se pode privar.

Lamentamos sincera e profundamente que a organização política de nosso país, tão decantada pelos sábios, seja tal que obrigue o governo a evitar o espargimento³⁴ da instrução livre pelo povo, porque a instrução livre é o suspeito cavalo de Troia³⁵, em cujo ventre sinistra se oculta a democracia, que, posta sobre as muralhas do paço e dos castelos clericais, há de um dia, no conceito dos atilados³⁶ políticos, acometer cimeira³⁷ a soberania do trono e a independência do altar!...

Nossa missão, porém, visa o futuro. Postos no topo da coluna do septentrião, trabalhamos incessantes, como obreiros do progresso, sobre a pedra bruta que, mais tarde, nos vales do Ocidente, será posta por alicerce do edifício da liberdade, que reedificaremos.

(Continua) AFRO

³⁴ Efeito de difusão, disseminação.

 $^{^{\}rm 35}\,$ Metonímia para artifício, estratagema.

³⁶ Ponderados, sensatos.

³⁷ Por cima, pela cúpula.

Instrução pública -- v

Nesta quinta parte da série* "Instrução Pública", Afro-Gama direciona sua análise para o estado da educação primária na província de São Paulo. Era esse, afinal, o seu objetivo central: influir nos debates do legislativo paulista sobre o papel do Estado na educação dos cidadãos. Após traçar algumas linhas gerais da sua visão sobre o assunto, estabelecendo paralelos comparativos com monarquias europeias - França, Áustria, Prússia, por exemplo -, bem como, por outra parte, advogando da impossibilidade democrática de um regime político despótico com a escola livre, o autor aterrisa na discussão do projeto de lei local que estatuía "a liberdade de ensino e o ensino obrigatório na província". Afro-Gama mostra-se a par do debate educacional na província, haja vista a referência que faz a relatórios do diretor geral da Instrução Pública, cargo equivalente ao que conhecemos hoje como secretário de estado de Educação. Adentrando o campo de disputa política em que pretendia chegar, desde o início da série, Afro-Gama pela primeira vez dirige-se à "Comissão de Instrução Pública", que tinha, entre seus integrantes, um jovem deputado de nome Campos Salles, o mesmo que mais tarde seria eleito presidente da República. Com isso, o autor revela possuir não só o conhecimento do processo legislativo de produção normativa, mas também a ideia de, mesmo fora da Assembleia, fazer ecoar sua voz no resultado final dessa mesma produção normativa.

Em os nossos precedentes artigos demonstramos, e ficou patente à toda evidência que, desde o XVI século, é conhecido e praticado em todos os Estados da Europa, com imensa vantagem e não menor utilidade de seus reis e senhores, o ensino primário gratuito e obrigatório, merecendo esta grande institui-

ção, pelos seus notáveis efeitos, as maiores atenções e acurado

¹ In: Democracia (SP), 15/02/1868, pp. 1-2. (Continuação do número 9).

desvelo dos atilados² governos, não certamente inspirados pelos eternos princípios de liberdade, nem movidos pela futura grandeza dos povos, únicos soberanos da terra, nem coagidos tampouco pela consciência do dever à satisfação restrita de um direito sagrado, mas porque encerra ela chave de ouro indispensável para assegurarem-se do espírito dos povos, modificar-lhes a índole, quebrantar-lhes a independência, sufocar-lhes no peito os *sentimentos perigosos*, que elevam o plebeu acima dos tronos, fazendo de um obscuro lenheiro ou de um insignificante alfaiate um presidente da República, ou de um mísero Guilherme Tell³ o libertador da Suíça.

Esta é a causa misteriosa porque o ensino obrigatório na culta e civilizadora Europa foi sempre, e ainda o é até hoje, a obra predileta dos governos, senão a máquina poderosa de que se servem para torcer os espíritos novos e encaminhá-los, pela educação, à religiosa subserviência, fazendo de cidadãos altivos, súditos reverentes, e de homens livres, servos ditosos.

Em toda Europa o ensino tem estado sempre, como é de estudada conveniência, nas mãos dos governos e dos padres; porque em toda Europa reinam de parceria o confessionário e a administração, a mentira e a violência, a superstição e a força, as trevas e Satanás, o burel⁴ e o cetro⁵.

A liberdade de ensino, aos olhos averentos desta monstruosa dualidade, é flagelo tão temível que, por simples suspeita de ser emissária da propaganda democrática, foi logo posta de quarentena, onde se acha há três séculos.

É que, na frase eloquente do sr. Lamennais⁶, a união destas duas palmeiras (o ensino livre e o ensino obrigatório), produz

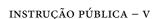
² Ponderados, sensatos.

³ Aportuguesamento para William Tell, herói popular da cultura suíça que, embora careça de fontes documentais, viveu no século XIV, tornando-se figura central para a história da independência da Suíça.

⁴ Tecido de que são feitas as vestimentas de frades, freiras e penitentes.

⁵ Bastão-símbolo de poder do papa.

⁶ Felicité Robert de Lamennais (1782-1854) foi um teólogo católico e político francês bastante influente nos debates sobre legitimidade do poder monár-



a liberdade de consciência, que acarreta necessariamente a autonomia pessoal, baluarte gigantesco e inacessível erguido na consciência dos povos livres, ante o qual não valem cetros nem hissopes⁷, espadas nem excomunhões, bençãos nem compressões⁸.

A igreja e o Estado, consorciados, arrogaram a si a soberania das almas e a direção dos espíritos, e erigiram, destarte, o monopólio da educação em artigo de fé.

Isto prova que a providência e a fraude são as virtudes primordiais dos monarcas e o desideratum⁹ que visam os padres jornaleiros e aristocratas.

Nos países que se dizem livres, como o Brasil, e em que o ensino primário está entregue à exclusiva competência de assembleias provinciais, cujos membros são escolhidos por eleição popular, ainda que ficticiamente, e não por designação caprichosa de astucioso governo mal intencionado, em nome do direito e da liberdade, em nome da razão e da moral, em nome do povo, é lícito esperar-se que a liberdade de ensino e o ensino obrigatório sejam uma realidade, sejam uma lei, em presença da qual possam os cidadãos exclamar com o poeta: "Somos homens, enfim; temos futuro."

As assembleias legislativas do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul já inscreveram nas páginas de sua legislação este padrão de imorredoura glória:

"Artigo... Nos estabelecimentos de ensino particular, a única

⁹ Determinado objetivo, desejo.

quico e da separação da Igreja e do Estado. A par disso, Lamennais pode ser considerado como um dos precursores da formulação teórica do socialismo cristão. A atuação de Gama na imprensa no biênio de 1867-1868 deixa patente que ele foi um leitor voraz, senão tradutor para o português, do *Livro do Povo-ou Deveres e Direitos do Cidadão*. Outro indício importante dessa afinidade intelectual pode ser lido no artigo *Resposta à redação do Diário de S. Paulo*, de 29/01/1867, no qual Gama demonstra ter em mãos uma obra de Lamennais.

 $^{^{7}\,}$ Utensílio que se utiliza para borrifar água benta.

⁸ Opressões.

intervenção da autoridade pública será no tocante à estatística. Em tudo o mais, o ensino particular, primário e secundário, fica sendo absolutamente livre."

Resta que a província de S. Paulo, imitando as suas dignas irmãs, acrescente ainda:

"O ensino primário na província de S. Paulo é obrigatório para os menores, de 6 a 14 anos de idade."

Não é isto ideia nova entre nós. O honrado sr. dr. Diogo Pinto de Mendonça¹⁰ já solicitou, instanteamente¹¹, a adoção desta importante medida. Insistiu; esforçou-se com admirável dedicação para que tão útil pensamento fosse convertido em lei; e, força é confessá-lo, para perpétua vergonha dos orgulhosos legisladores da província de S. Paulo, este nobre reclamo nem sequer foi considerado!

As fúteis questões pessoais, as injúrias asquerosas e recíprocas, o arranjo de esfaimados¹² eleitores, a distribuição criminosa do dinheiro público e os fofos panegíricos¹³ entoados ao poder triunfante e à corrupção venerada, estiveram sempre muito acima dos direitos e dos vitais interesses do povo; porque o povo é um maníaco, a quem o célebre romano Artorius¹⁴ mandava aplicar o cárcere quando se tornava impertinente.

Desde 1852 até 1865 foi esta ideia reproduzida e desenvolvida aos bem elaborados relatórios do digno sr. dr. inspetor geral da instrução pública, sem que os exímios representantes da província se dessem ao trabalho de estudá-la!

Agora, porém, vai a comissão de instrução pública, composta

Diogo de Mendonça Pinto (1818-1892), paulista, bacharel em Direito e dramaturgo, foi diretor de escola e inspetor-geral da Instrução Pública de São Paulo entre as décadas de 1850-1860.

¹¹ O mesmo que insistentemente.

¹² Esfomeados.

¹³ Discursos laudatórios, elogiosos.

Lúcio Artório Casto, ou no latim Artorius, foi um comandante militar romano que viveu no segundo século da Era Cristã.

INSTRUÇÃO PÚBLICA – V

dos srs. deputados dr. Jorge Miranda¹⁵, dr. Manoel Ferraz¹⁶ e tenente-coronel Ferreira Coelho¹⁷, submeter à consideração da Assembleia um projeto estatuindo a liberdade de ensino e o ensino obrigatório na província.

Aqui, diante deste grande acontecimento, vem a ponto exclamar com o eminente parlamentar paulista:

"Graças a Deus que se fez a luz: d'ora¹⁸ em diante já não vagaremos incertos nas trevas da hipocrisia e do engano; de hoje em diante o país já não viverá mais sob o domínio desses ardis cediços¹⁹, dessas ilusões grosseiras com que se tem procurado esconder desígnios nefandos e ilaquar-se²⁰ a consciência pública."

(Continua)

AFRO

Nascido em Campinas (SP) e irmão de Francisco Glicério (1846-1916), foi deputado na 17ª Legislatura da Assembleia Provincial de São Paulo, integrando as comissões de Redação e de Instrução, Educação, Catequese e Civilização dos Índios.

Manoel Ferraz de Campos Salles (1841-1913), nascido em Campinas (SP), foi um político de destacada importância, tanto no Império quanto na República. Foi vereador e deputado antes de ministro da Justiça (1889-1891), senador (1891-1896), presidente do estado de São Paulo (1896-1897) e presidente da República (1898-1902). É de se notar que nesse artigo ele é chamado apenas de Manoel Ferraz, sem o sobrenome que o distinguiu nas décadas seguintes.

¹⁷ Benedicto Ferreira Coelho foi deputado na 17ª Legislatura da Assembleia Provincial de São Paulo, integrando as comissões de Estatística e de Instrução, Educação, Catequese e Civilização dos Índios.

¹⁸ De agora.

¹⁹ Podres, desagradáveis.

²⁰ Intrigar-se, confundir-se.



Capítulo 7

Instrução pública -- vi

fro-Gama argumenta, nesse trecho, sobre os problemas da centralização administrativa na questão do ensino obrigatório. O autor retoma a análise da instrução pública desde a perspectiva internacional, restringindo-se, dessa vez, ao exemplo da"França deslumbrada pelas chamas da Revolução", ou seja, a "França republicana de 1793". Para Afro-Gama, a centralização administrativa, "criada e fortalecida pela monarquia francesa", teria sido – "não sabemos se por astúcia ou por escárnio" - igualmente adotada pelos republicanos que tomaram o poder em 1789 e o consolidaram, conforme a periodização que o autor propõe, em 1793. O erro foi fatal. Ao não destruir um pilar da fundação monárquica, a centralização administrativa em matéria de ensino obrigatório, argumenta o autor, os revolucionários deram azo para que os reacionários restaurassem a realeza. A discussão, no entanto, deve servir para que tenhamos claro que o horizonte de expectativas que Gama conjecturava era o da Revolução republicana. Falava aos liberais da Assembleia para que enfraqucessem a "administração onipotente" do presidente da província - e seu diretor de Instrução Pública – sobre a construção do novo "sistema de instrução primária" da província. Em outras palavras, defendia que a "direção do ensino deve[ria] ser entregue às municipalidades, corporações administrativas constituídas por eleição popular". A equação era difícil. O mesmo Afro-Gama que pedia maior intervenção do Estado na prestação obrigatória e gratuita de educação básica aos seus cidadãos argumentava, por outro lado, que o Estado central deveria ter sua esfera de ação severamente limitada. Equação difícil, mas não impossível. O horizonte de expectativa revolucionário no Brasil - assim sugeria Gama, um dos principais teóricos e militantes dessa agenda política - exigiria que não se falhasse onde "os reformadores revolucionários" franceses falharam, isto é, na não descentralização do ensino básico. Para tornar o argumento mais próximo da realidade paulista, Afro-Gama afirmava que a centralização era tão problemática que fazia um simples professor do interior distante ter de oficiar ao diretor geral da Instrução Pública, na capital, para que se conseguisse "um pote, uma caneca e alguns utensílios insignificantes para a sua não menos

¹ In: Democracia (SP), 22/02/1868, pp. 1-2. (Continuação do número 11).



insignificante escola". O teor do argumento não é desconhecido dos leitores de hoje, certamente familiarizados com os gargalos da gestão do ensino público brasileiro. Contudo, é de se chamar a atenção para o modo desenvolto com que Afro-Gama transita por temas da história política internacional e problemas comezinhos da vida interiorana da província. Ter ambos cenários em perspectiva comparada é, sem dúvida, um dos traços fundamentais da crítica política que fez dele, já na década de 1860, célebre tribuno na imprensa paulista.



Antes de tratarmos detalhadamente dos meios coercitivos de que deve ser secundada² a grande instituição do ensino obrigatório, porque, como já o dissemos, repetimos hoje, e não cessaremos de declará-lo nunca, para que o heléboro³ salutar que encerra tão importante instituição se não venha a corromper e tornar-se em violento narcótico das liberdades sociais, exporemos ainda algumas considerações gerais sobre este grave assunto que encerra questões da maior transcedência, tendentes a abalar para sempre os rijos alicerces do amurado castelo em que dorme apavonada⁴ a soberba aristocracia brasileira, de mãos dadas com o falaz⁵ jesuitismo⁶, ou, quando não atendidas as legítimas aspirações populares, a perpetuar o feudal senhorio do clero e da nobreza, que nos oprime, envilece e deturpa, e que será flagelo interminável das gerações por vir.

A França republicana de 1793, pela sua memorável convenção, ou antes, para não faltarmos com o acatamento devido à razão histórica, a convenção republicana, em nome da França deslumbrada pelas chamas da Revolução, conturbada pelos horrores inauditos⁷ da guilhotina, desvairada pela cólera que lhe

² Propiciada, favorecida.

³ Gênero de planta da família das *Raununculáceas*. O emprego do termo possivelmente está associado à raiz do heléboro branco, poderoso purgante, vermífugo e medicamento para o tratamento de sarna.

⁴ Presunçosa, vaidosa.

⁵ Ardiloso, enganador.

⁶ Doutrina moral e religiosa católica da ordem dos jesuítas.

⁷ Sem precedentes.



refervia no peito, comprimida pela fidalguia, pelo suplício retemperado pelos séculos, e insuflada pelo rancor tradicional que surgia por entre o fumo de antigas hecatombes; rancor que era o notável característico da própria convenção, lançando por terra o baluarte da monarquia que, como em toda a Europa, é o fulcro misterioso das oligarquias constituídas, levantou sobre os degraus do trono derrocado o altar da liberdade ensanguentada.

Deste modo a centralização administrativa, criada e fortalecida pela monarquia, círculo de ferro dentro do qual estorceu-se⁸ por longos séculos a democracia, converteu-se, de improviso, em centro radiante de liberalismo que, de Paris, cimeiro⁹ e altivo, sem consultar a vontade das províncias, dominava absoluto a França emancipada, e observava sobrenceiro o resto da Europa amedrontada.

A centralização egoísta, este leito de Procusto¹⁰ em que os reformadores revolucionários mediram as novas instituições da França revoltada, porém nunca livre, foi o mais poderoso auxiliar que encontraram os restauradores da realeza, que a restabeleceram facilmente sobre os alicerces não destruídos das instituições antigas.

O ensino obrigatório instituído pelo feudalismo nos estados de Orleans, intacto e sem alteração alguma, foi o mesmo adotado em maior escala pela convenção, em 25 de Dezembro de 1793, e disseminado por toda a superfície da França.

⁸ Contorceu-se, convulsionou-se.

⁹ Orgulhoso.

Referência da mitologia grega que remete ao personagem Procusto, bandido que possuía uma cama de ferro e obrigava as pessoas que capturava a nela deitarem. Quem fosse maior que a cama, teria suas extremidades cortadas, quem fosse menor, seria esticado até caber no leito. A metáfora, nesse contexto, é relida como representação da inflexibilidade e intolerância dos "reformadores revolucionários" no controle da centralização governamental e das instituições políticas.

Foi o mesmo dédalo¹¹ administrativo, apenas dilatado pelo patriotismo delirante.

Verdade é, porém, que, desde então, não sabemos se por astúcia ou por escárnio, entendem uníssonos todos os liberais pacíficos, bem definidos, progressistas e moderados, de acordo com os conservadores de todas as mesclas, que a centralização administrativa é o salvatério¹² dos povos livres e a última palavra da civilização moderna, mormente¹³ em matéria de instrução primária, por amor da indispensável uniformidade de método...

Nós, porém, que somos democratas, porque aceitamos de conviçção os princípios democráticos até as suas derradeiras consequências, e não porque tenhamos em mira subir ao poder ilaqueando¹⁴ a boa-fé e as crenças sinceras do povo ignorante, combatemos de frente a centralização administrativa, principalmente nesta grave questão do ensino obrigatório, em que as sugestões capciosas do governo, emissário da corrupção que impera no alto, podem facilmente infeccionar os sãos preceitos da lei e nulificar completamente as legítimas aspirações populares.

E tanto mais nos devemos esforçar pelo total aniquilamento das doutrinas centralizadoras, relativamente a este objeto, quanto é certo que a regulamentação das leis, em nosso país, por um abuso grosseiro, antigo, inveterado¹⁵ e altamente ilegal, está confiada ao Poder Executivo, por criminosa delegação das Assembleias omissas, que forram-se¹⁶ escandalosamente ao mais sagrado dever, que pressurosos¹⁷ foram solicitar à porta da cabana rústica do agricultor e do artista.

É vergonhoso, é degradante, é triste de dizer-se, porém forçoso

Personagem mitológico grego a quem atribui-se a invenção do labirinto. A expressão pode ser lida, nesse caso, diretamente como labirinto.

¹² Expediente, recurso retórico.

¹³ Sobretudo, principalmente.

¹⁴ Confundindo, enganando.

¹⁵ Arraigado.

¹⁶ Livram-se.

¹⁷ Ansiosos, ávidos.

INSTRUÇÃO PÚBLICA - VI

não ocultá-lo, em face da verdade que nos observa: as nossas Assembleias têm sido o patíbulo¹⁸ das grandes ilustrações. Os seus anais volumosos deparam à vista dos leitores curiosos empoladas preleções de guindada¹⁹ retórica em palavrões campanudos²⁰, e... uma legislação irrisória, que suprem as coleções de bernardices²¹ confeccionadas por seletos jurisconsultos. Tudo o mais é obra da administração onipotente, de quem são os deputados criados²² graves, curvados pelo interesse e pela lisonja, ou inimigos acérrimos²³ por motivos ignóbeis²⁴, quando não torpes.

Nos países livres em que, como no Brasil, se diz, porque a lei o consagra, que todos os poderes políticos são delegações da nação, a centralização administrativa é um atentado iminente; atentado permanente, que se estende ameaçador do norte ao sul do império pela reprodução de violações consecutivas, que ferem pelos fundamentos as instituições liberais.

A direção do ensino deve ser entregue às municipalidades, corporações administrativas constituídas por eleição popular e que, unidas às Assembleias Provinciais, podem e devem coartar, senão impedir poderosamente as invasões perigosas do Poder Executivo, resistindo às suas imposições ilegais e mantendo ileso o elemento democrático.

No Brasil, onde o governo, a despeito das tendências populares e das rigorosas prescrições do direito escrito, ostenta com orgulho imperturbável e com afronta do decoro nacional a sua predileção pelo jesuitismo astuto e devasso, ao ponto de solicitar pública e oficialmente a sua imigração para o império, pela

Lugar, geralmente um palanque montado a céu aberto, onde se erguia o instrumento de tortura (forca, garrote ou guilhotina) para a execução dos condenados à pena capital. A metáfora sugere que o parlamento esmaga, aniquila, enforca "grandes ilustrações", isto é, inteligências e talentos.

¹⁹ Pedante.

²⁰ Rebuscados, pomposos.

²¹ Disparates, despautérios.

²² Serviçais.

²³ Teimosos, inflexíveis.

²⁴ Repugnantes, deploráveis.

mediação dos nossos agentes diplomáticos, à custa dos cofres do Estado; onde os padres assoldados²⁵ pelo poder são empregados públicos subordinados às autoridades administrativas e judiciárias; onde os bispos, representantes da humildade e do ebionismo²⁶ professados sinceramente pelo carpinteiro de Nazaré, têm honras de príncipes, título de conselho, são comendadores e fidalgos, e vestem-se à guisa de mandarins da China ou de grãospaxás da Turquia; onde a Constituição política deixou de ser o livro de leitura das escolas primárias e foi substituída sorrateiramente pelos compêndios ininteligíveis de inútil teologia, que nem os próprios padres entendem; neste país o ensino público, começando pelo primário, não deve estar ao cargo de um governo cujas vistas políticas são manifestamente contrárias aos princípios democráticos e aos vitais interesses e independência dos cidadãos.

Se o padre não quer ser livre, se não quer ser sacerdote, que continue muito a sua vontade no *honroso* posto de sumilher²⁷, colocado de sentinela ao reposteiro²⁸ dos aposentos reais, porém, que lhe seja vedada, bem como a seu amo, a educação da puerícia²⁹ de hoje, que será a mocidade de amanhã, e a brilhante plêiade³⁰ dos futuros propugnadores das grandezas da pátria.

O sistema de instrução primária, manietado³¹ pelas cadeias complicadas da enredada centralização, como infelizmente existe entre nós, deixa de ser difícil e inconveniente à força de ser ridículo e irrisório.

Quem poderá ler, sem rir-se à braga solta, um ofício do professor enviado pela judiciosa³² mediação do inspetor do distrito

²⁵ Que recebe soldo, espécie de remuneração.

Referência ao movimento cristão ebionita, de matriz etíope, evocando pureza de crenças e convicções.

²⁷ Serviçal, criado.

²⁸ Espécie de guarda-roupas, vestiário.

²⁹ O mesmo que crianças.

³⁰ Grupo de pessoas ilustres, notáveis.

³¹ Preso.

³² Ponderada, sensata.

INSTRUÇÃO PÚBLICA - VI

de Franca, de Bananal ou de Botucatu, deprecando³³ ao dr. inspetor geral da instrução pública, na capital, um pote, uma caneca e alguns utensílios insignificantes para a sua não menos insignificante escola?

E é para cuidar de tão ridículas futilidades que se tem montada uma repartição pública? Repartição onde se escrevem por ano milhares de ofícios sobre potes, canecas, lápis e quejandas³⁴ frioleiras³⁵?

Insistimos sobre este ponto porque escrevemos diante dos relatórios do digno sr. dr. inspetor geral da instrução pública.

O que nos seus trabalhos anuais notamos de grave, notável, sério e digno de valor, nunca mereceu a consideração do governo e da Assembleia Provincial, que sempre olharam com desdém para as indicações, aliás judiciosas, e maduras reflexões de S. S., porque seguramente possuíam cabal conhecimento da matéria.

Temos, portanto, que a inspetoria geral da instrução pública, na opinião do governo e da Assembleia Legislativa Provincial, só é digna de apreço pelo que encerra de irrisório e fútil.

É ela, pois, no conceito da governança, uma futilidade muito cara, que deve desaparecer para bem dos princípios democráticos e desenvolvimento [do] almejado progresso da instrução primária.

A difusão de repartições públicas centralizadas e dependentes só tem por fim dificultar a gestão dos negócios públicos, para satisfazer a vaidade e aos cálculos misteriosos dos governos, com irremediável prejuízo do povo, à custa de quem são mantidos com largas subvenções.

(Continua) AFRO

³³ Ato escrito pelo qual a autoridade competente pede a outra que lhe cumpra ou ordene alguma diligência.

³⁴ Similares.

³⁵ Ninharias, coisas de pequeno valor.



Capítulo 8

Instrução pública -- vii

Embora seja a última parte da série* "Instrução Pública", não é, como se verá, o fim da participação de Afro-Gama no debate sobre o direito e a reforma da educação básica na província de São Paulo. Nesse artigo, Afro-Gama responde adversários conservadores e os chamados liberais-moderados. É sinal inequívoco de que suas ideias furaram a blindagem e tiveram repercussão entre seus mais encarniçados adversários. As opiniões do Diário de S. Paulo, voz dos conservadores paulistas, seriam "desconchavos emaranhados a esmo" que, "em tom dogmático", se resumiam a "sofismas grosseiros, objeções incongruentes, que se destroem reciprocamente". É evidente que a réplica de Afro-Gama se vale da linguagem combativa do acalorado debate de ideias políticas. No entanto, ao invés de explorar a polêmica entre liberais-radicais (Democracia), liberais-moderados (Correio Paulistano) e conservadores (Diário de S. Paulo), o que certamente é um tema promissor para investigações futuras, voltemos os olhos ao conceito de educação básica que o autor desenvolve na série "Instrução Pública". Já sabemos que Afro-Gama analisa o quadro geral como o grande embate entre forças despóticas, de um lado, e democráticas, de outro; e que a monarquia e o clero são faces do mesmo reacionarismo autocrata, ao passo que as hostes democráticas são radicalmente populares, revolucionárias e republicanas. Nesse sentido, argumentou Afro-Gama, a instrução primária gratuita, universal, obrigatória e descentralizada, acompanhada da liberdade de ensino, seria a chave da emancipação individual e social do cidadão brasileiro. Agora, na sétima e última parte desta série, Afro-Gama adiciona um elemento para sua definição de educação pública. Reforçando a ideia de separação completa da "liga monstruosa" entre Igreja e Estado, assunto decisivo para a grande política da época - em uma frase, "[d]eixando o governo de ser religioso e a igreja de ser política" -, Afro-Gama defendia que não bastava que o ensino público fosse "inteiramente leigo"; era necessário "que a vitaliciedade dos professores" também fosse "eliminada dos códigos de instrução primária". "A vitaliciedade", novamente nos dizeres de Afro-Gama, fechava "as portas do magistério ao concurso das aptidões" e dava ensejo para a prática do nepotismo,

¹ In: Democracia (SP), 21/03/1868, pp. 2-3. (Continuação do número 12).

"o maior inimigo das inteligências esclarecidas". Democracia fazia sua parte. O leitor contemporâneo talvez se espante em algumas passagens, dada a carga teológico-política e o ecletismo, às vezes superficial, aliás próprio do formato da imprensa, no cotejamento de assuntos, jurisdições e temporalidades. No entanto, deve notar que Afro-Gama tinha uma ideia de educação pública bem definida e coerente, o que o qualifica, sem dúvida, como um entre os mais argutos intérpretes e artífices da história da educação no Brasil.

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO (1867-1868)

Tendo nós metido peitos à mui árdua, porém gloriosa tarefa de discutirmos a reforma da instrução primária nesta província, sustentando em todos os seus pontos as doutrinas democráticas, únicas que reputamos verdadeiras, concernentes a esta grave questão, já muito estudada e debatida por publicistas de elevada reputação, na Europa e na América, havíamos, de antemão, feito cabedal² de documentos históricos e noções filosóficas para combatermos os robustos opositores das ideias que esposamos e temos, ainda que mal, sustentado na arena da imprensa; e aguardávamos a conclusão do certame³ travado com valor entre as ilustradas redações do *Diário de S. Paulo* e do *Correio Paulistano*, para dizermos a nossa fraca opinião sobre assunto de tanta magnitude.

Somos, porém, hoje, mau grado nosso, forçados a desistir do intento que tínhamos em mira; porque infelizmente, à vigorosa e brilhante argumentação extraída dos mais abalizados escritores, aduzida e sustentada catedralmente⁴ pelo *Correio Paulistano*, a sabedoria do *Diário* contrapôs, em tom dogmático, sofismas grosseiros, objeções incongruentes, que se destroem reciprocamente, e sáfaros⁵ disparates, tão palpáveis e tão absurdos que ninguém os poderá responder, com sisudez, sem degradar a própria inteligência, por apoucada que seja.

O artigo editorial inserto no *Diário* de 27 do mês passado, sobre ser uma agregação irrisória de desconchavos emaranhados a

² Por sentido figurado, levantamento de materiais.

³ Desafio, debate.

⁴ Relativo à cátedra e ao conhecimento que a cadeira professoral simboliza.

⁵ Toscos, grosseiros.

INSTRUÇÃO PÚBLICA - VII

esmo, que só a irreflexão de espíritos enfermos preocupados na descoberta da pedra filosofal poderia inventar, ou o mais soberano desprezo do público, com escárnio do bom-senso, ousaria dá-lo à estampa, comprova cabalmente a incapacidade moral de seus desvairados autores para misteres de público interesse; misteres de que tais escritores apenas tratam acidentalmente enquanto podem servir às sôfregas ambições que os desatinam, e às aspirações misteriosas do partido político a que estão ligados, não por dedicação sincera, mas por motivos pouco confessáveis, que o decoro manda calar.

Dispensados, pois, como estamos, desta importante parte de tão penoso trabalho, vamos continuar na exposição de nossas ideias sobre a matéria do ensino primário.

Propugnadores acérrimos⁶ das ideias liberais, encetamos⁷ este artigo declarando guerra de morte contra a centralização administrativa, que tem manietada⁸ a grande instituição do ensino primário.

A instrução primária é a pedra angular do grande edifício da moral social. Ela deveria estar exclusivamente entregue à ação popular, sem a menor intervenção da autoridade pública; nos países, porém, em que ostenta-se vaidoso o *governo representativo*, como no Brasil, contentamo-nos em querer que a inspeção do ensino primário seja devolvida às municipalidades, restaurada a doutrina do artigo 70 da Lei de 1º de Outubro de 1828.9

⁶ Obstinados, decididos.

⁷ Iniciamos.

⁸ Presa.

⁹ Na seção de posturas policias, que cuidava de medidas organizadas e reguladas a nível local, encontra-se a inspeção de estabelecimentos de educação e de caridade. Cf. Art. 70. "Terão inspeção sobre as escolas de primeiras letras e educação, e destino dos orfãos pobres, em cujo número entram os expostos; e quando estes estabelecimentos e os de caridade, de que trata o art. 69, se achem por lei ou de fato encarregados em alguma cidade ou vila a outras autoridades individuais ou colectivas, as Câmaras auxiliarão sempre quanto estiver de sua parte para a prosperidade e aumento dos sobreditos estabelecimentos".

Não contestamos uma só das virtudes de que fazem alarde os governos representativos; queremos até crer que eles possuem uma moral especialíssima, mormente¹⁰ os que, como o nosso, mantém uma religião de Estado para benzer as leis e consagrar a pena de morte; o que não podemos consentir é que o ensino esteja entregue inteiramente àqueles que, dizendo-se delegados do povo soberano, rodeiam-se de baionetas e de peças de artilharia para compelirem os seus constituintes a manterem tão *espontânea delegação*.

Queremos, mais ainda, que o ensino primário seja inteiramente leigo; e que a vitaliciedade dos professores seja eliminada dos códigos de instrução primária.

A vitaliciedade fecha as portas do magistério ao concurso das aptidões e dá largas ao nepotismo, que é o maior inimigo das inteligências esclarecidas; eleva a ignorância pelo favor e deporta a ilustração como perniciosa.

Tal sistema pode ser utilíssimo os governos astuciosos; mas é altamente prejudicial às aspirações democráticas, que sustentamos.

Descentralizado, pois, o ensino primário e devolvida sua inspeção às municipalidades, e restituída, assim, parte de suas importantes funções, usurpadas pelo imperialismo, conseguir-se-á duplo benefício: enfraquecimento da autocracia administrativa e distendimento¹¹ da ação municipal, que são as alavancas dos poderes democráticos.

No tocante ao que é exclusivamente peculiar à importante instituição do ensino primário, são incontestavelmente as municipalidades as mais adequadas gestoras; porque, além de, pelo seu caráter essencialmente popular, como por estarem colocadas no seio dos administrados, satisfazerem mais de pronto as necessidades urgentes desse ramo de serviço do Estado, recebem do povo pronta, enérgica e salutar correção de seus desmandos e

¹⁰ Sobretudo, principalmente.

¹¹ Que se estende, que aumenta o alcance.

INSTRUÇÃO PÚBLICA - VII

vícios de organização; sanção esta de imenso alcance, que se não poderá jamais aplicar às autoridades estabelecidas pelos governos onipotentes, e irresponsáveis de fato, como temo-las. Além de que as úteis providências porventura emanadas de semelhantes governos, retardadas pelas voltas e desvios difíceis das emaranhadas ambages¹² da centralização administrativa, tornam-se ineficazes e de nenhum proveito.

Já o dissemos uma vez, e repetimos hoje: uma das principais causas, senão a primordial, do notável atraso da instrução primária no império é incontestavelmente a liga monstruosa do Estado com a igreja. Liga fatal à liberdade e ao povo; ao direito e à justiça; à consciência e à razão. Lamentamos que esta verdade, tão patente, não tenha ainda sido abraçada pelo espírito público e principalmente pelos legisladores que sustentam princípios democráticos.

Se as ficções pueris, de que são causa a tiara¹³ e o cetro¹⁴, não dominassem ainda os homens mais proeminentes da nossa degradada sociedade, o projeto de reforma da instrução primária, que se discute na Assembleia Legislativa desta província, não teria transformado os vigários em inspetores natos de ensino nas suas paróquias.

Onde mais claramente se manifestam as funestas consequências desta monstruosa aliança, celebrada em nome da perfídia, é exatamente na educação civil e moral da puerícia¹⁵ e dos povos; porque como fruto desse escandaloso conúbio¹⁶, dão-nos padres corrompidos e administração claustral¹⁷.

Àqueles, aviltando os santos preceitos religiosos, que deve-

¹² Evasivas, subterfúgios.

Refere-se indiretamente à tiara papal, espécie de coroa que simboliza o poder do papado.

Nesse caso, remete ao bastão-símbolo de poder do imperador e, por extensão, do regime monarquista.

¹⁵ O mesmo que crianças.

¹⁶ Matrimônio, vínculo estreito.

¹⁷ Por metonímia, o próprio convento ou monastério.

riam manter ilesos, vendem a virtude de seus dogmas à desenfreada cobiça dos governos; esta, corrompendo as religiões, em proveito próprio, sacrifica a liberdade dos povos para dar cultos à venalidade.

Os poderes, assim avassalados, tornam-se incapazes da missão augusta de que se fizeram cargo. Os governos abdicam o direito, sacrificam a justiça e, perdida a razão da sua existência, precipitam-se nos braços do despotismo. O clero substitui o Evangelho pelas ordenações criminais; abandona os santuários e agrupa-se em derredor dos cadafalsos¹⁸, para injuriar a vítima ao pé do sacrifício.

A união destas duas entidades, como no-lo atestam os exemplos incontestáveis da história, é a imoralidade em ação permanente; é o fanatismo com duas caras, disputando as honras de Jano¹⁹ moderno; é a hipocrisia mascarada sobre os altares do cristianismo; é o absolutismo de samarra²⁰ sobre os tronos; e, finalmente, o rei de copa d'asperges²¹ e o sacerdote de cutelo²² à cinta.

A direção do ensino primário, entregue à esta sinistra dualidade, produziu, no passado, senhores e escravos, grandes e pequenos, poderosos e fracos, vítimas e sacrificadores. No presente, é a causa primordial de todas as desgraças sociais. No futuro, há de vir a ser o motor da completa humilhação do povo e a divinização de todos os absurdos.

Para que o ensino primário seja uma realidade no Brasil, é

Lugar, geralmente um palanque montado a céu aberto, onde se erguia o instrumento de tortura (forca, garrote ou guilhotina) para a execução dos condenados à pena capital. O mesmo que patíbulo.

Divindade romana das mudanças e transições representada na iconografia como uma figura de duas faces, uma voltada para trás e outra para frente.

²⁰ Espécie de túnica ou bata vestida pelos clérigos.

²¹ Espécie de utensílio litúrgico próprio para aspergir, borrifar água benta.

²² Instrumento cortante empregado outrora em execuções por decapitação.

INSTRUÇÃO PÚBLICA - VII

absolutamente necessário apagar-se um borrão indelével que, entre muitos outros, avulta nas páginas da Carta constitucional. É o artigo 5º dessa lei jesuítica.

Deixando o governo de ser religioso e a igreja de ser política, a missão evangélica será uma realidade, a moralidade pública não precisará mais ser guardada por atalaias²³ de roupeta²⁴, freiras pudibundas, frades donzeis²⁵, nem por janízaros²⁶ de bentinho²⁷ e casula²⁸. A liberdade de consciência será o sacrário²⁹ da moral; a liberdade de ensino fará a polícia das escolas; a liberdade de cultos velará perpetuamente à porta dos templos; e o povo livre não terá jamais que dobrar o joelho diante de estafermos³⁰ da mentira, do embuste e da superstição.

A consciência emancipada será o liame único entre o céu e a terra. Deus será sempre Deus, e os homens livres.

Sobre esta questão vital dos povos, que aspiram sequiosos a sua completa emancipação, já o muito ilustrado sr. Guizot³¹ disse a última palavra. E nem há tachá-la de suspeita; porque o sr. Guizot é um dos homens mais eminentes do mundo, não só pelo seu elevado saber, como pela sua acrisolada³² moralidade; e é além disto um dos chefes mais considerados do Partido

²³ Sentinelas.

²⁴ Batina.

²⁵ Dóceis, castos.

²⁶ Capangas, guarda-costas de déspota.

²⁷ Espécie de escapulário, objeto de devoção feito de dois saquinhos de pano, contendo orações escritas, ou outros elementos, que os devotos trazem pendurados ao pescoço.

²⁸ Uma das vestimentas que o sacerdote católico usa para celebração de missa.

²⁹ Cofre, santuário.

³⁰ Estorvos, indivíduo que embaraça, atrapalha a ação de outrem.

³¹ François Guizot (1787-1874) foi um historiador, político e estadista francês. Mencionar Guizot, nesse contexto, não se justifica apenas por sua posição no espectro ideológico, que o autor em seguida descreve, mas também por ter ele sido um destacado ministro da Educação na França ao longo da década de 1830, sendo uma voz respeitada igualmente no plano das ideias e da administração pública.

³² Apurada, aperfeiçoada.

Conservador em França. Conservador de todos os tempos, ideia personificada pela firmeza de princípios, rochedo inabalável no seio das agitações políticas de seu país, não poderá, certamente, ser contrariado pelos nossos adversários.

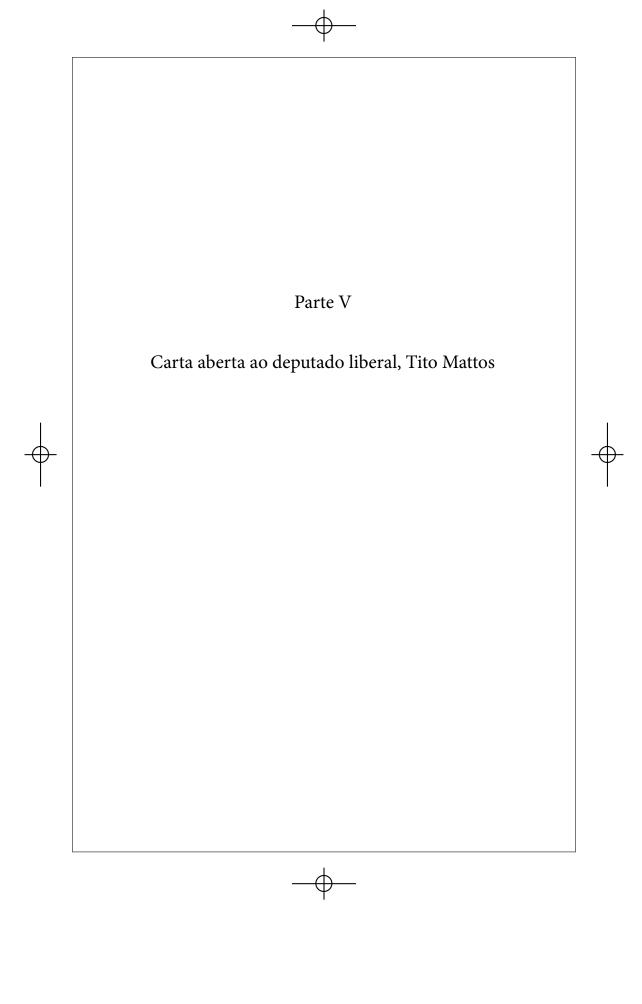
Eis as suas palavras: "Em matéria de ensino, o Estado não é, nem pode ser outra cousa, senão leigo".³³

Esta meditada sentença, que é uma verdadeira emanação evangélica posta milagrosamente nos lábios de um hebreu intolerante, escava profundo abismo entre a igreja e o Estado.

Os que pretenderem nulificá-la, combaterão contra si próprios. Padres ou leigos sacrificarão a verdade às ambições condenadas; alienarão a soberania da religião e violarão os direitos dos povos.

(Continua). AFRO.

³³ A referência às palavras de Guizot vem, provavelmente, do discurso de Victor Hugo na discussão do Projeto de Lei da Educação na Assembleia Nacional francesa. Hugo citou textualmente essa mesma frase, aqui traduzida ao português – é plausível – pelo próprio Afro-Gama. Cf. Discours de Victor Hugo dans la discussion du Projet de Loi sur L'enseignement le 15 janvier 1850. Disponível em: http://www.gipsa-lab.grenoble-inp.fr/~carlos.canudas-de-wit/other_links/discurVictor\%20Hugo_Education.htm.





CARTA ABERTA AO DEPUTADO LIBERAL, TITO MATTOS

fro-Gama permanece na trincheira do bom combate pela educação pública gratuita, obrigatória e universal. Uma semana após o fim da série "Instrução Pública", o autor mudaria o direcionamento de seu manifesto. Falaria, através de uma cara aberta, diretamente a um deputado. Não localizei réplica de Tito Mattos, o deputado a quem Afro-Gama contestava em público. Talvez exista em algum dos muitos periódicos que sobreviveram para contar história. O mais provável, contudo, é que cada um tenha usado armas distintas: Afro-Gama nas páginas da Democracia e Mattos na tribuna da Assembleia Provincial de São Paulo. Na primeira carta, Afro-Gama respondia um discurso que o deputado Mattos realizou na sessão de 13/03/1868. Nas cartas seguintes, a lógica deve ter sido a mesma. A razão da escolha do contendor, contudo, não é clara ao leitor contemporâneo. Afinal, Mattos não era membro da Comissão de Instrução Pública e nem possuía proeminência no Partido Liberal. De todo modo, é a Mattos a quem ele volta as baterias. Além do argumento pela liberdade de ensino e do ensino primário gratuito e obrigatório, temas comentados anteriormente, as três cartas também guardam informações valiosas sobre os passos de Luiz Gama, assim como sobre a história das lutas populares no Brasil do século XIX.



160

Capítulo 1

Carta ao exmo. sr. deputado dr. Tito A. P. de Mattos [i]¹

O mote desse trecho da carta é o discurso "ultra-conservador" que o deputado Mattos realizou na sessão de 13/03/1868.* Afro-Gama continua a exposição do programa educacional da Democracia e detalha aspectos do ensino gratuito, fazendo referência inédita às ideias socialistas como elemento formador de sua visão de mundo. "A gratuidade do ensino estabelece na escola (...) os laços indissolúveis do socialismo hodierno", disse o autor, como a dar sinais de que uma vinculação sua com a Internacional Comunista, coisa de que foi acusado em 1871, não seria de todo improvável. Demarcando a radicalidade de seu anti-imperialismo, Afro-Gama organiza, num parágrafo síntese, uma unidade coerente de lutas anti-monárquicas brasileiras que lhe serviam de inspiração para as batalhas do presente. Assim, vai da Conjuração Mineira de Tiradentes (1792), personagem histórico a quem dedicou uma elegia, até as lutas da Farroupilha (1835); passando antes pelas batalhas da independência do Brasil ocorridas na Bahia (1823) e pela Confederação do Equador (1824). Recuperar as lutas anti-imperialistas de décadas passadas tinha o nítido objetivo de explicitar que muita gente de valor via a monarquia como uma forma de governo repugnante e atrasada, incompatível com a "democracia cristã" a que o autor fazia referência como modelo a ser construído. Todavia, a carta aberta ao deputado Tito Mattos tem outras informações que interessam ao leitor de hoje. A dado momento do acalorado debate político, o chefe da redação da Democracia deixou algumas pistas sobre a sua autoria. A citação ao "insuspeito e respeitado" conselheiro Furtado de Mendonça, de quem Luiz Gama era amigo íntimo e compadre, não pode passar despercebida. A ela se somam outras sugestivas menções, discutidas em detalhes na introdução desse volume, que permitem mais facilmente identificar o nome civil do autor, que aqui se apresentava como homem simples,

¹ In: *Democracia* (SP), 28/03/1868, pp. 1-2. Tito Augusto Pereira de Mattos (1835-1917), nascido na província da Bahia, foi um político, advogado, delegado de polícia, promotor público e juiz de direito. Foi deputado provincial em São Paulo entre 1866 e 1869 e, anos depois, presidente da província do Maranhão (1889).